

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Julio Trevisam Braga

**Movimentos sociais na era da internet: uma leitura comparativa
da ação política nos protestos das *Jornadas de Junho*, no
Brasil, dos *Indignados*, na Espanha, e do *Occupy Wall Street*,
nos EUA**

São Paulo/SP

2016

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA

Julio Trevisam Braga

**Movimentos sociais na era da internet: uma leitura comparativa
da ação política nos protestos das *Jornadas de Junho*, no
Brasil, dos *Indignados*, na Espanha, e do *Occupy Wall Street*,
nos EUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Núcleo de Pesquisa: História Social

Orientador: Professora Doutora Carla Reis Longhi.

São Paulo/SP

2016

BANCA EXAMINADORA

São Paulo, 15 de dezembro de 2016.

Bolsista contemplado pelo fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 134330/2015-3.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela contemplação da bolsa concedida no período vigente da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento inicial da pesquisa.

À minha orientadora Doutora Carla Reis Longhi, pelo privilégio de sua orientação e por ter me iniciado e acompanhado comprometidamente nos passos do ofício de historiador.

A todo o corpo docente do Mestrado, que conseguiu transmitir com maestria todos os conhecimentos necessários para essa trajetória acadêmica.

Aos membros da banca examinadora, os quais, gentilmente, se dispuseram a contribuir com sua leitura e esclarecimentos fundamentais para este trabalho.

Aos meus pais, irmão e cunhada (irmã) que me ajudaram com todo amor, compreensão e amizade.

“A todos aqueles e aquelas que construirão
o século XXI, dizemos com carinho: CRIAR
É RESISTIR. RESISTIR É CRIAR”.

(Stéphane Hessel)

RESUMO

Em meio à atual repercussão de protestos pelo mundo levantados em crítica à uma progressiva perda de autonomia do Estado frente à regulação do lucro pela especulação financeira, entre os movimentos sociais da atualidade é percebida a reapropriação de princípios como a *autonomia*, a *horizontalidade*, a *independência* e a *solidariedade*. Ao mesmo tempo, destacou-se entre os movimentos a aproximação de metodologias de ação baseadas na instrumentalização da *cibercultura*. Este contexto nos dá o ensejo para reabrir o debate em torno do trato do historiador com as problemáticas de uma história do tempo presente. Com esse intuito, que elementos discursivos e instrumentais estão dispostos entre movimentos como o *Occupy Wall Street* e o *NYC General Assembly*, nos EUA, a plataforma *Democracia Real YA!*, na Espanha, o *Movimento Passe Livre – SP* e os coletivos *ANEL* e *Juntos!*, no Brasil, os quais possam confirmar a proposta de um novo modelo de participação política, vinculada à percepção da demanda por uma outra *cidade* e outra *democracia*? Por fim, qual a intensidade evidenciada nos protestos respectivos sobre a interação da ocupação do espaço urbano e o uso das redes digitais? Para a análise, investigamos exclusivamente os *blogs* de cada movimento. Nossas considerações apontaram que, entre eles, estes princípios apresentam tonalidades diferentes de familiarização, afirmando, portanto, distintas práticas de ação e concepções específicas em torno do modelo de participação política idealizado por cada movimento.

Palavras-chave: Cultura de protestos; Cibercultura; Participação política; Democracia; História do tempo presente.

ABSTRACT

Amid the current repercussion around world of protests raised in criticism to a progressive loss of State autonomy in face of the regulation of profit by financial speculation, among the social movements of the present day it's perceived the reappropriation of principles such as *autonomy, horizontality, independence* and *solidarity*. At the same time, it was highlighted among this movements the approach of action methodologies based on the instrumentalization of *cyberculture*. This context gives us the opportunity to reopen the debate about the historian's treatment of the problematics of a history of the present time. On that intent, what discursive and instrumental elements are arranged between movements such *Occupy Wall Street* and the *NYC General Assembly*, in the USA, *Democracia Real YA!* platform, in Spain, *Movimento Passe Livre – SP* and the ANEL and *Juntos!* collectives, which can confirm the proposal for a new model of political participation, linked to the perception of a demand for another *city* and another *democracy*? Finally, what's the intensity evidenced in the respective protests about the interaction of urban space occupation and the use of digital networks? For the analyses, we exclusively investigate the blogs of each movement. Our considerations pointed out that, among them, these principles present different tonalities of familiarization, affirming, therefore, different practices of action and specific conceptions around the model of political participation idealized by each movement.

Keywords: Protest culture; Cyberculture; Political participation; Democracy; History of the presente time.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1 UMA HISTÓRIA VOLTADA PARA O PRESENTE, UM PRESENTE ATENTO AO PASSADO	12
1.1 A reciprocidade entre os tempos históricos.....	12
1.2 Um novo modo de fazer política: as possíveis heranças do <i>Maio de 1968</i> , do <i>Movimiento Zapatista de Liberación Nacional</i> e do <i>Fórum Social Mundial</i> para os movimentos sociais da atualidade.....	22
2 DIFERENTES, NO ENTANTO PARECIDOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS FALAS DAS JORNADAS DE JUNHO NO BRASIL, DOS INDIGNADOS DA ESPANHA E DO OCCUPY WALL STREET, NOS EUA	43
2.1 Dos vestígios materiais aos vestígios-bytes.....	43
2.2 De que <i>autonomia, independência e horizontalidade</i> estamos falando?	56
2.3 A comunicação vista em moldes de <i>solidariedade</i>	67
2.4 O <i>ciberativismo</i> como forma de engajamento político e social.....	73
3 DE QUE CIDADE E DE QUE DEMOCRACIA ESTAMOS FALANDO?	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
Referencial de fontes	122

INTRODUÇÃO

Viver em tempos globalizados, nos quais a velocidade e a transformação tornam-se elementos sinônimos na vivência da atual conjuntura, pode nos reservar ao menos dois horizontes igualmente candentes e possíveis, mas que, no entanto, ficam a depender dos processos que os levem a se constituir.

De um lado, o desenvolvimento das tecnologias de interação pós-massivas, como as redes sociais virtuais do *Facebook*, *Twitter* e, talvez de maneira menos evidente, à primeira vista, do *Youtube*, tornam-se progressiva e potencialmente úteis, desde sua gestação, ao estabelecimento de redes cada vez mais extensas de convívio entre populações dos mais remotos lugares e nacionalidades.

Neste convívio encontram-se idealizados não somente a contínua troca de conhecimentos possíveis ou o acesso imediato a bens culturais – mesmo que de maneira superficial ou não –, mas inclusive o amadurecimento de uma percepção ontológica do mundo e dos seres sob a ótica do plural e da diferença.

Ao mesmo tempo, no lado oposto dessa potencialidade se acotovelam as diferentes versões de uma conjuntura que se desloca entre estruturas que, uma vez centralizantes nas sociedades modernas, agora impossibilitam uma ancoragem estável no mundo social (ver HALL, 2011; BAUMAN, 1999).

Isto é, num mundo onde a velocidade e a transformação são sinônimos, os sintomas da mudança entram continuamente em conflito com as identidades de uma maneira geral, seja no âmbito político, cultural, social ou econômico.

Por outro lado, interdependente ou até mesmo intensificador do processo de transformação dos efeitos da Globalização e atrelado ao progresso tecnológico alimentado por esse sistema, o desenvolvimento do capitalismo como modelo econômico conserva um ideal de progresso ilimitado, capaz de suprir as necessidades de consumo de todos e impulsionar o estabelecimento de um sistema que, ainda que sujeito a crises, esteja apto para se autorregular em função do crescimento produtivo.

Na contramão deste ideal, torna-se cada vez mais evidente que o custo a ser sacrificado para sua construção e facilitar sua autorregulação vão muito além da simples ocorrência de *déficits* financeiros. Uma vez que o Estado tradicional tende a

ceder progressivamente sua autonomia diante deste sistema político e econômico, a balança do “progresso equilibrado” tende a pender para um só lado, fazendo com que as desigualdades sociais se enfatizem, ao invés de diminuírem (ver HARVEY, 2013; SANTOS, 2013), e com que as consequências ecológicas se intensifiquem a cada dia (ver JONAS, 2006; SERRES, 1994).

Foi desta reflexão do que poderíamos estar vivendo que a presente pesquisa deu os primeiros passos.

Fruto de uma primeira indagação no formato de iniciação científica¹, inicialmente o elemento que chamou mais a atenção no processo investigativo da atual conjuntura foi o da *identidade nacional* no seu âmbito político. No momento em que, por diversos olhares, as identidades estão sendo consideradas numa constante crise existencial e de expressão, indagava-se o quanto da construção da identidade nacional, especificamente a brasileira, poderia estar sendo correspondida na sua relação com o sentimento de pertencimento à nação por parte da população.

O acirramento de tal questionamento se fortaleceu à medida que foi experienciada a onda de protestos em junho de 2013 no país, em torno, inicialmente, do aumento das tarifas do transporte público e que progrediu para o advento das *Jornadas de Junho*.

Para a reflexão da indagação foram analisados os discursos presidenciais da presidente Dilma Housseff, desde seu discurso de posse, em 2011, até o momento de resposta à onda de protestos no país. Esse procedimento deu indicações, a cada etapa da análise, tanto para a provável iminência da fragilidade do atual modelo de Estado e a incompatibilidade de representação diante dos governados, como para a contradição ideológica de seu conteúdo discursivo diante de ocorrências deslocadas do eixo normativo abrangido por esse modelo de Estado, submetendo-se continuamente à busca por legitimação.

Frente a essa constatação, em seguida buscamos compreender a abrangência do efeito resultante na relação entre o uso do espaço eletrônico e do espaço físico como palcos de protesto questionando, nesta interação, se fosse possível constatar o estabelecimento de uma *identidade* para além das fronteiras nacionais e que

¹ Vide os Anais do 23º Encontro de Iniciação Científica da PUC-SP, de 2014: <<http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/pdf/0262.pdf>>

expressasse a estruturação de uma esfera pública de caráter mais autônomo e descentralizado do Estado nacional.

Para além da especificidade do contexto brasileiro, tencionamos empreender a sua comparação com os movimentos ocorridos através do *Occupy Wall Street*, em 2011, nos EUA, e do *Indignados*, também em 2011, na Espanha, uma vez que naquele momento estes aparentavam demonstrar concepções políticas e metodologias semelhantes e que davam corpo à iniciativa do ativismo encontrado nos movimentos brasileiros analisados.

Entretanto, posteriormente, a busca por atender a demanda investigativa sobre o processo de construção de *identidade* nos incutiu a preocupação em torno das especificidades de cada movimento, as quais, por meio da análise conjuntural empregada, pareciam nos afastar dos propósitos da investigação historiográfica.

Assim, deslocamos o eixo conceitual da pesquisa para o enquadramento de novos objetos de reflexão que fossem capazes, ao menos, de procurar contribuir para uma aproximação mais direta dos movimentos sociais a serem analisados.

Nesse perspectiva, apontada por um conjunto de autores (ver CASTELLS, 2013; SANTOS, 2013), a caracterização dos movimentos em torno de conceitos como a *autonomia* (através da autodeterminação de um conteúdo heterogêneo de demandas e da interação ativista entre os espaços público e virtual), a *horizontalidade* e a *independência* (através da ausência de lideranças e programas contemplados por uma organização ou partido político específico), mas também a *solidariedade* (através do aspecto ao mesmo tempo local e global de suas frentes), nos levou à atual indagação dos seguintes questionamentos:

- a) Tomando como base os eventos das *Jornadas de Junho*, no Brasil, em comparação com os movimentos *Occupy Wall Street*, nos EUA, e *Indignados*, na Espanha, que elementos estariam dispostos na divulgação de suas reivindicações, os quais possam contribuir para a afirmação da existência do ideal de uma cultura de protestos compartilhada entre os movimentos analisados?
- b) Especificamente, que interpretação esses movimentos teriam de seus próprios contextos e da conjuntura em que se encontram inseridos?

- c) De que maneira os conceitos de *independência, autonomia, horizontalidade e solidariedade* estariam dispostos e delimitados para a configuração de um novo modelo de participação política entre estes movimentos, consideradas as suas especificidades?
- d) Ao lado destas questões, que elementos discursivos e instrumentais estão presentes na composição destes movimentos, os quais possam evidenciar a intensidade da interação entre o espaço urbano e a virtualidade dos protestos, no desenvolvimento da *cibercultura*?

Para a confrontação dos questionamentos levantados foram analisados como fonte, exclusivamente, os *blogs* e canais de divulgação dos respectivos movimentos contemplados, a fim de buscar viabilizar a comparação de palavras-chave em comum que colocassem em evidência o eixo de cada questão levantada.

Especificamente, entre os movimentos brasileiros, foram investigados o *Movimento Passe Livre (MPL)*² e os coletivos *Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL)*³ e o *Juntos!*⁴. Para os EUA, o movimento *Occupy Wall Street*⁵, com o segmento do *NYC General Assembly*. Já para a Espanha, foram abordadas as plataformas nacional e internacional do *Democracia Real YA*⁶.

A opção pela análise exclusiva dos *blogs* corresponde a procura por compreender melhor como estes movimentos se aproximam do público virtual e, portanto, de que maneira seus princípios, metas e ações defendidas correspondem a práticas efetivas diante do que vem disposto em seus discursos. O acesso livre de usuários da internet aos *blogs* nos permite averiguar, também, de que modo é

² Para o MPL, acessar: <<http://saopaulo.mpl.org.br/>>.

³ Para o movimento da ANEL, acessar: <<http://anelonline.com/>>.

⁴ Para o movimento *Juntos!*, acessar: <<http://juntos.org.br/>>.

⁵ Para o movimento *Occupy Wall Street*, acessar respectivamente: <[https://www.adbusters.org/campaigns/occupywallstreet](https://www.adbusters.org/campaigns/occupywallstreet;)>; <<http://occupywallst.org/>>; <<http://www.nycga.net/>>.

⁶ Para o movimento *Democracia Real YA*, acessar: <<http://www.democraciarealya.es/>>. Para a plataforma internacional, acessar: <<http://international.democraciarealya.es/>>. O movimento conta, inclusive, com o recurso à uma enciclopédia livre (*Wiki*) sobre o *15M*, como parte do projeto *15.cc* (rede ou *paraguas* de projetos sobre o *15M*) e que pode ser acessado pelo seguinte endereço: <<https://15mpedia.org/>>.

promovida a interação do público com o conteúdo das páginas e até que ponto esta interação ganha centralidade ou não entre os diferentes movimentos investigados.

Primeiramente, nosso capítulo de abertura foi organizado para debater a necessidade do estímulo ao procedimento de investigar a história do tempo presente, buscando evidenciar as cautelas e as perspectivas a serem consideradas no trato com vestígios recentes encontrados pelo historiador na atualidade. Tal necessidade nos remete ao encontro de conceitos e paradigmas que, evoluídos historicamente, contém uma nova abordagem da realidade social e apontam, provavelmente, para o amadurecimento de novas formas de atuação e interação nos espaços culturais e políticos, contempladas por uma redimensionalização das relações sociais.

Entre os protestos observados no mundo a partir da crise financeira de 2008, elencamos a necessidade de problematização em torno dos desafios e entraves provocados pelo fenômeno da globalização e pelo modelo político e econômico vigente.

Neste sentido, consideramos que igualmente os movimentos sociais se integram à lógica de redimensionalização das relações sociais, o que resulta, conseqüentemente, na reestruturação do próprio conceito de *movimento social* e na criação de novas formas de organização e metodologias de ação desenvolvidas em torno do *ciberativismo*.

No interior desse debate o que mais reclama a nossa atenção, para além dos desafios e entraves do contexto, são as possibilidades e novas maneiras de fazer despertadas entre estes movimentos, as quais se apresentam como igualmente desafiadoras, mas também potencialmente transformadoras.

Envolvidos num ativismo que ultrapassa os limites da fronteira física, os movimentos sociais da atualidade, através do *ciberativismo*, apontam para a promoção de uma nova ordem de contestações que colidem com o funcionamento arbitrário da lógica política e econômica atuais, evidenciada, por sua vez, no conflito de uma crescente contradição com os pressupostos e garantias de direitos sociais e fundamentais, uma vez pertinentes à tutela do Estado democrático de direito.

Num eixo que procura dialogar com os questionamentos levantados em torno dos movimentos sociais na atualidade, princípios como a *autonomia*, a *independência*, a *horizontalidade*, a *solidariedade* e a instrumentalização do *ciberativismo*, se

introduziam e cimentavam as bases para que outros tipos de contestação e de metodologia fossem experimentados nos cenários do ativismo e da ação política dos movimentos sociais.

Nesse sentido, antes que uma novidade para os movimentos da atualidade, estes princípios contém uma parcela de experimentação, talvez pioneira, entre movimentos anteriores que expuseram uma quebra de paradigmas institucionais nos âmbitos cultural, social e político do Estado e contribuíram para o desenvolvimento de alternativas de convívio social e formas de engajamento político.

Historicamente, movimentos como os ocorridos no *Mai de 1968* em diversas localidades do mundo, a tomada da província de Chiapas, no México, pelo movimento armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional, em 1994, e o estabelecimento do *Fórum Social Mundial* na virada do milênio, em 2001, fornecem um cenário de experimentação destes princípios que reserva, talvez, a circulação de elementos talvez cruciais para a abordagem dos movimentos sociais, não só na atualidade, mas inclusive nas últimas três décadas do século XX.

Desse modo, abordaremos brevemente que percursos foram percorridos por esses movimentos e que repercussão irão representar pela expressão de uma experiência pioneira de reivindicações norteadas pelo questionamento de alternativas ao *status quo* estabelecidos política e economicamente em sociedade.

A partir do estudo das especificidades dos contextos de cada movimento proposto à análise através de suas plataformas digitais, elaboramos, no segundo capítulo, como a discussão dessa nova ordem de contestações é apresentada diante de suas concepções políticas, metas elaboradas e metodologias de ação.

No primeiro eixo do segundo capítulo procuramos ponderar sobre os elementos específicos que se encontram envolvidos no trato com suportes de leitura como os *blogs*, por parte do ofício do historiador.

Partimos do pressuposto que se até o momento presente o ofício histórico esteve habituado a interrogar e interpretar registros escritos, orais, iconográficos ou imateriais, passando por seus períodos de adaptação e crítica, a análise de fontes digitais ainda reserva certa resistência para se tornar hábito comum entre os historiadores.

Esta resistência se pronuncia principalmente pela cautela a ser empregada em torno da consideração das fontes, em termos de autoria e circulação do material, mas também em relação ao método histórico a ser utilizado para responder a questões como, por exemplo, o acesso aos vestígios disponíveis e a preservação do que é coletado.

Se tomarmos empréstimo da perspectiva de Roger Chartier sobre as práticas de leitura (ver CHARTIER, 2002), considerando que na interação entre um leitor e um escrito encontra-se presente uma tensão operatória que resulta na identificação de diferentes modalidades do ler, por outro lado, encontraremos entre os movimentos aqueles que, a partir do conteúdo disponibilizado pelos *blogs*, permite aos seus usuários a distribuição, a modificação ou mesmo a recriação do próprio conteúdo.

Esta constatação nos permite, talvez, redimensionar a problematização envolvida na interação entre o leitor que se apropria da produção de um discurso e a estruturação do próprio discurso, uma vez que, nestes casos, se evidencia a hibridação das funções atribuídas a cada agente inserido na tensão operatória de novos modos de ler.

Na extremidade da onda de contestações externada pelos movimentos analisados, indagamos, na sequência, como os princípios da *autonomia*, *independência*, *horizontalidade* e de *solidariedade* estão dispostos para a divulgação de novos modos de fazer política, mas também para a reformulação dos princípios da democracia direta, como os confrontados em cada frente de indignação.

Consideradas as especificidades de cada movimento, de que maneira o referimento a tais princípios encontra-se vinculado às práticas efetivas do que vem proposto no conteúdo de seus discursos?

Por outro lado, colocamos em discussão como o conceito de *solidariedade* pode ser explorado, tanto por meio do compartilhamento entre estes movimentos de questões como o sentimento de falta de legitimação política diante da classe política vigente e do seu envolvimento cúmplice com um sistema econômico visto como excludente, quanto igualmente de uma intensa expressão do *ciberativismo* como metodologia de ação e forma de engajamento político e social.

Ao cabo destes questionamentos, no terceiro capítulo procuraremos explorar como o conflito entre os movimentos analisados e os respectivos alvos de contestação

encontra-se evidenciado na lógica do *urbano*, expondo, ao mesmo tempo, que a todo momento, numa abordagem geral, os movimentos de protesto ocorridos entre 2008 e 2013 exibem, claramente, um quadro de mudança social no que se refere à percepção em comum de uma crise econômica estrutural e uma crise de legitimidade perante o Estado, cada vez mais profundas.

Nessa perspectiva, a análise das palavras-chave veiculadas pelos movimentos específicos que investigamos expõe a denúncia da contradição existente na relação entre a lógica de organização da *cidade* e uma “lógica da mudança”, envolvida diretamente na luta por maior justiça social que, por meio da perspectiva urbana, nos permite esboçar a inscrição dos processos de transformação nos âmbitos do político, do econômico, do social e do estético.

Neste esboço encontram-se inseridos uma contínua relação com os ideais dos direitos humanos e a fomentação para a possibilidade de criação de um espaço social, político, cultural e econômico mais atento à promoção da proteção dos direitos individuais e coletivos, mas principalmente do direito ao futuro.

Por fim, diante das contestações averiguadas, pensar o espaço da cidade em sua interdependência com os preceitos da democracia e da dignidade nos leva ao questionamento: pelo direito à que *democracia* e à que *cidade* estamos falando?

1 UMA HISTÓRIA VOLTADA PARA O PRESENTE, UM PRESENTE ATENTO AO PASSADO

1.1 A reciprocidade entre os tempos históricos

A partir do momento em que há o surgimento de novos paradigmas para a compreensão e sistematização das problemáticas originadas no contexto político, econômico, cultural e social da atualidade globalizada do século XXI, onde até mesmo o conceito de Ciência se encontra na condição de contínua reestruturação epistemológica e metodológica⁷, os novos desafios apresentados na contemporaneidade geram a necessidade de voltar o olhar historiográfico para tais circunstâncias, realimentando a importância de se trabalhar a história do presente.

Desse modo, re colocamos em evidência o que o Fernand Braudel (1902–1985) defendeu⁸ e, mais tarde, Jacques Le Goff (1924–2014) confirmou⁹: compreender o presente pelo passado, mas, ao mesmo tempo, usar do presente para a compreensão do passado, concebendo o tempo histórico como uma dialética da duração.

Compartilhamos da concepção de que a epistemologia da história do tempo presente consiste em “interrogar a história a fim de propor novos dados que aumentarão sua capacidade de *explicitação* e de sugestão”, buscando observar e colocar em dúvida a própria história, para proporcionar um maior entendimento de “seu funcionamento e assegurar-se de sua validade” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, pp. 36-37).

Suspendendo os objetos tradicionais da história, como a política, a história das ideias e a biografia, entre os quais o indivíduo tende a ser resgatado como principal denominador na produção dos eventos que compõem a história, a escola dos *Annales*

⁷ Estando igualmente inclusas nessa condição as denominadas Ciências Humanas, da qual a disciplina histórica termina por compartilhar suas teorias e seus métodos, no que tange à busca pela compreensão das relações *humanas*.

⁸ Cf. BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

⁹ Cf. LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

trouxe para seu campo de investigação a circulação de novos objetos, novas fontes e novas abordagens, no seguimento de suas diferentes gerações¹⁰.

Da mesma forma, os *Annales* propuseram uma nova perspectiva e uma nova apreensão do tempo histórico.

Para a Escola, na relação entre os dois tempos históricos, o passado não se isola do presente, sendo, portanto, abordado a partir do presente, que por sua vez levanta questões sobre o passado ajudando-se “a melhor se conduzir e se compreender” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, pp. 36-37).

Esta postura visou romper com o pensamento positivista, onde o passado tende a ser isolado do presente, estabelecendo-se como um objeto em si, ou, desviar-se da perspectiva historicista, a qual insere no presente todo o passado, tornando-o elemento da contemporaneidade, ou mesmo, enfim, afastar-se de uma direção inteiramente estruturalista, pela qual passado e presente se encontram marcados exclusivamente pela simultaneidade (REIS, 1994, p. 26).

Logo, para a *nouvelle histoire*, entre os tempos históricos há uma relação de interrogação recíproca (REIS, 1994, p. 26).

Deve-se ressaltar, ainda, que o que se procura nessa relação não tem que ver com a supremacia do presente sobre o passado, mas sim que, sendo os dois considerados em suas diferentes singularidades, se tornam capazes de informar um ao outro, promovendo uma relação de conhecimento recíproco.

Portanto, o presente não se resume à simples continuidade do passado e nem mesmo deve ser considerado como superior ao passado: “é somente ‘outro’” (REIS, 1994, pp. 26-27).

Nesse aspecto, considerando as aproximações e as diferenças entre os fundadores da *nouvelle histoire*, os quais se encontram unidos na tentativa de superação do evento a partir da influência das ciências sociais, os *Annales* irão empreender a concepção de longa duração, a fim de propor que o tempo histórico deixe de se apresentar unicamente como uma perspectiva da sucessão de eventos,

¹⁰ A trajetória da escola dos *Annales*, geralmente, encontrou-se definida por quatro gerações, estando a primeira liderada por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), a segunda por Fernand Braudel (1902-1985), a terceira por Jacques Le Goff (1924-2014) e Pierre Nora (1931), entre outros, e em destaque para a quarta geração, a liderança de Bernard Lepetit (1948-1996).

tornando-se, para tanto, “consideração desta sucessão na simultaneidade” (REIS, 1994, pp. 28-30).

A partir dessa postura epistemológica e metodológica, os *Annales* procuraram articular “simultaneidade, quantidade, medida, repetição, reversibilidade com sucessão, qualidade, mudança, irreversibilidade” (REIS, 1994, p. 30).

Incluída nessa nova postura historiográfica diante do tempo histórico – visualizado agora por meio de uma dialética da duração –, a ponderação da história como *problema*, para Barros, irá tornar-se, de longe, “o instrumento mais combativo e reluzente do programa dos *Annales*”, à medida que permitirá “afrontar [...] o frágil universo dos modelos de historiografia que se limitavam a narrar os fatos ou a expor informações, de maneira meramente descritiva” (BARROS, 2012, p. 109).

No que promove Fernand Braudel, a história jamais cessou, “em seu ser e em suas mudanças, de depender de *condições sociais concretas*” (BRAUDEL, 2011, p. 17 – Grifo nosso). Assim, Braudel depõe que sua época, “rica em catástrofes, em revoluções, em lances teatrais, em surpresas”, fez com que a realidade do social, “a realidade estranhada do homem”, se descobrisse “nova a nossos olhos” e, portanto, “queira-se ou não, nossa velha profissão de historiador não cessa de desabrochar e de reflorir em nossas mãos” (BRAUDEL, 2011, p. 19).

Sem procurar nos delongarmos para além do necessário na discussão em torno das transformações epistemológicas e metodológicas estruturadas no interior dos *Annales*, para a presente pesquisa, o empreendimento da investigação histórica a partir de um *problema*, de uma “direção”¹¹, adquire um novo impulsionamento diante do turbulento contexto da contemporaneidade.

Desse modo, o referimento a circunstâncias marcantes e características na atualidade fornece, uma vez mais, a produção de condições sociais concretas para se proceder com a investigação no tempo histórico a partir de uma direção suscitada por questões do presente.

Entretanto, cabe-nos interrogar: por quê uma história do presente e o que levar em consideração, através de sua abordagem?

¹¹ Cf. BLOCH, M. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 27.

Conservando-se em não correr o risco de se adentrar na armadilha falaciosa de uma história puramente narrativa ou mesmo factual, configurou-se historiograficamente uma cautela em relação aos fatos *imediatos* da contemporaneidade como objetos problematizáveis para a disciplina histórica.

Jean-Pierre Rioux defende que uma preocupação maior com o presente se deu a partir dos efeitos que a ação generalizada da mídia provocou, a partir do século XX, configurando, assim, “uma espécie de vontade comovente de lutar contra uma massificação das efemérides que mantém uma temerária amnésia nas nossas sociedades” (RIOUX, 1999, p. 44). Assim:

“Aceleração da história”, mundialização das questões, imediatismo de uma informação torrencial vertendo “sequências”, que fazem as vezes de acontecimentos: esses lugares comuns do analista apressado do século XX excitam incontestavelmente um desejo de conhecimento instantâneo, nutrem uma inquietação surda em que se misturam nostalgia das “belles-époques”, reação de defesa diante do futuro, necessidade de continuidades marcadas e sede de identidade coletiva ou nacional (RIOUX, 1999, p. 44).

Ainda assim, para o autor, a história do presente se resume a um “vibrato do inacabado”, animando repentinamente todo um passado, por meio de um presente que pouco a pouco é aliviado “de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas” (RIOUX, 1999, p. 50).

Numa aproximação entre os ofícios do historiador e do jornalista, Jean Lacouture aponta que no caso do segundo, o que remete mais ao risco da imperfeição de sua análise decorre mais de um motivo quantitativo do que técnico.

Mais “a modicidade de suas fontes e a raridade dos cruzamentos a que pode proceder”, mais a manipulação “de poucos fatos, observações, casos”, do que a “precipitação de sua pesquisa” ou a pressa no trato dos fatos imediatos e, portanto, o que legitima uma provável convergência entre os dois ofícios é mais a relação entre historiadores e imprensa, do que entre o jornalismo e o rigor histórico (LACOUTURE, 2005, pp. 291-292).

Obviamente que para o historiador que investiga o “imediato”, a atenção deve ser dobrada para não se perder no caminho o fio do rigor histórico.

Contribuindo para tal atenção, Serge Bernstein e Pierre Milza, cientes da natureza quantitativa de instrumentos documentais que a especificidade da história do presente fornece como fontes ao trabalho do historiador, concluem que, a fim de

que o historiador vinculado à abordagem de tais documentos não “[seja soterrado] sob uma montanha de palavras ou imagens”, novos métodos de análise se fazem necessários (BERNSTEIN; MILZA, 1994, p. 129 – Grifo nosso).

Entretanto, ressaltam, “a análise das imagens, fixas ou mutáveis, decorre de métodos próprios”. O que significa que a história do presente, “é uma história particularmente delicada para se construir e analisar” (BERNSTEIN; MILZA, 1994, p. 130).

Por outro lado, para os dois autores, em meio aos questionamentos levantados a respeito da história do presente, uma convicção precisa vem à tona: “a história do presente é primeiramente e antes de tudo história” (BERNSTEIN; MILZA, 1994, p. 127).

Desse modo, levando-se em consideração suas especificidades, por meio de seus objetivos, seus métodos e suas fontes, “a história do presente não difere em nada da história do século XIX”, pois, durante a prática de seu ofício, o historiador do tempo presente dedica sua função a fim de “descrever as estruturas cujas transformações dão conta da emergência factual de fenômenos cuja gênese se situa sempre a médio ou longo prazo”, o que lhe permite, portanto, a busca de dados para tentar compreender “por que processo chegou-se à situação presente” (BERNSTEIN; MILZA, 1994, p. 127).

Admitindo-se o risco em abordar a história do tempo presente, pela inabilidade de se compreender um processo inacabado – esteja a abordagem inserida nas locuções da *história do presente*, *história próxima* ou *história imediata* –, em entrevista, Henry Rousso¹² declara que o que se realiza no papel de historiador do tempo presente, é, na verdade, “[...] uma história inacabada”, assumindo-se o fato de que as análises que irão se produzir sobre o tempo contemporâneo terão, provavelmente, certa duração e que os acontecimentos vindouros poderão mudá-las (AREND; MACEDO, 2015, pp. 205-206).

No momento em que ressaltamos que o turbulento contexto da contemporaneidade promove um novo impulsionamento da investigação histórica, a

¹² O historiador Henry Rousso é co-criador do Institut d’Histoire du Temp Present (IHTP), inaugurado em 1980, dirigindo a instituição no período entre 1994 e 2005. Para o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto, acesse: < <http://www.ihtp.cnrs.fr/>>.

partir de um problema resgatado pela percepção do presente, não se buscou, com isso, ignorar o fato de que, após o advento dos *Annales*, a maioria esmagadora dos historiadores aderiu ao programa sistematizado pela Escola, onde a célebre afirmação de Lucien Febvre “sem problema não há história”¹³, tornou-se lugar-comum para estes historiadores.

Ou seja, levando-se em consideração que a investigação histórica do tempo presente não se constitui como novidade no meio dos historiadores, um dos objetivos elencados pela presente pesquisa repousa na intenção de se estimular o uso desse procedimento.

A justificativa para o destaque da problemática levantada propõe vincular-se àquilo que Braudel encontrou, em sua época, como fonte de riqueza para empreender a investigação histórica, fazendo com que a realidade do social se descobrisse nova aos olhos do investigador.

Dessa forma, se a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX abarcaram em si catástrofes, revoluções, lances teatrais e surpresas, os quais terminaram por revolucionar não só a história, mas toda as ciências consideradas em suas especificidades, atualmente, diante das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais provocadas pelo fenômeno da globalização e pelo avanço tecnológico, o século XXI se apresenta à nossa vista, senão para revolucionar¹⁴, no mínimo, para colocar o olhar historiográfico em contato com a pertinência de novas formas de produção de conhecimento, acesso à informação e uma maior dinamização da interação entre as instituições política, econômica, social e cultural, consideradas em escala global.

Se partirmos da máxima de Walter Benjamin de que a história é um objeto construído sobre um tempo “saturado de agoras” (BENJAMIN, 1994, p. 229), assim como René Remond, assumimos aqui que a história do tempo presente deva ser considerada no espaço de sua duração: o que leva o historiador a rever continuamente

¹³ Cf. FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 2ª ed, Lisboa, Presença, 1985.

¹⁴ Seria descabido, historiograficamente, proceder por uma conclusão do gênero, uma vez que a recente entrada no atual século somente nos permitiria formular especulações de cunho ideológico ou profético, dada a incoerência no uso dos procedimentos metodológicos da ciência histórica.

a delimitação de seu campo de pesquisa, devendo estar atento às mudanças de seu objeto (REMOND, 2006, p. 208).

Portanto, se a abrangência do termo “história do tempo presente” permite abrigar uma escala mais ampla no sentido cronológico da investigação, uma história “próxima” ou “imediata”, por sua vez, deve estar atenta ao que permanece de seus vestígios, mas também ao que escapa no deslocamento contínuo e ininterrupto do problema, assunto ou tema que definiam seus objetos para uma história não mais pertencente ao “agora” de sua ponderação.

[...] Como resultado da aceleração, que nos fez ver em dois ou três anos o cenário transformar-se, a maioria dos temas que estavam no cerne da investigação e da reflexão da história do tempo presente de repente envelhece e passa à condição de objeto do passado: a Guerra Fria, o comunismo, a descolonização (REMON, 2006, p. 208).

Por outro lado, analisar o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação em massa e o fortalecimento da interação nas redes sociais nos permite verificar que, no interior de nosso debate, o que permanece de material para o trabalho com o *imediato* depende cada vez mais da contínua demanda que se apresenta na atualidade pela necessidade de se fazer a história do presente.

Na perspectiva da duração, o tempo curto da presentidade pode ser aqui resgatado pelos sequenciais “clarões” de protestos observados entre os anos de 2008-2013, numa conjuntura de resistências e rupturas de setores específicos com as classes políticas e econômicas vigentes no período.

Por outro lado, se estes “clarões” encontram-se disponíveis à análise, não será o imediatismo do acontecimento que possibilitará o acesso ao objeto de investigação – com o risco de se retomar uma centralidade à história fatural –, senão, talvez, a ponderação das ocorrências no tempo longo das permanências de fatores que, a partir da década de 1970, aproximadamente, contribuirão, ao menos, para problematizar mais a fundo o enfrentamento inserido no contexto das mobilizações.

A implementação de uma economia baseada no livre mercado global e conduzida pelo fundo monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, a partir de 1970, resultou na busca de revitalizar o modelo econômico capitalista, porém, sobretudo a ocorrência das desigualdades e a potencialização da injustiça social marcarão o seu trajeto. Inseridos no contexto da crise financeira de 2008, estes protestos veicularão seus motes a fim de denunciar os excessos da especulação

financeira e reclamar, dentro de suas especificidades, direitos a serem conquistados ou retomados, não encontrando na classe política, muitas vezes, a expressão da proteção e da garantia de tais direitos.

O referimento aos acontecimentos vivenciados, a partir de 2008, pelos recentes movimentos sociais como a *Primavera Árabe*, a *Revolução das Panelas*, na Islândia, os *Indignados*, na Espanha, o *Occupy Wall Street*, nos EUA, e as *Jornadas de Junho* de 2013, no Brasil, revelam, por si só, um importante período de ebulição política, econômica, social e cultural, o qual permite, talvez, prefigurar algumas das características que podem vir a fornecer as bases para um novo modelo de participação política na atualidade.

Nesse sentido, a afirmação da circulação de algumas das características comuns a cada um desses movimentos, como o ativismo inserido na interação entre o uso do espaço virtual da internet e a ocupação do espaço público urbano, a ausência de lideranças e de programas, e o aspecto ao mesmo tempo local e global de suas frentes¹⁵, certamente constitui, em princípio, o trato com novos objetos de análise histórica e um possível ponto de partida para a investigação dos processos que vieram estimular a ocorrência desses movimentos de protesto.

Partindo da constatação realizada por estudiosos como Manuel Castells em relação aos movimentos sociais na atualidade, estas características consideradas estão correntemente relacionadas aos princípios da *autonomia*, da *independência*, da *horizontalidade*, da *solidariedade* e contam como base de sua estrutura com o desenvolvimento da *cibercultura* como instrumento funcional para a reconfiguração do ativismo político.

Se “o escrito não é mais o único documento histórico” (VOVELLE, 2005, p. 104), pensar a pertinência de novas fontes como os suportes digitais – e, no nosso caso, especificamente os *blogs* dos movimentos sociais que iremos investigar –, inclui pensar também o exercício de novas abordagens do objeto investigado.

Considerando a breve apresentação da problemática epistemológica e metodológica de uma abordagem histórica do tempo presente, estas mesmas conclusões encontram-se obrigadas a depender do desenrolar dos episódios e dos

¹⁵ Cf. CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

diferentes caminhos tomados por cada um dos movimentos analisados, requerendo cautela por parte da investigação historiográfica.

Tomando empréstimo mais uma vez das reflexões de Lacouture, o fato de a especificidade e a fraqueza em se fazer uma história imediata implicar na incapacidade de conter um epílogo, nos remete a procurar reforçar que o ofício da história deva estar atento às transformações em sociedade, independentemente de seus desenlaces (LACOUTURE, 2005, p. 301).

No momento em que o número elevado de movimentos e a diversidade de contextos específicos observados entre 2008 e 2013 tornariam inviável, metodologicamente, a análise comparativa da totalidade destes movimentos¹⁶, de modo específico, manteremos o exame das ações convocadas pela plataforma *Democracia Real YA!*¹⁷, na Espanha¹⁸, pelo *Occupy Wall Street* e *NYC General Assembly*¹⁹, nos EUA, e por alguns dos principais vetores de protesto presentes nas “Manifestações de Junho de 2013”, no Brasil, a saber, o *Movimento Passe Livre*²⁰, a *Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre* (ou *ANEL*)²¹ e o *Juntos!*²².

Na investigação proposta, foi conduzida a seleção de um recorte sistemático dos canais de divulgação dos protestos a serem aprofundados, considerando-se, para tanto, as concepções políticas, os princípios e metas de cada movimento divulgado

¹⁶ Como veremos, tanto a Espanha como os Estados Unidos tiveram expressiva influência no impulsionamento de protestos em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. Nesse ponto, ainda que, de forma originária e contundente, a onda de manifestações e revoltas da Primavera Árabe tenha cronológica e simbolicamente representado a eclosão da maioria dos movimentos posteriores, a especificidade política dos países que a compuseram obrigaria a outros questionamentos não considerados na presente investigação, como a resistência à regimes ditatoriais e repressão política autoritária.

¹⁷ Para o movimento *Democracia Real YA*, acessar: <<http://www.democraciarealya.es/>>. Para a plataforma internacional, acessar: <<http://international.democraciarealya.es/>>. O movimento conta, inclusive, com o recurso à uma enciclopédia livre (*Wiki*) sobre o *15M*, como parte do projeto *15.cc* (rede ou *paraguas* de projetos sobre o *15M*) e que pode ser acessado pelo seguinte *link*: <<https://15mpedia.org/>>.

¹⁸ Como parte do processo geral do *Movimiento 15M*, uma outra plataforma expressivamente presente nos protestos foi a do *Juventud Sin Futuro*, a qual, por não disponibilizar material suficiente para análise, deixará de compor as fontes e indícios aqui investigados.

¹⁹ Para o movimento *Occupy Wall Street*, acessar respectivamente: <<https://www.adbusters.org/campaigns/occupywallstreet>>; <<http://occupywallst.org/>>; <<http://www.nycga.net/>>.

²⁰ Para o MPL, acessar: <<http://saopaulo.mpl.org.br/>>.

²¹ Para o movimento da ANEL, acessar: <<http://anelonline.com/>>.

²² Para o movimento *Juntos!*, acessar: <<http://juntos.org.br/>>.

na atualização²³ de suas respectivas páginas eletrônicas oficiais, buscando, assim, evidenciar de suas práticas o resultado de suas ações na organização, convocação, interação como grupo e igualmente na sua interação com o público que acessa os *blogs*.

Através desse procedimento, buscamos viabilizar a comparação de palavras-chave que indicam ou não a veiculação de representações e símbolos comuns na prática de uma provável cultura de protestos, presentes, por sua vez, entre cada um dos movimentos.

Na leitura dos *blogs*²⁴, um dos percursos percorridos esteve na direção de proceder pela identificação do conteúdo presente nas palavras de luta veiculadas por cada um dos movimentos. Nesta identificação destacou-se a articulação do espaço público com o *ciberespaço* e, paralelamente, por meio de uma abordagem comparativa, a identificação sistemática de críticas estruturadas em relação à uma crescente crise de representatividade perante o Estado, a um descontentamento político diante da classe política e a um feroz posicionamento dos movimentos contra o modelo econômico vigente.

Portanto, estas movimentações e coletivos específicos foram contemplados, não somente pela sua repercussão midiática, que terminou por lhes reservar maior visibilidade em meio a outros tantos movimentos presentes nos protestos de cada contexto, mas principalmente pelo fato de indicarem uma provável circulação e uma convergência de conceitos e reivindicações, os quais sinalizam para a prática de uma ação política caracterizada pela experimentação do caráter da *autonomia*, da *independência*, da *horizontalidade*, da *solidarização* sem fronteiras e do recurso à *ciberatividade* como atividade intensa entre estes movimentos²⁵.

²³ As frequentes atualizações das páginas eletrônicas foram realizadas durante as ondas de protesto e reorganizadas após os ocorridos, sendo que a grande maioria delas ainda efetuam o acompanhamento de suas diversas frentes de ação.

²⁴ Na opção por examinar unicamente os *blogs* de divulgação dos movimentos sociais analisados na pesquisa, a ocorrência da ausência de algumas datas de publicação e autoria no conteúdo de *sites* específicos, obrigou-nos a individualizar procedimentos específicos para o exame do conteúdo abrangido. Como resultado, a informação da data de primeira edição do conteúdo das páginas analisadas, em cada *site*, foi coletada por meio da constatação da data de indexação do conteúdo da página no mecanismo de busca (*Google*) da internet.

²⁵ Para a leitura dos *blogs* oficiais, a fim de obter um panorama mais preciso e sistematizado de análise das fontes, foram individualizados recortes concernentes à concepção política, princípios e metas de cada movimento, incluindo pontuais referências entre si.

Entretanto, como veremos mais à frente, estas mesmas características comuns se encontrarão dispostas em diferentes intensidades de expressão, seja através dos usos da linguagem discursiva apropriados pelos movimentos analisados, como por suas “maneiras de agir” no desenvolvimento da organização e metodologias de ação, problematizando para além das generalizações os caminhos percorridos na construção de um novo modo de fazer política.

Portanto, em seguida, ponderaremos nossos objetos de investigação buscando colocar em evidência como os princípios da *autonomia*, da *horizontalidade*, da *solidariedade* e da *independência*, encontraram-se historicamente articulados entre movimentos que promoveram, talvez, os primeiros indícios para a prática de alternativas de convívio social e formas de engajamento político, o que contribui para analisar os atuais movimentos para além do imediatismo dos protestos.

1.2 Um novo modo de fazer política: as possíveis heranças do *Maio de 1968*, do *Movimiento Zapatista de Liberación Nacional* e do *Fórum Social Mundial* para os movimentos sociais da atualidade

Movimentos sociais sempre tiveram lugar na investigação histórica, ao ponto de se tornarem um importante pilar na constituição de uma história mais voltada para o campo social, a História Social. Procurando realimentar o debate em torno do entendimento sobre os movimentos sociais, questiona-se: o que se mostra peculiar no interior dos movimentos sociais contemporâneos que possa nos direcionar a uma reaproximação da temática em novos termos?

De início, por uma melhor definição ou uma maior aproximação do que proporemos tratar do termo *movimentos sociais*²⁶, consideradas as variadas abordagens correntes e aceitas, referimo-lo “a formas de organização e articulação

²⁶ Dado o material de vasta discussão em torno do conceito de *movimento social* – ver PICOLOTTO (2007), CASTELLS (1999), GOHN (2004), KUMAR (1992), MELUCCI (2001), SHERER (2006), COSTA (2013), SCHERER-WARREN (1984) –, nos ateremos à definição defendida por MACHADO, J. A. S. *Movimientos Sociales y Activismo en Red*. In: *II Congreso On-line del Observatorio para la Cibersociedad*, 2-14 nov. 2004, Barcelona. Versão português. Disponível em: <http://www.forum-global.de/smd/textos/notas_movsociais.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

baseadas em um conjunto de valores e interesses comuns, com o objetivo de definir e orientar à atuação social” (MACHADO, 2004, n. p.).

Para Jorge Machado, esse tipo de ação coletiva tem por objetivo a mudança da ordem social existente (ou parte dela) e a influência dos resultados de processos sociais e políticos “que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos”, através de processos que frequentemente se utilizam de pressão não-institucional (MACHADO, 2004, n. p.).

A fim de compreender sumariamente as especificidades atreladas aos movimentos sociais na atualidade, pode-se dizer que o caráter revolucionário esteve associado durante muito tempo à concepção de movimento social. Pelo menos até os anos 1970 o teor de suas lutas políticas encontrava-se vinculado a um “suposto quadro de luta de classes no interior das sociedades capitalistas” e, portanto, “eram identificados basicamente como um produto da ação histórica da sociedade, face às contradições do sistema capitalista” (MACHADO, 2004, n. p.).

Entretanto, ao notar, após esse período, uma caracterização mais complexa e ampla dos movimentos sociais, o autor aponta para um certo erro na abordagem predominante até o momento, a do marxismo-estruturalista, dado o surgimento de organizações e coletivos que passavam a lutar pelas causas mais diversas: sejam os movimentos pacifistas, das mulheres, ambientalistas, contra a proliferação nuclear, pelos direitos civis, entre outros (MACHADO, 2004, n. p.).

Para além de uma expressão exclusiva de luta de classes – e não dependendo de tal para existir –, a partir do final do século XX os movimentos sociais estiveram associados, cada vez mais, “ao amadurecimento ou transformação das instituições democráticas e da própria capacidade de organização da sociedade civil” (MACHADO, 2004, n. p.).

Antes mesmo que a *cibercultura* no estágio atual viesse contribuir com maior intensidade na instrumentalização das mobilizações de diversas frentes políticas, sociais e culturais, elementos como a *autonomia*, a *independência* e a *horizontalidade* se introduziam e cimentavam as bases para que outros tipos de metodologia fossem experimentados nos cenários do ativismo e da ação política dos movimentos sociais

e, sem dúvida, legassem uma nova fase de indignação e esperança²⁷, como a presenciada na onda de protestos da *Revolução das Panelas*, na Islândia, as revoltas da *Primavera Árabe*, entre os *Indignados*, na Espanha, o *Occupy Wall Street*, nos EUA, e as *Jornadas de Junho* de 2013, no Brasil.

Nesse sentido, antes que uma novidade para os movimentos da atualidade, estes princípios contém uma parcela de experimentação, talvez pioneira, entre movimentos anteriores que expuseram uma quebra de paradigmas institucionais nos âmbitos cultural, social e político do Estado e contribuíram para o desenvolvimento de alternativas de convívio social e formas de engajamento político.

Assim, movimentos como os ocorridos no *Maio de 1968* em diversas localidades do mundo, o levante na província mexicana de Chiapas perpetrado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em janeiro de 1994, e o estabelecimento do *Fórum Social Mundial*, em 2001, fornecem um cenário de experimentação destes princípios reservando a circulação de elementos talvez cruciais para a abordagem dos movimentos sociais, não só na atualidade, mas inclusive nas últimas três décadas do século XX.

Os eventos que compuseram a onda de protestos e revoltas pelo mundo em maio de 1968 podem ser observados como um momento de diversas categorias de ruptura, as quais se inscreverão num ativismo antiautoritário de críticas às autoridades estatais e às autoridades científicas das universidades, mas também às instituições como a família, os partidos e ao sistema político como um todo.

Uma das primeiras críticas elaboradas em torno do entendimento sobre o *Maio de 1968* recai sobre a perspectiva que interpreta esse momento como simplesmente um protesto contra as liberdades subjetivas dos indivíduos, deixando de lado as reflexões em torno do caráter político desse período.

Desse modo, tais vertentes tendem a contemplar os acontecimentos fora da perspectiva dos movimentos como “um poder social constituído como possibilidade concreta de perceber novas práticas societárias, como a autogestão social” (PROTO, 2012, p. 36).

²⁷ Os termos *indignação* e *esperança* são, sobretudo, utilizados na análise que Manuel Castells faz dos movimentos citados, em sua obra *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, de 2012, e, por sua vez, dialogam profundamente com o manifesto publicado em 2010 pelo diplomata Stéphane Hessel, intitulado *Indignai-vos!*.

Tendo como epicentro das manifestações as universidades de Nanterre e Sorbonne, na França, em meio à desconfiança em relação à toda uma tipologia de autoridades e hierarquias, em diversas instituições, o movimento estudantil deu início a uma série de contestações que, num primeiro momento, contornavam questões como a recusa do caráter classista na universidade, as denúncias de uma falsa neutralidade e objetividade nos campos do saber – principalmente da economia –, uma crítica à ligação de professores à política do governo, mas também o questionamento sobre o destino dos diplomados “na divisão capitalista do trabalho”, onde a havia “a denúncia da escassez de possibilidade de empregos qualificados” (THIOLLENT, 1998, p. 70).

Num curto espaço de tempo, ao lado destas questões outros elementos passaram a ser contestados com respeito a todo conteúdo da sociedade e da vida em geral. Para Michel Thiollent:

Além dos excessos, de suas ilusões ou confusões, o movimento de maio de 1968 incentivou, em muitos lugares do mundo, a crítica coletiva do conhecimento “inadequado”, aquele que só é capaz de justificar o *status quo*. Em 1968, lia-se a crítica ao “homem unidimensional”, endereçada por Marcuse ao conhecimento moldado pela dominação capitalista (THIOLLENT, 1998, p. 93).

A crítica coletiva endereçada ao conhecimento utilizado como meio para a justificação do *status quo* serviu, pois, como um aparato de contestação no âmbito global aliando-se a outros setores da sociedade, incentivando e mobilizando frentes, em todo o mundo, em torno de objetivos políticos, “tais como democratização, defesa das liberdades individuais ou coletivas”, o fortalecimento do movimento feminista pela igualdade das mulheres e a “denúncia contra as guerras etc.” (THIOLLENT, 1998, p. 65).

Em relação à crítica da economia, nos âmbitos do ensino e da pesquisa, a influência das experiências norte-americanas levou o movimento estudantil francês a se manifestar contra a institucionalização nas universidades do conhecimento de “teorias tranquilizantes” e a aceitação de uma “realidade caótica e desigual”, levando, inclusive, a uma crescente “crítica dos fundamentos da economia e de seus compromissos com os interesses de classe” (THIOLLENT, 1998, p. 81). Essa conscientização ficou ainda mais marcada pelas tragédias resultantes da guerra do Vietnã (THIOLLENT, 1998, p. 81).

Nesse momento apresentava-se uma conjuntura de turbulências que vinham ocorrendo desde antes dos protestos nas universidades de Paris, em 1968. Nos EUA, as revoltas pelos direitos civis nos EUA – incluindo a repercussão dos assassinatos de Martin Luther King Jr. e do presidente Robert F. Kennedy, no mesmo ano –, os protestos contra a guerra do Vietnã e pelo retorno das tropas americanas para o solo nacional. Na América Latina a repercussão da luta armada – com o símbolo da captura e assassinato de Che Guevara, em outubro de 1967 – e a própria repercussão do regime ditatorial brasileiro – com a “passeata dos cem mil” organizada pelo movimento estudantil, em junho de 1968, e a instalação Ato Institucional nº 5. Na China, a *Revolução Cultural* entre 1966-1969. Na Tchecoslováquia, a tentativa de reforma do regime comunista, em março de 1968. Com a polêmica visita do Xá da Pérsia à Berlim Ocidental estes elementos, entre outros, interferiram no clima de revoltas entre juventude universitária, não somente na França, como em toda a Europa e em outras regiões do globo.

Logo outros públicos vieram a se somar ao movimento estudantil, como no contexto francês o movimento operário que, a partir do dia 10 de maio, organizou uma paralisação totalizando o número de dez milhões de manifestantes nas ruas.

A relação dos estudantes com o novo grupo de manifestantes terminou por se desdobrar em divergentes discussões no movimento estudantil: por um lado, tiveram aqueles que tinham como prioridade a reestruturação da universidade e a preocupação com a formação crítica como intelectuais e profissionais da categoria; por outro lado, por meio de uma crítica aos primeiros como atuantes do reformismo e do corporativismo, tiveram aqueles que consideravam o momento propício ao engajamento ao lado das lutas operárias, objetivando, portanto, a militância junto aos comitês de ação organizado pelos trabalhadores (THIOLLENT, 1998, p. 78).

Entretanto, no dia 27 de maio, com o fortalecimento das negociações com o governo, os sindicatos de trabalhadores e os empregadores, conteve-se em grande parte a greve dos trabalhadores, levando a enfraquecer o movimento estudantil, que se beneficiara, até o momento, com a força das paralisações.

O resultado das negociações com o governo e os sindicatos promoveu uma série de benefícios e vantagens aos trabalhadores “tais como elevação do salário mínimo, reconhecimento das seções sindicais nas empresas com proteção dos delegados, liberdade de expressão na empresa, diminuição da jornada de trabalho”

(THIOLLENT, 1998, p. 67). Ainda assim, muitos grevistas prolongaram as paralisações até meados de junho, quando então o trabalho fora retomado.

Quanto às formas de comunicação exercidas nos percursos do *Maio de 1968*, o sistema dos meios de comunicação em massa também entra em colapso, especialmente nos veículos de rádio e televisão estatais.

De maneira a desenvolver um espaço de criatividade, meios alternativos de comunicação foram utilizados espontaneamente: panfletagem distribuída entre universidades, fábricas, ruas e metrô; *slogans* e pichações em muros; cartazes; jornais produzidos nos comitês de ação e base nas universidades e bairros populares; história em quadrinhos de teor crítico; fotografias e comunicação oral, sob a forma de discussões improvisadas em praças, esquinas, anfiteatros, assembleias gerais, teatros, locais de trabalho, minicomícios em portas de fábricas, com a participação do público estudantil e operário (THIOLLENT, 1998, p. 67).

De modo específico tanto para a educação, quanto para a comunicação, também houve uma ampla sensibilização contra a postura de adestramento presente entre as autoridades e hierarquias, em diversas instituições, configurando uma crítica aos condicionamentos de uma pedagogia autoritária e da linguagem correntemente utilizada pela mídia na cobertura dos protestos, inclusive por esta empregar a linguagem da propaganda comercial para incentivar a adesão da juventude aos modos de consumo e vida norte-americanos (THIOLLENT, 1998, p. 92).

Uns dos lemas que ficaram mais conhecidos em todo o *Maio de 1968* foram “É proibido proibir”, símbolo de contestação de quaisquer autoridades e hierarquias, e “Um outro mundo é possível”, que será também um das chamadas principais do *Fórum Social Mundial*, posteriormente.

Ainda que para alguns avaliadores do *Maio de 1968*, como Eric J. Hobsbawm, aqueles que compuseram as manifestações e revoltas “não tinham ideias políticas claras” (ARQUIVO N, 2008), indo de encontro às avaliações feitas atualmente, por exemplo, em torno dos protestos realizados em junho de 2013, no Brasil, para Michel Thiollent houve uma crise de sociabilidade manifestada intensamente nas relações sociais. Ainda assim, Thiollent acaba por afirmar que, mesmo que houvesse o desvio, a recusa e a rejeição a muitos fatores concretos, o movimento “não tinha coerência

suficiente para chegar a constituir um coerente tema de ideias” (THIOLENT, 1998, p. 86).

No entanto, torna-se inegável para esses autores que em meio às relações entre o indivíduo, o contexto institucional na universidade, na empresa, no sindicato ou na família foi estabelecido uma experiência de intenso conflito nesse período.

A sensação de enfraquecimento da representação política frente a partidos ou outros tipos de organizações, como a militância política e sindical, foram progressivamente sendo expressadas, alterando a própria noção de militância, que passa a entrar em declínio especialmente a partir de 1970 (THIOLENT, 1998, p. 86).

A alternativa que se buscou praticar entre estes movimentos, na contramão do sistema hierárquico e autoritário denunciados, vai encontrar, em 1968, a herança anarquista da *autogestão* como uma concepção “de vida diferente, um olhar, uma *independência* para com as doutrinas e hierarquias estabelecidas” (THIOLENT, 1998, p. 93).

Dessa forma, entre o meio estudantil, na vertente cultural do clima pós-1968 esteve presente “uma forma de ‘alergia’ aos fatos de autoridade”, trazendo à tona a negação de qualquer forma de liderança (THIOLENT, 1998, p. 93).

Portanto, para além de seus excessos, ilusões ou confusões, o movimento de maio de 1968 “incentivou, em muitos lugares do mundo, a crítica coletiva do conhecimento “inadequado, aquele que só é capaz de justificar o *status quo*” (THIOLENT, 1998, p. 93).

De certa maneira, como aponta Thiollent, iniciada no cenário do *Maio de 1968*, mais tarde irá se desenvolver nos posteriores movimentos ecológicos ou partidos verdes uma crítica reforçada aos impactos do capitalismo industrial (THIOLENT, 1998, p. 92).

A partir dos anos 70 e 80 houve um forte amadurecimento dos movimentos ambientalistas e, na virada do milênio, este será um tema a ser debatido em todas as edições do *Fórum Social Mundial*.

Antes disso, no começo dos anos 1990, a província de Chiapas, no México, iniciou o ano de 1994 ocupada pelo *Exército Zapatista de Libertação Nacional* (EZLN). Com formação majoritariamente de população indígena, o movimento guerrilheiro

estabeleceu um longo enfrentamento com o poder público tomando ao menos sete cidades dentro da província de Chiapas²⁸.

Retomando a memória de luta das populações indígenas, segundo o movimento “produto de 500 anos de lutas”, a *Primeira Declaração da Selva Lacandona* especifica a ação como um chamado do povo mexicano que luta “por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz”, contra “a ambição insaciável de uma ditadura de mais de 70 anos por um bando de traidores que representam os grupos mais conservadores e vende-pátrias” (ENLACE, 1994).

No mesmo dia 1º de janeiro de 1994 entrava em vigor o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), no qual os países do Canadá, México, EUA e Chile (como associado) assinaram um acordo para fortalecer as relações comerciais na região, estimulando a diminuição de barreiras alfandegárias entre os países.

Com um forte impacto sobre a economia mexicana, o acordo surtiu o efeito contrário do que se esperava ocasionando a deterioração da economia nacional no país e um retrocesso social que, no final das contas, ampliou as taxas de desemprego da classe trabalhadora.

Entre os anos de 1983 (ano de sua criação) e 1994, o EZLN teve sua formação constituída por dois grupos distintos, sendo o primeiro oriundo das populações urbanas, com filiação política à esquerda marxista e ampla influência das táticas de *foquismo*, teoria desenvolvida por Che Guevara (1928-1967), em Cuba, e que consiste na criação de focos de guerrilha espalhados pelo mundo.

O segundo grupo era composto por indivíduos pertencentes a comunidades indígenas, ligados às tradições do campo e da ancestralidade. Uma vez que a *Revolução Mexicana* de 1910 era considerada pelo grupo reunido como um processo inacabado, a figura do líder da revolução Emiliano Zapata acabou tornando-se o símbolo do EZLN (BISCO JÚNIOR, 2009, pp. 17-19).

Herdeiro de um descontentamento político tornado insuportável nos ideais do movimento, o enfrentamento foi estabelecido para pressionar os governos legislativos e judiciário mexicanos a assumirem a responsabilidade constitucional a fim de impedir

²⁸ A província de Chiapas contém a maior concentração de população indígena de todo o México, compondo o convívio dos grupos étnicos como *tzotziles*, *tzeltales*, *choles*, *tojolabales*, *mames* e *zoques*.

“a política genocida que o governo executivo-federal impõe” ao povo mexicano, e mais especificamente de origem indígena, seguindo o princípio da soberania nacional, estipulado no artigo 39º da Constituição Mexicana, que afirma:

“A soberania nacional reside essencial e originariamente no povo. Todo o poder público emana do povo e institui-se para seu benefício. O povo tem, em todo o tempo, o direito inalienável de alterar ou modificar a forma de seu governo” (ENLACE, 1994).

Gerido pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional, nas palavras de seu principal porta-voz, o autodenominado subcomandante “Marcos” declara como exigências do EZLN a renúncia do governo federal, encabeçado pelo presidente Carlos Salina de Gortari entre 1988 e 1994, e a formação de um novo governo de transição direcionado a convocar novas eleições, “livres e democráticas”, para agosto de 1994.

Como um movimento organizado e desenvolvido por dez anos na selva Lacandona, em Chiapas, tais exigências repousam sobre as bases de demandas que, segundo “Marcos”, constituem a luta campesina e indígena de Chiapas: pão, saúde, educação, autonomia e paz. Mas principalmente, frente à acusação de fraude do sistema eleitoral e à falta de representação da população indígena nos partidos políticos tanto de direita, quanto de esquerda, a demanda central encontra-se definida na tentativa de que os combatentes de origem indígena estabeleçam o papel de interlocutores com sua própria gente.

Frente à constatação de que “Marcos” não apresente origens indígenas, em entrevista o subcomandante atesta que o movimento ultrapassa a especificidade da região *chiapaneca*, estando a luta representada no âmbito nacional, unificando mexicanos pela demanda da liberdade e da democracia (ENLACE, 1994).

Nessa perspectiva de unidade, já em janeiro de 1996, o EZLN publica sua *Primeira Declaração Sobre a Realidade. Contra o Neoliberalismo e Pela Humanidade*, na qual clama “a todos que lutam pelos valores humanos da democracia, liberdade e justiça”, “[...] que se esforçam para resistir ao crime mundial chamado ‘neoliberalismo’”, para construir a “internacional da esperança”, objetivando a unidade “acima de fronteiras, idiomas, cores, culturas, sexos, estratégias e pensamentos” (ENLACE, 1996).

Para tanto, no documento encontra-se convocado para o meio do ano o *Primeiro Encontro Intercontinental para a Humanidade e Contra o Neoliberalismo*, com assembleias preparatórias anunciadas em centrais nos cinco continentes. Entre as quatro mesas temáticas discutidas no encontro foram trabalhados os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais vivenciados sob o modelo neoliberal, as formas de resistência e as propostas de luta contra o modelo. Desse modo, o EZLN busca reunir o maior número possível de envolvidos:

[...] todos os indivíduos, grupos, coletivos, movimentos, organizações sociais, cidadãos e políticas, os sindicatos, as associações de vizinhos, cooperativas, todas as esquerdas existentes ou por existir; organizações não-governamentais, grupos de solidariedade com as lutas dos povos do mundo, bandas, tribos, intelectuais, indígenas, estudantes, músicos, trabalhadores, artistas, maestros, camponeses, grupos culturais, movimentos juvenis, meios de comunicação alternativos, ecologistas, colonos, lésbicas, homossexuais, feministas, pacifistas (ENLACE, 1996).

Além da própria natureza do embate político provocado pelo movimento, o que trouxe maior repercussão ao movimento, no período, foi sua inovação no uso dos meios de comunicação como instrumento de articulação global e apropriação para o alcance de seus interlocutores.

Segundo o jornalista Alejandro Reyes-Arias, o EZLN terminou por inspirar o uso de novas mídias como forma de luta sobre grande parte da sociedade civil nacional e internacional, que começava a criar uma rede de mídia alternativa descentralizada (REYES-ARIAS, 2009).

Através de sites, rádios e revistas o uso destes instrumentos pelo movimento serve ainda atualmente para denunciar “abusos, violações e repressão por parte dos governos, das forças policiais e das grandes empresas, que não recebem cobertura na mídia comercial” (REYES-ARIAS, 2009). Paralelamente, estes instrumentos também são utilizados para articular formas de resistência e luta contra as consequências negativas perpetradas pelas especulações do capitalismo financeiro, “compartilhando informações sobre atividades em diversas partes do país e do mundo, análises políticas e novas formas de organização” (REYES-ARIAS, 2009)²⁹.

²⁹ Os diferentes meios de comunicação utilizados pelo EZNL ou em parceria com o movimento, distribuídos entre site, rádios e revistas situam-se entre os seguintes endereços virtuais, entre outros: *Enlace Zapatista* – site oficial (<http://www.enlacezapatista.ezln.org.mx>); *Radio Zapatista* (<http://www.radiozapatista.org>); *Centro de Documentación Zapatista* (<http://www.cedoz.org>); *FZLN – Frente Zapatista* (<http://www.fzln.org.mx/>); *Revista Chiapas*

A introdução de temáticas como a *democracia*, a *justiça*, a *independência* e a *autonomia* e a *participação* entre as Declarações do EZNL e o pioneirismo na articulação de inovações que buscam democratizar a informação termina por coincidir, senão por influenciar diretamente, com o amadurecimento dos ideais de transformação política, social, econômica e ambiental e dos princípios defendidos pelo *Fórum Social Mundial*, por um lado, e com o uso das redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter*, pelos movimentos inseridos na onda de protestos a partir da crise de 2008 pelo mundo.

Assumindo uma postura hierárquica na qual as diferentes tropas organizadas devem “operar de acordo com as ordens do Comando Geral ou Comandos de Frente de Combate” (EZLN, 1993), o EZLN outorga a *Lei de Direitos e Obrigações dos Povos em Luta*, direcionada às cidades ocupadas pelos Comandos, ainda que o princípio da *autonomia* e da *independência* não conste nos estatutos do movimento, em solidariedade com todos os que lutam “contra o governo opressor e os grandes exploradores nacionais e estrangeiros”, (EZLN, 1993).

Como direitos o EZLN se compromete a garantir a autonomia dos cidadãos na escolha de seus representantes civis, na vigilância da ordem pública dos representantes eleitos, das ocupações e possíveis abusos das tropas, “exigir das forças armadas revolucionárias garantias para pessoas, famílias e propriedades particulares e coletivas de vizinhos ou transeuntes que não sejam inimigos da revolução”, como também o direito da população de armar-se contra os ataques ou atentados cometidos pelo poder público, mas inclusive pelas forças armadas revolucionárias, entre outros (EZLN, 1993).

No entanto, o documento da *Lei* acaba por apresentar algumas contradições em torno das obrigações a serem prestadas pela população sob a ocupação dos Comandos.

(<http://www.edicionesera.com.mx/Chiapas3a12.html>); *Congresso Nacional Indígena – CNI* (<http://www.laneta.apc.org/cni>); *Chiapas para el Mundo* (<http://www.sacbe.com/chiapas/indice.htm>); *La Jornada en internet* (<http://www.jornada.unam.mx>); *Revista Proceso* (<http://www.proceso.com.mx>); *Site Oficial anterior* (<http://www.wzln.org>); *Laneta Mexicana* (<http://www.laneta.apc.org>); *Radio Insurgente* (<http://www.radioinsurgente.org/>); *Revista Rebeldia* (<http://www.revistarebeldia.org/>); *Chiapas Indymedia* (<http://chiapas.indymedia.org/>); *Jornal Jornada* (<http://www.jornada.unam.mx>); *Plataforma de solidariedade com Chiapas* (<http://www.nodo50.org/pchiapas/>); *Viva Zapata – site francês* (<http://www.zapata.com>); *Frente Zapatista de Libertación Nacional* (<http://www.angelfire.com/ak4/FZLN/>); *Enlace Civil* (<http://www.enlacecivil.org.mx/>); *Zapapres – site alemão* (<http://www.zapapres.de/>).

Entre as nove obrigações, constam, por exemplo, a obrigação de prestar serviços de vigilância, de mensageiros ou guias das forças armadas revolucionárias, levar alimento às tropas, transporte de feridos e sepultamento de cadáveres, dedicação a um trabalho lícito, entre outras (EZLN, 1993).

Desse modo, numa primeira análise, o EZLN termina por englobar um complicado sistema de organização, no qual convivem o ideal de luta e libertação das populações oprimidas pelo “neoliberalismo”, um elogio à “democracia”, mas também a cobrança de uma postura de deveres e obrigações que permite ser interpretada como de natureza coercitiva.

Ainda assim, uma das características marcantes do EZLN permanece sendo seu pioneirismo no uso de tecnologias para a comunicação, divulgação e organização do movimento.

De sua primeira realização em janeiro de 2001, na cidade gaúcha de Porto Alegre, no Brasil, diante do exemplo do Levante Zapatista, o *Fórum Social Mundial* surgiu entre protestos e mobilizações que já vinham acontecendo e se multiplicando nos últimos anos, mundialmente, “contra um neoliberalismo que se pretendia triunfante” (WHITAKER, 2005, p. 15)³⁰.

O ano de 1999 também ficou marcado pelas manifestações ocorridas na cidade de Seattle (estado de Washington), nos EUA, quando cerca de 40 mil a 100 mil manifestantes se posicionaram em oposição a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), que acontecia na cidade naquele 30 de novembro³¹.

As motivações das manifestações eram distintas: a) do lado das ONGs e grupos humanistas, as reivindicações se associavam ao repúdio do incentivo ao avanço de políticas neoliberais que ameaçavam ferir os direitos humanos, políticas de saúde, educação e distribuição de renda; b) os ambientalistas se comprometiam a barrar as negociações a serem realizadas na reunião da OMC, sob a denúncia de estas proporem políticas desenvolvimentistas (estatais e privadas) que ameaçavam a

³⁰ Para o debate sobre acirramento da constante onda de protestos que vinha se fortalecendo desde o Levante Zapatista Cf. CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

³¹ Cf. GIOVANNI, Julia Ruiz Di. Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-04072008-143738/>>. Acesso em: 2016-06-02.

sustentabilidade ambiental; c) já os grupos de sindicalistas buscavam reforçar a luta pela manutenção dos direitos trabalhistas; d) por fim, outro grupo proeminente nas manifestações, os anarquistas se mobilizaram em rejeição à política de especulação financeira do modelo econômico vigente nas negociações, colocando em prática, por sua vez, diferentes metodologias de ação como o confronto direto e destruição de propriedades corporativas³².

As metodologias de ação voltadas para o confronto direto são vastamente utilizadas por grupos como os mais popularmente conhecidos, os *Black Blocs*. Somando-se à onda de protestos contra a OMC, Seattle foi o palco onde as ações dos *black blocs* (nem todos de origem anarquista) ganharam maior visibilidade internacional.

Suas táticas, originadas ideologicamente dos *Autonomen* berlinenses, dos anos 1980, estão aparelhadas para procurar garantir a autodefesa dos manifestantes presentes em algum protesto, frente à possível retaliação e ações repressivas por parte das forças de ordem, e, contemporaneamente, dirigir ataques a símbolos de especulação capitalista, como empresas privadas e instituições do Estado.

Buscando romper com o modelo de desobediência civil passiva, experienciado com sucesso entre o movimento pela independência da Índia encabeçado por Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948) e na luta pelos direitos civis dos EUA através da liderança de Martin Luther King Jr. (1929-1968), para David Graeber, ativista integrante dos *black blocs* no protesto de Seattle e professor de Antropologia da London School of Economics, o modelo de resistência gandhiano tem sofrido eficácia em escala massiva após sua utilização desde o movimento pelos direitos civis nos EUA.

Uma vez que a ausência de uma imprensa livre e atuante dificultava o impacto da desobediência não-violenta sobre a opinião pública, propiciando efeitos políticos eficazes, o objetivo dos *black blocs* passou a considerar, de um lado, o resgate da atenção dos meios de comunicação de massa e, de outro, transmitir a sua mensagem de oposição à liberalização econômica e aos acordos de livre comércio, por meio da ação de destruição da propriedade.

³² Para um aprofundamento da leitura Cf. DEPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Vêneta, 2014.

Ao mesmo tempo, seguindo regras pactuadas entre os ativistas integrantes do movimento, somente alvos de grande porte no comércio podiam ser considerados, e nenhuma agressão a pessoas ou animais seriam toleradas (ORTELLADO, 2016).

Mais recentemente, a partir da onda de protestos globais que se intensificaram a partir de 2011 – pós-crise financeira de 2008 –, o movimento *black bloc* gerou grande polêmica pelo uso de suas táticas, inclusive no Brasil, onde a forte presença do movimento despertou perplexidade e uma tentativa de desmoralização dos protestos pelos meios de comunicação, como os jornais de grande circulação e a mídia televisiva³³.

Essa constante de protestos em Seattle, despertada a partir do ano de 1999, terminou por confluir em direção a um alvo em comum: os efeitos negativos da globalização econômica, consolidados nos acordos econômicos internacionais como as reuniões anuais do *Fórum Econômico Mundial*, em Davos, na Suíça.

Assim, em meio a ideais crescentes de resistência ao neoliberalismo nasceu a ideia de uma organização que se fizesse capaz de contrapor as ideias do *Fórum Econômico Mundial*. Propondo a utopia de um “outro mundo possível”, o FSM instituiu-se como “uma operação de contracomunicação ao Fórum Econômico de Davos”, afirmando-se como contestação do “pensamento único” do capitalismo triunfante (FERREIRA, 2005, p. 19).

Numa avaliação sobre os movimentos sociais da atualidade, em entrevista ao *Jornal do Comércio*³⁴, em Porto Alegre (RS), de 2011, Oded Grajew, idealizador do *Fórum Social Mundial*, atesta que o que aconteceu no mundo árabe, diante dos protestos da *Primavera Árabe*, “não foi nenhuma surpresa”, uma vez que a articulação de suas lideranças já se tinha fomentado nas últimas edições do Fórum.

Mas o que permite tal afirmação? Ou melhor, em que contexto o papel desenvolvido pelo FSM pode nos fornecer subsídios suficientes para o respaldo de tal afirmação?

³³ Sua forte presença nas manifestações ocorridas no Brasil, em junho de 2013, encontra-se profundamente analisado pela parceria de Esther Solano, Bruno Paes Manso e Willian Novaes, in: *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

³⁴ Entrevista alocada no sítio da Rede Nossa São Paulo. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/noticias/entrevista-para-grajew-mundo-quer-participar-mais-de-decisoes-politicas>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

Em 1995, o sociólogo e antigo líder do editorial do *Le Monde Diplomatique* (edição brasileira), Ignacio Ramonet, rearticulava o termo “pensamento único” a fim de alertar sobre a tentativa de “hegemonização de um instrumental ideológico que visava impor universalmente o domínio absoluto da economia e do mercado sobre os rumos políticos, sociais e culturais do mundo globalizado pós derrocada soviética” (FERREIRA, 2000, p. 250), instrumental este que desde o início dos anos 1990 tornava-se política oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para Francisco (“Chico”) Whitaker Ferreira, outro dos idealizadores do FSM e também membro do Secretariado Internacional da organização, o Fórum se constituía numa nova etapa do movimento mundial de resistência ao tipo de globalização econômica praticado pelo pensamento neoliberal (SGUISSARDI, 2001, p. 292):

Riqueza e democracia foram os dois grandes temas do Fórum. Daquela debateu-se sua formação, concentração e distribuição, ao lado das candentes questões do **emprego**, meio ambiente e a ausência de controles do capital financeiro. Da democracia discutiram-se especialmente os limites ou quase a impotência dos Estados nacionais em face da ampla liberdade operacional do capital financeiro e o peso de órgãos multilaterais como o FMI (SGUISSARDI, 2001, p. 292 – Grifo do autor).

Portanto, indo “mais além das manifestações de massa e protestos, pareceria possível passar-se a uma etapa propositiva, de busca concreta de respostas aos desafios de construção de ‘*um outro mundo*’”, colocando em prática uma economia “a serviço do ser humano e não o inverso” (FERREIRA, 2000, p. 2).

Ao fim da primeira edição do FSM, em 2001, sua repercussão levou seus organizadores a programarem novas edições e, dessa feita, considerar a elaboração de uma “carta de princípios”, objetivando assegurar a continuidade do êxito do evento nas próximas edições.

Dessa forma, a divulgação da Carta inaugurava um elenco de diretrizes redigidas para reafirmar os objetivos e as principais opções organizativas adotadas na primeira edição, traduzindo, assim, “as intuições políticas básicas da proposta” (FERREIRA, 2005, p. 38).

Aprovado em 09 de abril de 2001, pelo Comitê de Organização, e aprovado novamente com modificações pelo Conselho Internacional, no dia 10 de junho de

2001, o conteúdo da *Carta de Princípios do Fórum Social Mundial*³⁵ se divide em 14 itens ou orientações. Longe de pretender a configuração de um documento final, a Carta encontra-se disposta como um documento básico para conferir ao processo do Fórum aquilo que se tornaria sua marca em contraposição aos demais instrumentos de luta disponíveis em sociedade: “seu ponto de partida é a opção por organizá-lo como um ‘espaço aberto’, sem dirigentes nem dirigidos” (FERREIRA, 2005, p. 38).

Atualmente, ainda não contando com a unanimidade entre os organizadores dos diferentes Fóruns, uma das resistências se direcionavam a exigências pouco habituais na ação política que a Carta elenca.

Nesse sentido, ao declarar o Fórum como um *espaço aberto*, o documento determina a ausência de partidos políticos, governos, instituições internacionais, organizações militares, mas principalmente de quem “esteja a favor do neoliberalismo ou não o considere tão negativo para o mundo quanto dizem os que o combatem” (FERREIRA, 2005, p. 77).

Frente a certa resistência³⁶, para Francisco Whitaker a justificativa recai, no caso das organizações militares, na assunção de uma clara posição contrária a qualquer possibilidade do uso da violência (FERREIRA, 2005, p. 65); em relação ao envolvimento de partidos e organizações internacionais o fechamento se refere exclusivamente à possibilidade de se desenvolver atividades auto-organizadas, visando barrar limitações que venham introduzir nos Fóruns “dinâmicas competitivas contrárias a todo o seu espírito, ou de que o instrumentalizem para seus próprios objetivos” – o que não impede a participação filiadas a partidos políticos, desde que como membros de organizações da sociedade civil de que também fazem parte (FERREIRA, 2005, p. 78).

Portanto, para além de ser um *espaço aberto* que busca reunir diferentes tipos de demandas, a partir dos diferentes movimentos sociais e entidades da sociedade civil que carregam como mote a construção de um “outro mundo possível”, outras opções básicas para a organização transitam entre o posicionamento dos

³⁵ Disponível em: <http://memoriafsm.org/page/carta?locale-attribute=pt_BR>. Acesso em: 03 jun. 2016.

³⁶ No caso do III Fórum Social Europeu, realizado em Londres, a organização do evento contou com a participação decisiva de um partido político e do governo municipal. Cf. FERREIRA, 2005, Op. cit., Nota de Rodapé, p. 38.

organizadores em promover o convite à articulações e discussões – de forma *não-diretivas* e facilitadora –, para que sejam apresentadas e intercambiadas iniciativas que visem a superação da lógica da especulação financeira globalizada.

Em seguida, com o desenvolvimento dos Fóruns, foi-se estimulando a prática de *autonomia e autogestão* das temáticas presentes em cada oficina ou debate entre os próprios participantes, os quais assumiram igualmente o papel de facilitadores a serviço dos demais (FERREIRA, 2005, pp. 47-49).

Nessa perspectiva, combinada com a *auto-organização e não-diretividade* do evento, desenvolveu-se uma vivência de corresponsabilidade que obrigou, em diversas etapas do evento em Porto Alegre, por exemplo, a que seus participantes assumissem a responsabilidade pelo êxito dos encontros a serem realizados (FERREIRA, 2005, p. 50).

Esse modelo de organização acabou por tornar o FSM um espaço aberto de vida em rede intensa, “sem chefes nem comandos, com a garantia da absoluta autonomia de cada entidade, movimento ou pessoa”, avançando em direção a “uma nova cultura política baseada na *horizontalidade* e na *não-diretividade*” (FERREIRA, 2005, p. 78 – Grifo nosso)³⁷.

A partir dessa conjuntura, Francisco Whitaker recorda que as mesmas posturas assumidas pelas edições do Fórum estiveram igualmente presentes, por exemplo, na manifestação antineoliberal ocorrida na cidade de Seattle, nos EUA, “resultante ela também de um processo organizativo em *rede*” (FERREIRA, 2005, p. 216 – Grifo nosso).

Nessa altura, voltemos à atestação de Oded Grajew, idealizador do Fórum Social Mundial, alegando que o ocorrido no mundo árabe, a partir de dezembro de 2010, não teria sido uma surpresa, quando a articulação de suas lideranças já se tinha fomentado nas últimas edições do Fórum.

Para o empresário israelense, defensor da responsabilidade social da empresa, “o Fórum Social Mundial ajudaria as pessoas a mudar a cabeça e perceber que o ‘fim

³⁷ Se nas primeiras edições do evento seus organizadores encontraram um pouco de dificuldade em colocar em prática a perspectiva da *horizontalidade*, quando a presença de dirigentes políticos ou intelectuais conhecidos reservou uma maior utilização dos espaços disponíveis, a partir de 2004, na edição de Mumbai, na Índia, houve uma maior preocupação em assegurar o respeito ao caráter de *horizontalidade*, estimulado na *Carta de Princípios do Fórum Social Mundial*. Cf. FERREIRA, 2005, Op. cit., p. 55.

da História' não chegou, que existem alternativas e que muitos são explorados por poucos", pelo motivo de que "estes muitos não conseguem muitas vezes perceber e acreditar nas alternativas, se articular e se juntar para mudar" (GRAJEW, 2005 *apud* FERREIRA, 2005, p. 12).

Nessa perspectiva, com o processo do Fórum iniciado em 2001, seus organizadores, em aliança com outras organizações de outros países, resolveram criar o Comitê Internacional do Fórum, a fim de garantir o apoio e a continuidade em mundializar a iniciativa do evento.

Entretanto, ao contrário de se impor em oposição à ação dos partidos – "determinante para a elaboração de leis e para a ação governamental" –, ou mesmo na contramão dos movimentos sociais e sindicatos – como "a forma mais visível de denunciar, contestar, protestas e pressionar" –, para Francisco Whitaker o real êxito de um Fórum, como o FSM, tem o seu resultado político medido pela sua capacidade de impulsionar o nível de cooperação e articulação, inseridos nos diferentes tipos de ação transformadora, "dos diferentes tipos de ator político de cuja ação depende a mudança efetiva do mundo" (FERREIRA, 2005, pp. 63-65).

Dessa forma, no lugar de um movimento – que corre o risco de se constituir simplesmente num outro movimento ao lado dos demais que já existem –, para o autor o ideal do Fórum é que este seja um "espaço aberto", reforçando a ideia do FSM como uma função unicamente intermediária e, para tanto, "ele dá uma contribuição específica, diferente daquela que devem dar os demais instrumentos de ação política" (FERREIRA, 2005, p. 21).

Portanto, pode-se dizer que diante dos movimentos sociais na atualidade, o FSM buscou, desde sua origem, cumprir um papel "catalizador" do "maior número possível de propostas e iniciativas que possam ajudar a construir o 'outro mundo possível'" (FERREIRA, 2005, pp. 21-22)³⁸.

³⁸ Mais próximos de eventos mais recentes, como a Primavera Árabe a partir do final de 2010, as edições de 2013 e 2015 do FSM tiveram como destino a cidade de Túnis, na Tunísia, decisão tomada diante dos desafios e transformações enfrentadas pela região nos últimos anos. Cf. AÇÃO EDUCATIVA, ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO. Fórum Social Mundial 2013 será realizado na Tunísia. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/em-acao/52-acao-em-rede/10004588-forum-social-mundial-2013-sera-realizado-na-tunisia>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Ao fazer uma análise das mudanças que ocorreram nos contextos dos Fóruns realizados, desde sua primeira edição a janeiro de 2016, em entrevista à *Carta Capital* Oded Grajew argumenta:

Naquela época, o neoliberalismo estava em seu auge. Era visto por alguns como o caminho que ia levar o mundo ao bem-estar, à felicidade geral e ao fim da desigualdade. O que mudou é que isso caiu por terra. Acho que ninguém está falando hoje que temos que deixar os mercados financeiros e os bancos agirem sem controle ou restrição. Nem o país mais capitalista do mundo, os Estados Unidos, deixa os mercados financeiros sem supervisão. Pelo contrário, de lá para cá uma série de regulações foram feitas, envolvendo todos os grandes países do mundo, para acabar com os paraísos fiscais, por exemplo (MELO, 2016).

A percepção cada vez mais marcante sobre os efeitos nocivos que podem ter a postura política e econômica contraditória do neoliberalismo afirmam-se, pois, nos termos da autonomia de uma especulação financeira que privilegia a vigência de conceitos individualistas e baseados na propriedade, os quais “em nada contestam a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal” (HARVEY, 2014, p. 27). Neste cenário, “os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar” (HARVEY, 2014, p. 27)

Diante dessa nova conjuntura, outro elemento importante que por sua vez irá procurar contrapor-se ao desconforto diante de lideranças desgastadas e da falta de representatividade sentida nos diferentes contextos da atual onda de protestos que movimentam o mundo, é o debate em torno da *democracia participativa*.

E uma vez que um dos eixos principais de discussão nas edições do FSM gravitam em torno da democracia, um dos desafios mais acirrados que salta aos olhos na atualidade das movimentações políticas é debater: de que “democracia” estamos falando?

Colocado o questionamento, Grajew elucida que movimentos como o *Podemos* e o *Ciudadanos*, ambos partidos formados a partir da raiz dos movimentos dos *Indignados*, na Espanha, refletem a busca por outras formas de participação no jogo político, “a partir da sociedade civil” (MELO, 2016).

Se, por um lado, a afirmação de que as edições do *Fórum Social Mundial* tenham exercido uma influência direta na eclosão da atual onda de protestos no mundo soe pretensioso demais, por outro, o aumento das desigualdades e o desmoronamento contínuo dos modelos tradicionais de representatividade popular,

impulsionados com maior força diante da crise econômica de 2008, transformou a trajetória organizacional e metodológica do FSM num contínuo catalizador e provocador da busca por alternativas concretas para a (con)vivência de “um mundo melhor”.

Para Daniel Cohn-Bendit (ex-líder do movimento estudantil *22 mars* e atualmente militante do Partido Verde Alemão – *Die Grünen*), comparada à conjuntura dos acontecimentos em maio de 1968 no mundo, há hoje uma juventude que se encontra angustiada com o futuro reservado à sua geração. Para o ex-líder estudantil:

Vivemos um outro mundo. E para os jovens, o mundo é completamente diferente de hoje. Nós não conhecíamos o desemprego, não conhecíamos a Aids, não conhecíamos a degradação climática, nem a globalização sem limites como hoje em dia. Temos uma juventude angustiada com o futuro. Para nós, o futuro nos pertencia... Nós éramos hedonistas, mas a gente podia ser. Hoje, os jovens têm uma verdadeira angústia em relação ao futuro (ARQUIVO N, 2008).

Nessa perspectiva, o desenrolar de eventos contestatórios como os ocorridos no turbulento *Maio de 1968*, que desencadeou-se numa acentuada crítica em relação a toda uma tipologia de hierarquias e autoridades nos âmbitos do sistema educacional, da comunicação, sociais, políticos e culturais e, por outro lado, a trajetória do ativismo proposto nas edições do *Fórum Social Mundial*, a partir de 2001, um forte representante de uma nova etapa do movimento mundial de resistência ao tipo de globalização econômica praticado pelo pensamento neoliberal, irão legar, de certa forma, a circulação e a experiência pioneira de reivindicações norteadas pelo questionamento por alternativas ao *status quo* estabelecidos em sociedade.

Ao lado do Exército Zapatista de Libertação Nacional, o uso de tecnologias como o rádio, revistas e a própria internet como meios de comunicação, divulgação e organização do movimento legou ao EZLN o pioneirismo e, talvez, as primeiras bases para o desenvolvimento do *ciberativismo* como ação política dos movimentos sociais da atualidade, mas também do fortalecimento das críticas ao atual modelo político e econômico vigentes.

Entretanto, o resgate de princípios como a *autonomia*, a *independência* e a *horizontalidade*, expressados num ideal de *autogestão* entre os movimentos sociais ponderados na atualidade evidenciam, pois, que o recurso a tais princípios irá se reconfigurar e se redistribuir em nuances diferentes, podendo algumas vezes reforçar

o discurso de contestações anteriores, como o descontentamento em relação à classe política e às desigualdades sociais, políticas e econômicas, mas, em outros casos, podendo variar na efetivação das práticas de tais princípios.

Ao lado do resgate desses princípios, o desenvolvimento de recursos tecnológicos na era digital irá fornecer um amplo aparato instrumental que, para além da reestruturação das sensibilidades e do redimensionamento do acesso à informação, fornecerá as bases para articulação de um tipo de ativismo, atualmente denominado de *ciberativismo*.

Portanto, uma vez que iremos abordar a especificidade de movimentos como o *Democracia Real YA!*, o *Occupy Wall Street* e, no Brasil, o *Movimento Passe Livre - SP*, o coletivo *Juntos!* e a *Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre*, em seguida analisaremos como os princípios da *autonomia*, da *independência*, da *horizontalidade* e, através do *ciberativismo*, a *solidariedade* estarão por eles articulados e que demandas encontram-se balizadas por suas reivindicações.

2 DIFERENTES, NO ENTANTO PARECIDOS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS FALAS DAS *JORNADAS DE JUNHO* NO BRASIL, DOS *INDIGNADOS DA ESPANHA* E DO *OCCUPY WALL STREET*, NOS EUA

2.1 Dos vestígios materiais aos vestígios-bytes

Como primeira etapa para podermos dar prosseguimento, posteriormente, à análise mais aprofundada do conteúdo discursivo presente em cada um dos movimentos investigados, se faz importante observar que elementos específicos encontram-se envolvidos no trato com suportes de leitura como os *blogs* que iremos examinar.

Se até o momento presente o ofício histórico esteve habituado a interrogar e interpretar registros escritos, orais, iconográficos ou imateriais, passando por seus períodos de adaptação e crítica, a análise de fontes digitais ainda reserva certa resistência para se tornar hábito comum entre os historiadores.

Este fato pode se tornar mais compreensível se levarmos em consideração que, do lado das fontes, em termos de autoria e circulação, se faz necessária certa reflexão crítica em relação a quem se encontra por trás da produção da informação obtida, mas também em relação a quem a obtém.

Do lado do método histórico a ser empregado, investigar os vestígios encontrados em rede requer, antes, que sejam abordadas algumas questões técnicas, como por exemplo o acesso às fontes disponíveis e a preservação do material coletado.

Para uma abordagem inicial dessas questões, o projeto intelectual e investigativo que Roger Chartier se propôs para compreender as práticas de leitura pode servir-nos de grande apoio.

Para o historiador que pretender trabalhar um texto antigo, Chartier adverte para a necessidade de uma dupla pesquisa:

[...] identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao

discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão. Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este inscreve-se diversamente nos seus leitores. Daí a necessidade de reunir duas perspectivas, frequentemente separadas: o estudo da maneira como os textos, e os impressos que lhe servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita e, por outro lado, a recolha das leituras efetivas, captadas nas confissões individuais ou reconstruídas à escala das comunidades de leitores (CHARTIER, 2002, pp. 123-124).

Feita a recomendação e, portanto, reunidas as perspectivas sobre, de um lado, as estratégias e objetivos da autoria e da edição e, de outro, as diferentes práticas de leitura possíveis e as expectativas dos leitores, Chartier ainda destaca que contra a representação de um texto ideal deve-se sempre recordar que nenhum texto pode ser considerado fora do suporte de leitura. Isso quer dizer “que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor” (CHARTIER, 2002, pp. 126-127).

Assim, para a reconstrução do processo pelo qual uma obra adquire sentido, se faz necessário que se considerem as relações estabelecidas entre “o texto, o objeto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera” (CHARTIER, 2002, p. 127).

Nas diferenças do uso partilhado que envolvem a leitura de um impresso, as práticas contrastantes de leitura devem ser entendidas como “concorrências”, e, portanto, a partir da organização de operações de distinção ou de imitação, enraizadas “nas disposições do *habitus* de cada grupo” (CHARTIER, 2002, p. 137).

Desta breve reflexão pela ótica de Chartier podemos depreender, pois, que pensar a autoria e a circulação de um texto produzido envolve, no primeiro caso, considerar as *estratégias* exercidas pelos autores e editores na construção de uma leitura “adequada” ao propósito da produção e, ao mesmo tempo, compreender o suporte que lhe serve de apoio.

Por outro lado, pensar a circulação do mesmo texto pressupõe, necessariamente, ponderar sobre as *operações* acionadas na apropriação do texto produzido, seja através da distinção ou da imitação.

Para Walter Benjamin, através de uma leitura realizada entre 1935 e 1936 no ensaio *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, se durante séculos a situação da literatura na Europa colocava para um pequeno número de leitores, um

número multiplamente maior de leitores, a partir da primeira metade do século XX a diferença entre autor e público já se encontra “a ponto de perder seu caráter essencial (BENJAMIN, 2012, pp. 79-81).

Desse modo, se o leitor encontra-se na condição contínua de tornar-se autor – observe-se o exemplo das “Cartas dos leitores” nos jornais diários –, a competência literária deixa de se sustentar por meio de uma formação especializada e se torna produto da politécnica, vindo a ser um “bem comum” (BENJAMIN, 2012, p. 81).

Entretanto, estas mesmas averiguações e advertências se aplicariam da mesma forma na investigação específica dos *blogs* atribuídos aos movimentos sociais analisados por nós?

Pensar o suporte de textos e imagens numa plataforma como os *blogs* traz algumas novidades reflexivas a partir dos exemplos dos movimentos sociais por nós investigados: entre eles encontra-se disponível, por exemplo, a existência de licenças que permitem o uso, o compartilhamento e, em alguns casos, até mesmo o livre acesso para a edição da própria página por parte dos usuários da *internet*. O que torna a *autoria* passível de intervenções por parte de usuários que tenham se vinculado à página por meio da criação de uma conta.

A começar pelo movimento *Occupy Wall Street*, o *blog* é fundado por Micah White, em nome da *The Occupy Solidarity Network, Inc.*, ou em tradução livre, Rede de Solidariedade do Occupy, e se utiliza do serviço *GitHub*³⁹, que permite o desenvolvimento de projetos de contribuição coletiva e simultânea, editando e criando novos arquivos e possibilitando que estes permaneçam ativos sem o risco de que alterações realizadas sejam sobrescritas. Isto quer dizer que com a disponibilização do serviço *GitHub*, aliada à criação de uma plataforma de bate-papo em tempo real, sob autoria de Justine Tunney⁴⁰, outro dos líderes do *occupywallstreet.org*, o conteúdo

³⁹ Para mais informações sobre o *GitHub*, acessar: <<https://github.com/>>.

⁴⁰ A repercussão em torno do engajamento político de Justine Tunney é, atualmente, polêmica. Num artigo de 20 de março de 2014, publicado pelo periódico *The Guardian*, o autor Alex Hern traz à tona a organização de um *referendum* idealizado por Tunney, no qual se propõe a aposentadoria de todos os funcionários públicos com pensões integrais, a transferência da autoridade administrativa do Estado para a indústria de tecnologia e a renúncia do presidente Barack Obama para a nomeação de Eric Schmidt, presidente da *Alphabet, Inc, holding* que entre outras empresas possui como subsidiária a *Google, Inc*. A repercussão desse caso se intensificou à medida que Tunney, declarada como de formação política anarquista, tornou-se engenheira de *software* da *Google* e retirou os outros moderadores da página oficial do *@OccupyWallSt* do *Twitter*, atribuindo exclusividade ao seu nome.

do *blog* encontra-se, a todo momento, sendo discutido entre os usuários e editado de acordo com as necessidades de cada grupo envolvido no processo de ação do movimento.

Desse modo, no link de apresentação do movimento está descrito que o *Occupy Wall Street* (OWS) “está comprometido para que tecnologias, conhecimento estejam disponíveis para o livre acesso, criação, modificação e distribuição” (OWS, 2016).

Seguindo estes mesmos princípios, o *NYC General Assembly* (NYCGA) ou, em tradução livre, Assembleia Geral da Cidade de Nova Iorque, se constitui pela composição de dezenas de grupos de trabalho organizados para estabelecer uma visão para o movimento OWS. Em permanente reconhecimento do pioneirismo do movimento OWS e de seu respectivo *blog*, o NYCGA pode ser considerado uma extensão do primeiro movimento.

O *blog* do *nycga.net* também disponibiliza o conteúdo da página para edição através do serviço de código aberto *GitHub*. O que respeita os mesmos padrões de intervenção na página do *occupywallstreet.org*, sendo necessária a vinculação do usuário por meio da criação de uma conta junto ao *blog*.

Em seguida, protegido pela licença *Creative Commons*, uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e a utilização do material de um *site* através de instrumentos jurídicos gratuitos, o *NYC General Assembly*, ou qualquer outra determinação que se utilize da mesma licença, pode limitar o acesso nos casos relacionados à obtenção dos direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais⁴¹,

Neste contexto, como princípio o *nycga.net* estabelece que sua concepção e decisão política “são realizadas por consenso dentro deste grupo e levadas para o movimento maior para consenso, conforme necessário”, propondo, inclusive, que para o envolvimento na concepção e no funcionamento do movimento o usuário participe no fórum disponibilizado e se junte a uma de suas reuniões abertas (NYCGA, 2012).

Para visualizar o artigo do jornalista Alex Hern, acessar: <<https://www.theguardian.com/technology/2014/mar/20/occupy-founder-obama-eric-schmidt-ceo-america>>.

⁴¹ Para mais informações sobre o *Creative Commons*, acessar: <<https://br.creativecommons.org/>>.

O resultado destas discussões pode ser individualizado pela divulgação das minutas e decisões de conselho reunidas e disponibilizadas no *blog*⁴².

Estes procedimentos e ferramentas na maioria das vezes não se encontram disponíveis para todas as modalidades de acesso a *sites* e *blogs*, estando os direitos da página reservados aos moderadores da página. No caso do formato dos *blogs* investigados, com maior expressão nos movimentos presentes nos EUA e na Espanha sobre os movimento e coletivos brasileiros, a autoria do que é produzido para o conteúdo da página encontra-se continuamente entrelaçada com a apropriação que o usuário envolvido com o movimento pode fazer.

Na Espanha, o movimento *Democracia Real YA!*, em sua página internacional, possibilita a interação entre os usuários e os proponentes do movimento a partir do sistema *Mumble*⁴³, utilizado como porta de entrada para “salas de bate-papo por voz” onde os envolvidos podem “trocar ideias entre pessoas que não conseguem estar presentes fisicamente no mesmo lugar”, como também é utilizado para “facilitar a coordenação de grupos de trabalho na internet” (DRY, 2012).

Na mesma página, também protegida pelo formato da licença *Creative Commons*, a DRY disponibiliza as atas e minutas do que foi discutido nas Assembleias Gerais e Grupos de Trabalho realizadas tanto nas ocupações ou *acampadas* do espaço físico, quanto por meio de fóruns e discussões realizadas através do *Mumble*⁴⁴.

A análise dos movimentos brasileiros, especificamente do *Movimento Passe Livre* (MPL), da *Assembleia Nacional dos Estudantes Livre* (ANEL) e do *Juntos!*, demonstram que as modalidades de acesso às páginas oficiais dos *blogs* respondem aos ditames tradicionais dos direitos autorais, na proteção dos direitos reservados.

Um das poucas particularidades que se podem observar nestes movimentos repousam nos princípios da transparência, divulgação e livre acesso do conteúdo produzido nos *blogs*, sendo que para configuração dos objetivos, metas e princípios destes movimentos reserva-se o direito do usuário se filiar ao movimento ou coletivo

⁴² Para a íntegra do conteúdo das minutas, acessar: <<http://www.nycga.net/category/minutes-ga/>>.

⁴³ Para mais informações sobre o *Mumble* e sobre o servidor disponível para o DRY, acessar: <<http://mumble.democraciarealya.es/>>.

⁴⁴ Para a íntegra do conteúdo das minutas, acessar: <<http://international.democraciarealya.es/12m/minute-actas/>>.

de sua preferência e participar dos encontros montados no espaço físico, através de filiais e centros de apoio.

No caso do MPL-SP, seu *blog* é registrado e administrado pela rede aberta *Ciranda*⁴⁵, através do projeto *comunicação compartilhada*, que, regida pela *Carta de Princípios do Fórum Social Mundial*, tem como propósito a cobertura livre e/ou jornalística de qualquer mídia ou ação midiática que se aproprie de uma comunicação não corporativa ou de mercado.

Através do *site*, para que o usuário possa colaborar com o movimento é possível efetuar a compra de materiais ou doações para o arrecadamento de fundos e, por fim, entrar em contato com os moderadores da página para maiores informações⁴⁶.

Já o *blog* do coletivo *Juntos!* conta exclusivamente com a licença da *Creative Commons* como princípio de livre acesso e divulgação, ainda que as únicas ferramentas disponíveis ao usuário, pela *internet*, se limitam a um *link* para acesso a um grupo aberto do *Facebook* e comunicação via endereço de e-mail.

Para o coletivo da ANEL, os únicos recursos disponíveis para uma possível interação dos usuários com o *blog* consistem no contato via e-mail, um *link* para acesso à página oficial do coletivo no *Facebook* e uma ficha cadastral para eventual filiação ao movimento.

Como se pôde observar, as diferentes modalidades de interação entre *autores* e *usuários* demonstram que entre os movimentos espanhol e norte-americanos analisados, por exemplo, essas duas categorias podem vir a se fundir, criando uma espécie produção cooperativa em torno do conteúdo a ser alocado nas páginas dos *blogs*.

Entretanto, entre os movimentos brasileiros, o acesso ao conteúdo virtual das páginas analisadas revela uma condição de apropriação pelo usuário que deve levar em consideração a sua interação através da divulgação, do compartilhamento e, conseqüentemente, das práticas possíveis no uso da informação coletada.

⁴⁵ Para maiores informações sobre o projeto *Ciranda*, acessar: <<https://www.ciranda.net>>.

⁴⁶ O e-mail referido está alocado no provedor *Riseup*, coletivo que se define como um corpo autônomo, com o propósito de fornecer comunicação e recursos computacionais para aliados comprometidos em “lutas contra o capitalismo e outras formas de opressão”. Para maiores informações sobre o *Riseup*, acessar: <www.riseup.net>.

Nesse sentido, para além do que propomos nessa investigação, dentre os vestígios disponíveis para o alcance aproximado destes sujeitos históricos estaríamos metodologicamente limitados pela escolha de indagar exclusivamente os *blogs* dos movimentos brasileiros, pois, de outro modo, a análise deveria perquirir as práticas dos sujeitos fora do suporte de interação com os *blogs*.

Realizada esta breve reflexão é possível levantar que, na linha do pensamento de Chartier, uma tensão operatória estará continuamente presente na interação entre um leitor e o que é produzido na escrita, considerando, para tanto, especificamente um discurso presente num *texto* (sem a intervenção de outros tipos de registro), o que nos leva a supor que, em qualquer leitura que se faça de um texto, é possível identificar modalidades partilhadas do ler, “as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais” de cada leitor (CHARTIER, 2002, p. 121).

Na esteira de questões técnicas a serem observadas pelo historiador que se debruça na investigação de fontes como os *blogs*, em alguns casos, pensar o acesso ao conteúdo integral de uma página como a do movimento *Occupy Wall Street*, requer a familiaridade do pesquisador com os instrumentos disponíveis para o alcance de tais vestígios⁴⁷.

Por exemplo, para a possibilidade de visualização em tempo real do conteúdo da página do OWS é necessária a criação de uma conta de usuário junto ao *blog* para que se possa, porventura, interagir com outros usuários⁴⁸.

De caráter mais delicado e arriscado, a atenção do pesquisador para que a preservação do material coletado seja mantida entra em jogo, à medida que os serviços de acesso à uma página de *internet* pode ser interrompida⁴⁹.

⁴⁷ Para viabilizar a coleta de informações sobre o registro e a administração dos *blogs* em geral, foi utilizado o recurso oferecido pelo domínio *IPAddress*, uma ferramenta de rastreamento de *IP's* públicos (ou *Protocolos de Internet públicos*), por sua vez pertencido e operado pela *IPAddress.com Network UG*.

⁴⁸ O que, no momento, não nos foi possibilitado.

⁴⁹ No início da pesquisa, no momento em que a página oficial do coletivo nacional do *MPL* encontrava-se *off-line*, foi realizada a leitura do material disponibilizado pelo coletivo federalizado de São Paulo, por sua vez *online* até meados do mês de julho de 2016. Infelizmente, o *blog* da ANEL também encontra-se, a partir de setembro de 2016, indisponível. Dessa forma, a fim de não incorrer no possível comprometimento futuro da pesquisa, foi realizada, de início, a coleta e armazenamento do material em disco rígido para futuras explorações.

Assim, pode-se dizer que apesar da cautela entre a comunidade de historiadores para se lançar à indagação de fontes digitais, assumimos a posição de que o método a ser empregado no trato com esse material só poderá ser configurado à medida que forem elaboradas pesquisas em torno dele, o que naturalmente poderá proporcionar diversas posições metodológicas e a revisão teórica dos trabalhos realizados.

A investigação de movimentos como o *OWS*, o *NYCGA* e o *DRY*, nos fornecem informações que permitem, talvez, captar as apropriações dos usuários cadastrados nos *blogs*, principalmente através das informações coletadas nas atas e decisões de conselho.

Nesse sentido, o conteúdo dos trechos abaixo, retirados de uma pequena parcela de atas de reuniões e assembleias acontecidas no desenvolver da ação destes movimentos, permite uma aproximação das leituras efetuadas por alguns manifestantes sobre o processo de organização, de reformulação das metodologias e reafirmação de suas metas.

Este material é fruto tanto de encontros realizados por esses grupos em praças ocupadas, quanto de discussões feitas em plataformas de interação digitais, como as que citamos anteriormente (no caso, *Github* ou *Mumble*).

A ata de uma reunião *online* feita no dia 02 de abril de 2012⁵⁰ pelo movimento *DRY*, em torno da proposta de retomar as atividades nas ruas, perto de completar um ano das ações iniciadas em 15 de maio de 2011, torna público um resumo sobre a concretude das propostas e facilidade na sua classificação pelos grupos de trabalho.

Um dos usuários de nome “*RDMN_Freiburg*” afirma estar “de acordo com todos os pontos que se propõem” (*DRY*, 2012).

Já um outro usuário de nome “*Álvaro*” diz estar de “acordo com todas as ações da lista”, mas que “é difícil manter uma greve”, sugerindo, pois, que se tenha entre as ações a configuração de um manifesto comum e uma chamada para um outro grande momento para acontecer no próximo dia 12 de maio de 2012 (*DRY*, 2012). E continua: “Em nossas mãos está a organização de um dia de ação global. Qualquer grupo local

⁵⁰ Para visualizar o resumo da ata na íntegra, acessar: <<https://docs.google.com/document/d/1v5xCq8oo8ysk6XECP9glkPe0PzDONvaszhq96ddLhgE/edit>>.

que queira organizar as coisas é visto como positivo, porém é importante manter uma ação” (DRY, 2012).

A sugestão feita por “Álvaro” em torno da necessidade de se criar um dia de ação global, pode ser interpretada, talvez, como o amadurecimento ou, provavelmente, um primeiro vestígio da proposta encabeçada posteriormente pelo movimento DRY, em parceria com o *Occupy* e o *#YoSoy132*⁵¹, para estabelecer o *GlobalNOISE* (em tradução livre, um “ruído global”).

Marcada para o dia 13 de outubro de 2012, com mais de um ano de distância da primeira convocatória do *15m*, esta campanha buscou mobilizar diferentes ocupações e coletivos para um *caserolazo*⁵², a fim de realçar quaisquer questões referentes aos temas candentes de cada movimento envolvido.

Num outro momento, o usuário de nome “Valencia” sugere o encontro “cara a cara”, para também “[...] saber de outros movimentos, oferecendo alojamento entre si” (DRY, 2012). Com o mote “tomar as ruas”, a partir do *globalNOISE* a DRY progressivamente tem afirmado o propósito de incutir nos movimentos a solidariedade de seu apoio, pela demanda por uma democracia mais participativa e a fim de procurar “transformar as ruas no maior megafone da Terra” (DRY-INTERNATIONAL, 2012).

Diante da proposta colocada em pauta sobre o estabelecimento de uma greve mundial permanente “contra o sistema e a construção de alternativas”, o usuário “Nikita” afirma estranheza na fala de uma ação que não leve em conta as diferenças entre os objetivos de cada movimento que possa se juntar às ações da DRY sugerindo, pois, a criação de uma lista “de diferentes ações, lemas diferentes e propostas de objetivos comuns”, como também elaborar uma votação para permitir que as pessoas participem (no *fb*⁵³, por exemplo)” (DRY-INTERNATIONAL, 2012).

Na perspectiva de buscar somar os movimentos de outras partes do mundo às ações da DRY, o movimento fortalece sua meta por uma democracia mais

⁵¹ Oficializado no dia 18 de junho de 2012, o movimento *#YoSoy132* é um movimento cidadão mexicano que, diante do enfrentamento com a conjuntura eleitoral do país e uma suposta manipulação política pelo aparato midiático vigente, apresentava entre suas metas a democratização dos meios de comunicação, a criação de um terceiro debate entre os candidatos à presidência naquele momento de eleição e a rejeição à imposição midiática. Atualmente, a página oficial do movimento encontra-se fora do ar. Para as informações coletadas foram consultados os *wikis* do movimento *15m*. Disponível em: <<https://15mpedia.org/wiki/Yosoy132>>.

⁵² No Brasil, este método ficou conhecido como “panelaço” ou “marcha das panelas”.

⁵³ Referência à rede social *Facebook*.

participativa, inserida no embate contra a classe política vigente que se submete à pressão das “forças financeiras” e trabalha “em benefício de poucos, indiferentes ao custo social, humano e ambiental” que tal postura tem causado (DRY-INTERNATIONAL, 2012). De modo que a tônica a ser assumida pelas ações do movimento, através da solidariedade por ele reivindicada em relação a outros movimentos, gravitará em torno da demanda por maior justiça social e em defesa dos direitos considerados ameaçados “pela aliança entre políticos e grandes corporações (DRY-INTERNATIONAL, 2012).

Entre o movimento *Occupy Wall Street*, as atas disponíveis gravitam em torno dos encontros estabelecidos em assembleias, na ocupação de praças e parques.

Na leitura da ata do 15º dia de Assembleia, em primeiro de outubro de 2011⁵⁴, encontramos a fala do usuário “Ism” que reitera o espaço da discussão como um momento para divulgar informações que venham pertencer ao grupo por inteiro (OWS, 2011).

Outras duas falas presentes nessa mesma minuta se destacam ao proporem uma diversidade maior ao movimento. Uma delas é a do usuário “Sharon”, que anuncia o lançamento do Grupo de Trabalho das Pessoas de Cor: “[...] está na hora de trazer maior diversidade ao Occupy Wall Street. Nos encontraremos agora, brevemente, sob a estátua vermelha na Cedar e Broadway. Lembre-se, o povo unido jamais pode ser derrotado! Obrigado!” (OWS, 2011).

Com uma proposta de se juntar às forças do OWS, o usuário “Azea”, *drag queen*, divulga a reunião de outras *drag queens*, *entertainers* (ou animadores) noturnos e ativistas políticos que se prestam a fornecer suprimentos médicos, vestuário e alimentos, mas também a utilidade de suas performances: “[...] estaremos aqui amanhã por volta das 14:00” (OWS, 2011).

Na minuta do dia 24 de outubro de 2011⁵⁵, na ocupação do Liberty Plaza, o ocupante de nome Luke anuncia para a semana a circulação de grupos de trabalho e de discussão, organizados para discutir a importância dos “princípios de

⁵⁴ Para visualizar o resumo da ata na íntegra, acessar: <<http://www.nycga.net/2011/10/general-assembly-minutes-930-7pm/>>.

⁵⁵ Para visualizar o resumo da ata na íntegra, acessar: <<http://www.nycga.net/2011/10/nycga-minutes-10242011/>>.

solidariedade” para o movimento e as possíveis metodologias a serem empregadas no exercício da solidariedade, a fim de “continuar a estabelecer o cuidado entre si e criar bases sólidas para se sustentar” à medida que o movimento avança (NYCGA, 2011).

Como um tipo de ação enraizada no princípio de *solidariedade*, no mesmo dia o ocupante Tamar divulga o seu trabalho com o grupo solidário “Prisão & Detenção”. Sua intervenção teve como propósito organizar um dia para a confecção de cartas e o envio de cópias dos jornais do OWS aos manifestantes encarcerados: “compartilhe suas mensagens com eles e tragamos as suas até nós” (NYCGA, 2011).

Num outro momento, a ata referente à assembleia do dia 02 de novembro de 2011⁵⁶, também no Liberty Plaza, apresenta uma proposta direta da ocupante Georgia para a criação de um grupo de trabalho voltado especificamente para o desenvolvimento da discussão e de ações em torno da “democracia direta”.

Segundo Georgia, “a democracia direta’ é usada para descrever o processo e a característica única do nosso movimento”, no entanto, segundo a ocupante, ainda não tinha sido possível a criação de ideias substantivas nessa direção (NYCGA, 2011).

Para Georgia o que se tem vivido nos dias de protesto, nos EUA e no mundo, ultrapassa um “experimento efêmero” e representou “o nascimento da participação política direta” (NYCGA, 2011). Uma vez que, na sua fala, as atuais representações políticas não se encontram capazes de criar circunstâncias políticas e de tomar decisões no interesse da população, o convite do grupo “Democracia Direta” se dirigia a todos que quisessem dirigir o processo participativo e permitir sua posterior manutenção e crescimento.

Como ideal do grupo de trabalho, a democracia direta tira a *democracia* do conjunto corporativo, das negociações econômicas e das elites políticas, devolvendo-a à vida da população e a seu engajamento (NYCGA, 2011).

A presença destas falas nas diferentes assembleias entre o conteúdo dos *blogs* analisados, nos casos do OWS e da plataforma DRY, considerando a instrumentalização dos ambientes virtuais de discussão em tempo real em cada

⁵⁶ Para visualizar o resumo da ata na íntegra, acessar: <<http://www.nycga.net/2011/11/nycga-minutes-1122011/>>.

página, estruturam a dinâmica destes movimentos num contínuo debate sobre os objetivos e metas, de curto ou longo prazo, suas metodologias e deliberações.

Ainda que, certamente, estes movimentos tenham como cenário principal as ruas, no formato das ocupações, a instrumentalização virtual de suas ações permitiu uma aproximação maior dos movimentos por um público que, mesmo que talvez não estivesse presente em algumas das ocupações realizadas, pudesse se inteirar e atualizar-se das etapas, intervir virtualmente e planejar encontros para os próximos eventos.

Em contrapartida, como se observa na especificidade de movimentos brasileiros como o MPL-SP, a ANEL e o *Juntos!*, o conteúdo fornecido nas páginas dos respectivos *blogs* não corresponde a uma interação intensa entre os usuários e os moderadores das páginas. De modo que seus respectivos *blogs* apresentam um “tímido” conteúdo do que é discutido em seus encontros, assembleias ou ocupações.

Na página do MPL-SP, por exemplo, ao lado dos princípios defendidos pelo movimento e de suas metas, o trajeto percorrido nas discussões em assembleia para se chegar às propostas finais não foi verificado, estando todo o conteúdo das discussões dependentes da sua divulgação nas ações das ruas e da repercussão midiática sobre o movimento.

Especificamente, a abordagem midiática a respeito das ações do movimento encontra-se disposta no acompanhamento dos dias de protesto em São Paulo, a partir da disponibilização de *links* no *blog* do MPL-SP⁵⁷ com acesso às reportagens realizadas em torno das mobilizações realizadas.

Para o *Juntos!*, as formas de aproximação e interação do público com o conteúdo do que é discutido e defendido pelo movimento podem ser individualizadas em quatro diferentes etapas: 1) engajamento ou criação de um coletivo junto ao *Juntos!*; 2) acesso à *Casa Coletiva da Juventude*, espaço e sede institucional do movimento na cidade do Rio de Janeiro; 3) contato via e-mail; ou 4) acompanhamento nas redes sociais através dos canais do *Youtube*, *Twitter* e da participação de um grupo aberto na página do *Facebook*.

⁵⁷ Lembramos que tanto o acesso ao *blog* nacional do MPL, quanto ao de sua filial em São Paulo, encontram-se atualmente indisponíveis.

Por meio destas etapas o público pode interagir enviando sugestões, textos, indicações de notícias ou participando das reuniões na sede ou em filiais do coletivo. Talvez com uma interação mais dinâmica, a disponibilização de um grupo aberto no *Facebook* pelo *Juntos!* corresponde ao que o movimento tem de mais estruturado, virtualmente, no que diz respeito a sua interação com o público.

Entretanto, entre o coletivo da ANEL, a presença de uma característica específica permite verificar a circulação de uma interação um pouco mais marcante se comparada ao MPL-SP e ao *Juntos!*. Para além do formato tradicional de contato via sede e filiais, e-mail e redes sociais, em seu *blog* a ANEL articula a intervenção do público para a possibilidade do envio de contribuições e resoluções aos congressos nacionais eventualmente agendados, como foram os casos do 2º Congresso Nacional, em 2013⁵⁸, e do 3º Congresso Nacional no ano de 2015⁵⁹, inclusive com o possível acesso ao conteúdo final das resoluções definidas.

Dessa forma, pela análise em torno das especificidades de interação entre os movimentos investigados, observamos que a abrangência da interação com o público que acessa o conteúdo dos *blogs* torna-se mais intensa e dinâmica à medida que abordamos o movimento do OWS e a plataforma DRY.

Assim, ainda que a totalidade dos movimentos por nós investigados apresenta o recurso de contato via assembleias ou ocupações, e-mail e através das redes sociais, o diferencial destes outros dois movimentos repousa principalmente na possibilidade de acesso às informações coletadas nas atas e decisões de conselho, nos quais podem ser individualizadas inclusive as intervenções de integrantes específicos.

Porém, o diferencial também se mostra pela possibilidade de interação *via* plataformas de bate-papo em tempo real; no caso da plataforma DRY, a verificação de uma página *wiki* oficial com acesso aos diferentes projetos sobre o *15m* demarca

⁵⁸ Disponível em: <<http://anelonline.com/leituras/adiado-prazo-para-envio-de-contribuicoes-e-resolucoes-ao-2o-congresso-da-anel>>. Para acessar o conteúdo final das resoluções do ano de 2013, acessar: <<http://anelonline.com/leituras/confira-propostas-de-resolucoes-e-contribuicoes-politicas-enviadas-ao-2o-congresso-da-anel>>.

⁵⁹ Disponível em: <<http://anelonline.com/iii-congresso/mande-contribuicoes-e-propostas-de-resolucoes-para-o-3o-congresso-nacional-da-anel>>. Para acessar o conteúdo final das resoluções do ano de 2015, acessar: <<http://anelonline.com/iii-congresso/caderno-de-contribuicoes-e-propostas-de-resolucao>>.

uma caracterização mais relevante, do ponto de vista instrumental, se comparado aos demais movimentos.

2.2 De que *autonomia, independência e horizontalidade* estamos falando?

A associação de uma crise de legitimidade política perante o Estado, cada vez mais crescente, à já não tão recente crise do capitalismo especulativo que assolou o mundo nos últimos anos, desde 2007-8, permite reunir esses movimentos em torno de fatores fundamentais surgidos entre os diferentes contextos sociais, nas especificidades de cada contexto⁶⁰.

Nesse sentido, o primeiro questionamento que acreditamos deva ser levantado nesta etapa de nossa análise corresponde a como os princípios da *autonomia, independência e horizontalidade* – discutidos por autores como Manuel Castells –, são utilizados especificamente pelos movimentos que investigamos.

Quando nos aproximamos dos vestígios disponibilizados nos *blogs* do movimento *Occupy Wall Street*, se faz logo evidente sua relação intrínseca com estes princípios.

No que concerne à *autonomia* o documento intitulado “Afirmção da Autonomia”⁶¹ (ou *Statement of Autonomy*) traz o OWS como um movimento popular “sem partido, sem líderes, pelo povo e para o povo”, sendo sua afiliação especificamente voltada ao “povo”, informando estar aberto para o apoio de qualquer organização que esteja disposta ao questionamento “de seus próprios quadros

⁶⁰ No caso dos dois primeiros países a se tornarem precursores do novo formato dos movimentos sociais na atualidade, tanto a Islândia, em 2008, quanto a Tunísia, a partir de 2010, forneceram as bases para o acirramento de movimentos posteriores de indignação, espalhados por todo o mundo. A Tunísia protagonizou a trágica autoimolação de Mohamed Bouazizi, em protesto contra a pilhagem da economia decorrente da malha de corrupção tecida entre as oligarquias empresariais e a classe política, acontecimento que levou à deposição da ditadura do general Zine El Abidine Ben Ali. A Islândia, por sua vez, palco da *Revolução das Panelas*, presenciou a elaboração de uma nova Constituição que buscou colocar em xeque a falta de representação dos interesses dos cidadãos em geral, em relação às instituições democráticas existentes no país, uma vez que a classe política se reservava a representar exclusivamente os interesses da elite financeira, favorecendo a preservação do monopólio dessa mesma elite sobre o Estado. Cf. CASTELLS, M. Op. cit.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/documents/statement-of-autonomy/>>.

institucionais de trabalho e hierarquia” e integrando os princípios do movimento nos seus modos de ação (NYCGA, 2011).

Inserido no princípio da *autonomia*, a *horizontalidade* servirá de base metodológica para o desenvolvimento do OWS como um movimento voltado para a iniciativa pelo estabelecimento de uma democracia de caráter mais participativo e mais direto:

Aqui nos envolvemos através de uma democracia horizontal. Isso significa que cada voz é igual e a ação autônoma é incentivada. Isso significa que não temos nenhum líder – todos nós lideramos; na verdade nós somos um movimento que incentiva a liderança em todos os níveis. Isso significa que não podemos ser facilmente definidos por observadores e não podemos ser facilmente invadidos por forças externas (NYCGA, 2011).

Não sendo verificada uma menção direta ao princípio da *independência*, a afirmação de que o movimento não seja vinculado a partidos políticos ou a líderes específicos e que, portanto, exercem a liderança em níveis desierarquizados, permite evidenciar, ao menos, a independência como autopercepção organizativa do OWS.

Já no caso da plataforma *Democracia Real YA!*, não foi verificada nenhuma menção aos princípios da *autonomia*, da *horizontalidade* e da *independência* como elementos nomeados em seus princípios. No entanto, seu conteúdo apresenta uma série de menções às práticas em torno de cada um deles.

Voltando-se majoritariamente para a proposta de coordenar ações globais em diálogo com quaisquer associações, grupos e movimentos cidadãos que almejam, pelos diferentes meios, buscar contribuir “para que se mude a situação atual” (DRY, 2011), a plataforma DRY expressa sua *independência* e *autonomia* como grupo recusando a adesão direta de qualquer partido político ou sindicato, convidando os membros da categoria para que estes participem da convocatória de forma individual (DRY, 2016).

Nesse sentido, esta conduta visa à tentativa de garantir tanto o esforço, quanto a participação “do restante das pessoas que vão à rua protestar ante a falta de responsabilidade na gestão econômica do país, por parte dos políticos e das grandes corporações”, os quais correriam o risco de ser eclipsados pelo protagonismo de um coletivo específico (DRY, 2011).

Quanto à *horizontalidade*, para a DRY a prática das “acampadas”, no formato das ocupações e assembleia populares, permitiu a configuração das metas do movimento através de uma tomada de decisão “inclusiva e não-hierárquica” (DRY, 2012).

Por fim, num comunicado realizado com o intuito de esclarecer sua oposição ao movimento *Asociación DRY*, o DRY esclarece seus princípios ao identificar a *Asociación* como um movimento “presidencialista e vertical, não crendo no assembleísmo, nem na transparência, nem na horizontalidade”, acusando-a de tentar suplantar a identidade da plataforma e de ter se apropriado das páginas oficiais do DRY nas redes sociais, (MANJE, 2013).

No Brasil, a “Apresentação”⁶² do *Movimento Passe Livre*⁶³ confere *independência, autonomia e horizontalidade* às ações a serem empregadas pelo movimento como formas declaradas de organização, manifestando, pois, que por meio da “organização” e da “iniciativa popular”, seja possível promover aos envolvidos no movimento uma “mesma voz e poder de decisão” (MPL-SP, 2013).

Por meio de uma política de ação “apartidária, mas não ‘antipartidária’” o MPL prega pela crença “numa nova forma de fazer política”, em defesa dos “interesses da população” e pela “efetiva participação da população (usuários e trabalhadores)” no uso da cidade e desfrute de seus direitos (MPL-SP, 2013).

Pela característica do *apartidarismo*, o MPL irá se destacar dos outros movimentos brasileiros aqui investigados por ser o único movimento, dentre eles, a não ter filiação específica com nenhum partido político, estando referida entre seus “Princípios organizativos” a *independência* “não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.” (MPL-SP, 2006).

Nomeando-se como um movimento “de pessoas comuns que se juntam para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade”, e desconfiante da classe política e de empresários, o MPL-SP atesta que unicamente a população de uma

⁶² Para visualizar a *Apresentação* e a *Carta de Princípios* na íntegra, acessar respectivamente: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>>; <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>.

⁶³ O *blog* oficial do MPL-SP foi criado em 2005, quando do acontecimento da *Revolta das Catracas*, nos anos de 2004 e 2005, na cidade de Florianópolis e sede do movimento.

cidade “tem o poder e a vontade para mudar as coisas e construir um transporte”, a própria cidade “e mesmo um mundo diferente” (MPL-SP, 2013).

Ainda que a presença de militantes de partidos políticos seja acolhida positivamente na luta pelo passe livre, essa concepção de sintonia com a lógica da “mudança” vai estabelecer um princípio de *apartidarismo* que irá continuamente promover o pressionamento do governo por políticas públicas, mas que no interior da prática cotidiana se colocará em defesa de uma política para “além do voto” (MPL-SP, 2013).

Nessa linha, os princípios de *autonomia* e *independência*, os quais conferem a responsabilização na escolha e criação das regras às pessoas envolvidas diretamente na luta do movimento e promovem a independência de organizações externas e de “financiamentos que exijam contrapartidas”, servirão de base, por exemplo, para o estabelecimento da proposta de criação de “Fundo Municipal de Transporte Coletivo” gerido com a participação popular (MPL-SP, 2013).

Alinhada aos dois princípios, a decisão do MPL considera que a via parlamentar não deve ser o “sustentáculo” do movimento, mas, ao contrário, que “a força deve vir das ruas”, devendo seus princípios constitutivos serem definidos por meio do consenso ou do recurso ao voto (MPL-SP, 2006).

O MPL visa a mobilização de “jovens” e “trabalhadores” pela expropriação do transporte coletivo, “retirando-o da iniciativa privada, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população” (MPL-SP, 2006).

Todavia, ainda que a questão da mobilidade urbana seja sua principal exigência, o movimento concebe que o próprio MPL deve se construir “com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente” (MPL-SP, 2006).

No manifesto de busca por se unir a outros movimentos que venham a contestar a ordem vigente, esta fala pode ser interpretada nos protestos “como uma expressão coletiva ‘a favor’ de algo”, sendo capaz de estabelecer em torno da proposta do transporte público gratuito a agregação de “valores desejáveis a uma alternativa social ao capitalismo: sustentabilidade, solidariedade, eficiência, democracia e comunidade” (PESCHANSKI, 2013, pp. 59-60).

A difusão de uma alternativa utópico-realista rompe o marasmo da política sem questionamentos, de pactos consensuais, e abre espaço para polarizações propositivas, articuladas a novos discursos e ideologias, com a eventual reconfiguração da direita e da esquerda e seus respectivos projetos, em disputa, e formas de expressar seus interesses (PESCHANSKI, 2013, p. 63).

Repelindo a existência de uma direção centralizada, “onde poucos decidem por muitos”, para o MPL, na luta pelo passe livre e pela mudança da lógica urbana, a *horizontalidade* está posta para atestar que “todos têm igual poder de participação” (MPL-SP, 2013).

O fortalecimento deste princípio terá prosseguimento na execução das metas e objetivos através da “organização e iniciativa popular”, legando como proposta a igualdade no poder de participação da população (MPL-SP, 2013).

Para a gerência de possíveis fontes de arrecadação, a serem redistribuídas no orçamento público para melhor atender às demandas de um transporte, mas também de uma educação e uma saúde mais atenta às necessidades da população, o MPL defende a opção por se criarem, a médio prazo, conselhos regionais com a presença da sociedade civil para viabilizar esse processo.

Por outro lado, analisar os princípios da *autonomia*, *independência*, *horizontalidade* e a característica do *apartidarismo* inseridos na especificidade da *Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre* (ANEL) se faz um pouco mais delicado, à medida que o coletivo nasce a partir da reorganização da juventude do PSTU (*Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado*), como medida para buscar fortalecer o movimento estudantil, visto até o momento desarticulado e desmobilizado.

Na própria página oficial do PSTU, na internet⁶⁴, se destaca o amadurecimento da ANEL como objetivo crucial para a construção de uma entidade capaz de preparar as mobilizações futuras “a partir de um espaço nacional democrático e independente” (PSTU, 2013).

Por meio desta avaliação dirigida pelo partido, pretende-se resgatar os princípios da solidariedade internacional, da aliança com os trabalhadores, da ação direta, da democracia de base, da independência financeira e política e da autonomia frente aos partidos (PSTU, 2013).

⁶⁴ Para a página oficial do *PSTU*, acessar: <<http://www.pstu.org.br/>>.

Entretanto, no corpo do mesmo texto que destaca estes princípios, o partido visualiza o coletivo como um instrumento objetivado para “enfrentar os governos do PT [Partido dos Trabalhadores] e da direita, os empresários, as reitorias e diretorias da escola”, posição que coloca em contradição os princípios de independência política e de autonomia frente aos partidos, pois termina por expor a própria ideologia do PSTU sobre o papel a ser atribuído pelo coletivo da Assembleia (PSTU, 2013 – Grifo nosso).

Na concepção da ANEL como movimento, as assembleias são idealizadas como um espaço onde os estudantes filiados têm igualdade na liberdade de expressão de suas opiniões e na decisão dos rumos da entidade.

Dessa forma, o aspecto da *horizontalidade* como postura organizacional corresponde à interação com o público filiado, à medida que as propostas são encaminhadas ao plenário e votadas por delegados eleitos em assembleias nas escolas e universidades.

De modo semelhante, na especificidade do coletivo *Juntos!* igualmente os princípios da independência política e da autonomia frente aos partidos políticos aparentemente se desarmonizam, pois o coletivo apresenta forte aliança com o PSOL (*Partido Socialismo e Liberdade*) e fora inicialmente dirigido pelo MES (*Movimento Esquerda Socialista*), corrente do PSOL que, no presente, atua no movimento sindical através da central CSP Conlutas (*Central Sindical e Popular*)⁶⁵.

No conteúdo de um artigo publicado no dia 13 de junho de 2013, pelo diretor da UNE (*União Nacional dos Estudantes*) e membro do Grupo de Trabalho do *Juntos!*, Thiago Aguiar, é possível encontrar forte oposição aos partidos específicos do PT (*Partido dos Trabalhadores*) e PSDB (*Partido da Social Democracia Brasileira*). No que segue, para o autor do artigo “está se comprovando, na verdade, que as mudanças que queremos passam por derrotar os governos do PT e do PSDB” (AGUIAR, 2013).

⁶⁵ Para visualizar o conteúdo das páginas oficiais do PSOL, MES e CSP Conlutas, acessar respectivamente: <<http://www.psol50.org.br/>>; <<http://esquerdasocialista.com.br/>>; <<http://cspconlutas.org.br/>>.

Entretanto, o que gostaríamos de delimitar a partir destas observações sobre os vínculos partidários exercidos pelos coletivos da ANEL e do *Juntos!*, diz respeito à marcante denúncia de descontentamento diante da classe política vigente no país.

A margem de pouca presença política efetiva de partidos como o PSTU e o PSOL nos processos de votações em eleições majoritárias, por exemplo, dá vazão para que movimentos como a ANEL e o *Juntos!* busquem alternativas à política tradicional e à modelos de representação popular diferenciados.

Ainda que o vínculo idealizado com partidos “renovados” pela indignação popular possa atribuir maior complexidade no entendimento da *independência* nos coletivos da ANEL e do *Juntos!*, se observa o incentivo à *autogestão* entre os integrantes dos movimentos.

Desse modo, mais do que uma apropriação dos movimentos por estes partidos, o que se torna explícito entre a ANEL e o *Juntos!* é que o vínculo estabelecido com partidos políticos de pouca expressão tende a expressar o rompimento com as classes de partidos considerados desgastados, na fala destes movimentos, e criar possibilidades para a oxigenação do princípio do pluralismo partidário.

Por outro lado, o exemplo dos trechos retirados da página oficial do PSTU sobre a ANEL ainda conserva a ponderação sobre o coletivo como “instrumento”, idealizado a fim de cumprir objetivos específicos de um programa definido no histórico de luta do partido.

A todo o momento o *Juntos!* instiga os usuários do *blog* para que estes organizem protestos “na sua cidade, no seu bairro, na sua praça” ou “onde quer que estejam” (JUNTOS, 2011), para que coletivo possa se “somar” às iniciativas promovidas por cada grupo (JUNTOS, 2012).

A partir do ideal para “ajudar a construir uma nova forma de fazer política”, a proposta de montar “núcleos de jovens” é lançada, para que se realizem reuniões regulares e discussões em torno dos problemas de cada realidade apresentada (JUNTOS, 2012).

É interessante fazer notar, por exemplo, que após o afastamento da presidente Dilma do poder, em agosto de 2016, o *Juntos!* se alinhou ao lado de outros movimentos pela proposta de promover novas eleições gerais e impedir a sucessão

do vice-presidente Michel Temer à liderança do governo, indo contra a decisão do PSOL.

No caso da ANEL, ainda que na concepção do coletivo se reclame pela oportunidade de “encabeçar” os processos de mobilização a partir dos movimentos estudantis, almejando, dessa forma, um protagonismo da ANEL na luta pelos direitos dos estudantes, foi observado na sua concepção que a todos vem assegurado a liberdade de expressão e decisão sobre “os rumos da entidade” (ANEL, 2012). E, portanto, para o coletivo “quem controla e dirige a entidade são os estudantes que constroem a ANEL no dia a dia” (ANEL, 2012).

É importante salientar que, na totalidade dos movimentos por nós investigados, a característica do elemento de *autogestão*, evidenciada entre os princípios de organização e metodologia difere, inicialmente, da alternativa anárquica de abolição do Estado.

Nessa perspectiva, entre estes movimentos a ideia dos princípios de *autonomia*, *independência* e *horizontalidade* se encontrará continuamente atrelada à capacidade de exigir, para além da exclusividade do voto e através das redes e das ruas, o fortalecimento do processo de democracia direta.

Manuel Castells afirma que esses movimentos apresentam um profundo posicionamento político ao proporem e buscarem praticar “a democracia deliberativa direta”, baseando-se numa “nova democracia em rede baseada em comunidades locais e virtuais em interação” (CASTELLS, 2013, pp. 166-167)⁶⁶.

Ou seja, no interior dos movimentos sociais em rede sobressai a proposta prática para a implementação de uma nova *utopia da autonomia*, objetivando a busca incerta de criar novas formas de convivência ou uma nova tipologia de contrato social capaz de criar um espaço de autonomia do sujeito, em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2013, p. 166).

⁶⁶ Entre os movimentos analisados pelo autor, estão as revoltas e protestos massivos que ocorreram no Egito, na Tunísia, na Islândia, no interior da *Primavera Árabe*, na Espanha com os *Indignados* e nos Estados Unidos da América com os movimentos *Occupy*. Nesta mesma obra, em edição recente, também se encontra incluído um posfácio sobre as manifestações ocorridas em junho de 2013, no Brasil.

Como declarado pelo movimento *Occupy Wall Street*, nos EUA, seu manifesto é dirigido “para todos os americanos e todo o mundo” que encontre necessário “envolver-se em uma democracia participativa direta e transparente” (OWS, 2011).

À medida que o movimento do OWS fortaleceu sua estrutura de ação e ampliou suas propostas, em uma publicação da *Declaração da Ocupação da Cidade de Nova Iorque*, disponibilizada pelo movimento NYCGA, esteve disposto, entre outros elementos, uma explícita expressão de apoio e solidariedade de ação para com os grupos dispostos a se mobilizar contra arbitrariedade da atual ordem política em torno do capital:

Conforme nos reunimos em solidariedade para expressar um sentimento de injustiça em massa, não devemos perder de vista aquilo que nos reuniu. Escrevemos para que todas as pessoas que se sentem injustiçadas pelas forças corporativas do mundo possam saber que somos seus aliados.

[...] Viemos a você num momento em que as corporações, que elevam o lucro sobre o povo, o interesse próprio sobre a justiça e a opressão sobre a igualdade, administram nossos governos. Estamos pacificamente reunidos aqui, como é o nosso direito, para fazer com que estes fatos sejam conhecidos.

[...] Exercite seu direito de se reunir pacificamente; ocupar o espaço público; criar um processo para resolver os problemas que enfrentamos e gerar soluções acessíveis a todos.

Para todas as comunidades que agem e formam grupos no espírito da democracia direta, nós oferecemos apoio, documentação e todos os recursos à nossa disposição.

Juntem-se a nós e façam suas vozes serem ouvidas! (NYCGA, 2011)⁶⁷.

Na sua concepção de um movimento movido pela força popular, “o #ows luta contra o poder corrosivo dos grandes bancos e corporações multinacionais sobre o processo democrático, bem como o papel de Wall Street na criação de um colapso econômico”, o qual acionou “a maior recessão em gerações” (OWS, 2016).

E para dar corpo ao enfrentamento dessa ordem política que “eleva o lucro sobre a povo”, uma de suas propostas gravita em torno de promover o ideal de que a necessidade do povo esteja à frente do interesse dos partidos políticos.

⁶⁷ Para a íntegra do documento (em inglês), acessar: <<http://www.nycga.net/resources/documents/declaration/>>.

Em artigo publicado no dia 11 de agosto de 2011, com divulgação da revista *Adbusters*⁶⁸, como metodologias de ação o movimento OWS se vinculará às experiências produzidas na onda de protestos das praças *Tahrir* (Cairo – Egito), *Syntagma* (Atenas – Grécia) e *Porta del Sol* (Madri – Espanha), como a “não-violência”, a “tenacidade” e a articulação de “assembleias populares” (ADBUSTERS, 2011). Ao mesmo tempo, faz frente a denúncia da falta de representatividade diante dos atuais partidos políticos e de dogmas da esquerda já “desgastados”.

Nesse contexto, ao lado do OWS, o *NYC General Assembly* parte da mesma mensagem para procurar estabelecer, em conjunto com outros grupos de protesto, a organização e o estabelecimento de uma visão junto ao movimento maior do *#OccupyWallStreet*.

Sua meta será a de “[ousar] imaginar uma nova alternativa sócio-política e econômica” que seja capaz de oferecer uma maior possibilidade de igualdade e onde seja possível exercer a responsabilidade de maneira “pessoal e coletiva”, almejando o envolvimento numa “democracia direta e transparente” (NYCGA, 2011 – Grifo nosso).

De acordo com a concepção política do OWS, os experimentos de *autogoverno*, *autonomia*, *independência* e *horizontalidade* se definem em concordância com a demanda para a “implementação de uma reforma eleitoral” que promova, a partir da necessidade popular, “uma série de novos experimentos num autogoverno democrático, de baixo para cima” (NYCGA, 2011).

Assim, sem o vínculo a líderes ou partidos específicos, como um “movimento popular” o OWS se dispõe a serviço “pelo povo e para o povo” (NYCGA, 2011).

Na Espanha, como manifesto de ação para o dia 15 de outubro de 2011, em seu *blog* a plataforma *Democracia Real YA!* divulga uma chamada para a mobilização

⁶⁸ Na primeira versão das convocações realizadas para as mobilizações, o movimento Occupy Wall Street teve como aliado e primeiro impulsionador das ideias a revista ativista *Adbusters*. Na sua definição, a revista tem uma iniciativa sem fins lucrativos pela “luta contra a aquisição hostil de nossos ambientes psicológicos, físicos e culturais por forças comerciais” (ADBUSTERS, 2016). Sediada no Canadá e fundada no ano de 1995, o site da revista encontra-se no ar desde então, promovendo a defesa de numerosas causas políticas e sociais, muitas das quais relacionadas à problemática mundial do consumo excessivo. Para a visualização do conteúdo digital da revista, acessar: <<http://www.adbusters.org/>>.

internacional no dia previsto, direcionada à uma ação pacífica de protestos contra a aliança entre as grandes corporações e a classe política:

No dia 15 de outubro, nós, cidadãos e cidadãs de todo o mundo, iremos às ruas para mostrar nossa indignação pela perda de nossos direitos em mãos da aliança entre as grandes corporações e a classe política. Através do Democracia Real Ya lhes convidamos a participar nesta ação pacífica de protesto internacional, somando-se à nossa convocatória ou realizando suas próprias convocatórias nesta data. Chegou o momento de levantar a voz. Nosso futuro está em jogo, e nada pode conter a força de milhões de pessoas quando se unem com um propósito comum⁶⁹.

Na análise do movimento *Democracia Real YA!*, podemos perceber que, inicialmente um pouco próximo dos movimentos brasileiros, a plataforma se opõe drasticamente à alternância bipartidária na Espanha que, desde o ano de 1982, tem como protagonistas o PP (*Partido Popular*) e o PSOE (*Partido Socialista Obrero Español*)⁷⁰.

A plataforma se manifesta para que o governo da democracia esteja nas mãos “do povo”, dirigindo, com isso, uma crítica dura “à uma ditadura partidocrática e ao partido PPSOE” e à toda uma classe política aliada ao desmando das “entidades bancárias”, que juntos são acusados de terem gerado uma total precariedade contra direitos como “habitação, trabalho, cultura, saúde, educação, participação política, livre desenvolvimento pessoal e direito ao consumo dos bens necessários a uma vida saudável e feliz” (DRY, 2011).

Mais uma vez, através da autogestão, a *autonomia* vem à tona para legitimar o ideal de luta por “uma mudança e um futuro digno”, uma vez que se presencia a “falta de responsabilidade na gestão econômica do país, por parte dos políticos e das grandes corporações” (DRY, 2011). Logo, ambos os princípios da *autonomia* e *independência* norteiam o ativismo e a ação direta do movimento para cunhar um novo modo de fazer política, que não mais trate os sujeitos como “mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros” (DRY, 2012).

⁶⁹ Para a íntegra do documento (em espanhol), acessar: <<http://www.democraciarealya.es/convocatoriasdry/international/>>.

⁷⁰ Para visualizar o conteúdo das páginas oficiais do PP e do PSOE, acessar respectivamente: <<http://www.pp.es/>>; <<http://www.psoe.es/>>.

O mote principal da plataforma DRY, além do próprio apelo de seu nome para uma democracia mais concreta, será o de que as pessoas não devam ser mais tratadas como mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros (DRY, 2012). Dessa maneira, entre suas posições políticas estão a rejeição à corrupção do sistema político na Espanha, uma forte oposição às medidas de austeridade impostas ao país e uma demanda impositiva por uma democracia mais participativa (DRY, 2012).

Até o momento, esteve em nosso intuito averiguar a amplitude e as diferenciações de inclusão dos princípios da *autonomia*, da *independência* e da *horizontalidade* entre os movimentos que vimos de investigar.

Para tanto, a opção pela análise das concepções, objetivos e motes de cada um foi efetuada a fim de procurar identificar de que maneira estes princípios correspondem ou colidem com as práticas efetivas dos movimentos, à medida que foram evidenciadas suas posturas e vínculos ideológicos e, paralelamente, comparadas as especificidades das diferentes formas de organização e metodologias de ação.

2.3 A comunicação vista em moldes de *solidariedade*

Como vimos anteriormente, o legado do *Maio de 1968* no mundo, a forte presença do Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, e a trajetória no engajamento das edições do *Fórum Social Mundial* deixou ainda mais em evidência a percepção crescente de um novo leque de reivindicações presente no interior da sociedade civil. E desse novo leque de reivindicações, novos instrumentos e maneiras de agir também irão caracterizar os movimentos sociais na atualidade.

Para os movimentos investigados, a fim de aprofundar essa indagação, poderíamos iniciar por levar em consideração, tanto do lado da instrumentalização, o uso funcional das tecnologias de interação social e indexação informativa como mediadores de divulgação e organização dos movimentos sociais, quanto do lado das maneiras de agir, a configuração de uma cultura de protestos que se desenvolve na intersecção entre o espaço urbano e a realidade virtual da internet.

Numa primeira aproximação do perfil dos movimentos sociais na atualidade, as últimas duas décadas demonstraram, como sua característica marcante, o desenvolvimento e o uso cada vez mais recorrente do *ciberativismo* como forma de engajamento político e social.

O recurso a ferramentas como as redes sociais, e-mails, petições, jornais digitais e vídeos, servem como “nova forma de articulação no interior dos movimentos sociais [...] para pautar suas reivindicações e alcançar mudanças sociais”, permitindo uma relativa livre divulgação de informação e uma maior “conscientização sobre assuntos não expostos pela mídia tradicional” (COSTA; CARDOSO; MEDINA, 2014, p. 7).

Indagando que características constituem um padrão comum nesses movimentos, para Castells elas puderam ser evidenciadas exatamente por meio do uso intenso da tecnologia como forma de conexão *online/off-line*, propiciando a criação de um espaço de autonomia entre o virtual e o urbano, mas inclusive pela promoção de uma horizontalidade organizacional em distinção de uma liderança formal e de geralmente não apresentarem um programa efetivo de ação (CASTELLS, 2013, pp. 159-165). Assim:

Formam-se redes dentro do movimento, com outros movimentos do mundo todo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade em geral. As tecnologias que possibilitam a constituição de redes são significativas por fornecer a plataforma para essa prática continuada e que tende a se expandir, evoluindo com a mudança de formato do movimento (CASTELLS, 2013, p. 160).

Dessa forma, tendemos a observar que o desenvolvimento da *cibercultura* tende a possibilitar o dimensionamento da virtualidade, como um elemento estratégico – ou potencialmente útil – no que diz respeito à organização, dinamização, divulgação e ação dos movimentos sociais na atualidade.

Em relação ao fator da potencialidade, se faz necessário ponderar sobre a eficácia na utilização de tecnologias como a internet por esses movimentos, como também sobre a sua limitação.

Percebe-se, a partir do novo tipo de conexão, que as redes sociais da *internet*, por exemplo, facilitam a constituição de um espaço “propício para a ocorrência de um dado movimento ou manifestação”, adequado para que atores sociais se organizem,

se estruturarem e divulguem seus objetivos (SILVA; PAIVA, 2013, p. 11). No entanto, sua eficácia depende de fatores que, do contrário, a tornam limitada:

Ela não faz o movimento só com cliques e trocas de mensagens; depois de estruturada nas redes sociais, é preciso trazer a ação para o mundo presencial, agir organicamente nas ruas, exercitando uma modalidade de comunicação face a face (SILVA; PAIVA, 2013, p. 11).

No espaço virtual de atuação desses novos movimentos, o *ciberespaço*, podem ser identificados diferentes grupos com causas e compromimentos comuns, mas também “uma diversidade de interesses que abrangem desde os direitos humanos das minorias, passando pelos movimentos de apoio às causas ambientais, [...] reforma agrária, educação, arte e cultura” (ARRUDA, 2011, pp. 58-59).

Por outro lado, suas formas de atuação encontram-se caracterizadas pela capacidade de se estruturar em redes ou de forma autônoma, podendo atingir uma abrangência local, regional, nacional ou internacional, o que configura para esses novos movimentos um limite de tempo diferenciado para se alcançar os objetivos, podendo suas ações serem desencadeadas “objetivando-se o retorno em curto, médio ou longo prazo” (ARRUDA, 2011, p. 59).

Quando questionamos a maneira como a instrumentalização de suportes digitais, de interação e indexação de informações, se encontra estabelecida nos movimentos que analisamos, a aproximação de vestígios concretos, como as atas que vimos de analisar, nos deu margem para a verificação de diferentes níveis de estruturação, organização dos movimentos e intercâmbio com o público que acessa os diferentes *blogs*.

Ainda assim, considerando que na totalidade destes movimentos suas ações conservam o espaço físico das ruas como meio para concretização de suas reivindicações, que elementos discursivos estão presentes na fala destes movimentos os quais possam evidenciar a intensidade da interação entre o espaço urbano e a virtualidade dos protestos?

E de que maneira essa interação traz à tona a circulação de conceitos e práticas entre os movimentos que, nos moldes de uma *solidarização*, permitem identifica-los através de um novo tipo de ativismo político?

Alguns dos indícios que apontam para a configuração de redes de comunicação entre os movimentos investigados permitem evidenciar a importância do recurso às tecnologias digitais entre os movimentos investigados.

Partindo da análise da página no *Twitter* do coletivo *Juntos!*, o recurso a *hashtags* para a divulgação tanto de seus motes, quanto de seu apoio a outros movimentos espalhados pela rede social, nos permite uma maior aproximação do esboço da configuração dessas redes de solidarização entre os movimentos e do compartilhamento e divulgação junto ao público.

Conseqüentemente, a constituição destas redes evidencia o papel inovador do *ciberativismo* que, na atualidade, confere a provável circulação de novas tendências ao ativismo tradicional das ruas.

No contexto da atualidade, o recurso a etiquetas (ou *tags*) para referir-se a palavras ou temas relevantes para um grupo social, quando associadas ao símbolo da cerquilha (#), cria *hashtags* dispostas para associar uma informação a um tópico ou discussão.

As *hashtags* podem vir a tornar-se *links* por sua vez indexáveis pelos mecanismos de busca como o *Google*, permitindo a usuários que porventura as procurem possam visualizar todas as informações, imagens, vídeos, entre outros, relacionados às *hashtags*.

Para além do mecanismo de busca do *Google*, elas são utilizadas nas redes sociais, especialmente através do *Twitter* (de onde originaram-se), mas também do *Facebook*, nos quais a ampla adesão de usuários as tornam populares⁷¹.

Em sua página de apresentação, antes mesmo do seu envolvimento na onda de protestos das *Jornadas de Junho*, o *Juntos!* se utiliza de recursos discursivos estruturados com a linguagem informal predominante em redes de bate-papo virtual e redes sociais como o *Twitter* e o *Facebook*: “somos aqueles que *#TomamosAsRuas* e lutamos por uma *#DemocraciaRealJá!* [...], somos aqueles que estamos nos bairros, vias, favelas *#Emancipando*” (JUNTOS, 2011).

A ocorrência de uma *hashtag* como a *#DemocraciaRealJá!*, compartilhada pelo coletivo *Juntos!*, pode servir para demonstrar a amplitude do alcance de uma

⁷¹ Fonte: *Canaltech*. Disponível em: <<http://canaltech.com.br/o-que-e/o-que-e/O-que-e-hashtag/>>.

mensagem que, neste caso, está referida ao mote da plataforma *Democracia Real Ya!*, demonstrando o apoio do *Juntos!* à plataforma.

Entretanto, quando pesquisamos a ocorrência dos diferentes *tweets* vinculados às *hashtags* populares dos movimentos e publicados por diferentes tipos de usuários, observamos que o número de repetições dos motes pode variar.

No Brasil, por exemplo, no dia 20 de junho de 2013, dia de maior mobilização no país e que expressa o marco das *Jornadas*, foram verificados⁷² a publicação de apenas 06 (seis) *tweets* com o tema *#DemocraciaRealJá!* – em todo o *Twitter*⁷³ –, todos eles vinculados à divulgação dos protestos pelo partido do PSOL do Distrito Federal.

Porém, quando efetuamos a busca por *tweets* mais populares nesta data do país como, por exemplo, com os temas *#VemPraRua* e *#ChangeBrasil*, para os dois foram verificados mais de 1000 (mil) publicações (sem que fosse alcançada a totalidade dos *tweets* sobre os temas)⁷⁴. Já o tema *#ContraOAumento* também reservou poucas publicações, sendo ao todo 47 (quarenta e sete) *tweets* verificados no mesmo dia⁷⁵.

Por outro lado, considerar a plataforma *Democracia Real YA!*, o movimento *Occupy Wall Street* e o *NYC General Assembly*, em suas especificidades, nos permitiu avaliar com maior profundidade que o impacto das tecnologias digitais na instrumentalização dos três movimentos já se destaca, por si só, na intensa interação entre os usuários que acessam os respectivos *blogs* e seus idealizadores, por meio

⁷² Para a verificação das palavras-chave foram considerados os critérios de datas específicas para cada movimento, a abrangência de todas as línguas disponíveis com as quais porventura tenham sido publicados os *tweets*, por usuários aleatórios, e a exatidão da frase com a *hashtag* desejada.

⁷³ Para os resultados de busca da *hashtag* *#DemocraciaRealJá!*, no *Twitter*, acessar: <<https://twitter.com/search?f=tweets&vertical=default&q=%22%23DemocraciaRealJ%C3%A1%21%22%20since%3A2013-06-20%20until%3A2013-06-21&src=typd>>.

⁷⁴ Para os resultados de busca das *hashtags* *#VemPraRua* e *#ChangeBrasil*, no *Twitter*, acessar respectivamente: <<https://twitter.com/search?f=tweets&vertical=default&q=%22%23VemPraRua%22%20since%3A2013-06-20%20until%3A2013-06-21&src=typd>>; <<https://twitter.com/search?f=tweets&vertical=default&q=%22%23ChangeBrasil%22%20since%3A2013-06-20%20until%3A2013-06-21&src=typd>>.

⁷⁵ Para os resultados de busca da *hashtag* *#ContraOAumento*, no *Twitter*, acessar: <<https://twitter.com/search?f=tweets&vertical=default&q=%22%23ContraOAumento%22%20since%3A2013-06-20%20until%3A2013-06-21&src=typd>>.

da articulação entre fóruns, bate-papo em tempo real e a divulgação das minutas atualizadas das assembleias realizadas.

Uma das marcas do movimento OWS (em conjunto com o NYCGA) será o seu comprometimento declarado “para que tecnologias, conhecimento e cultura estejam disponíveis para o livre acesso, criação, modificação e distribuição”, num ativismo de contínua solidariedade com outros movimentos que venham juntar-se, assim como posto na *Declaração de Ocupação da Cidade de Nova Iorque* (e disponibilizada pelo NYCGA), a “todas as pessoas que se sentem injustiçadas pelas forças corporativas do mundo [...]” (NYCGA, 2011).

Pela campanha do movimento OWS, Micah White, fundador do *blog* “occupywallst.org” encabeçou uma série de artigos-manifesto convocando as mobilizações nos EUA e procurando uma rede de solidariedade em torno das causas em escala global.

No plano da *solidariedade*, em artigo do dia 16 de agosto de 2011, a um mês de distância do dia esperado para as primeiras mobilizações, a *Adbusters* divulga o apoio de integrantes do movimento *Indignados* à ocupação de Wall Street. Com a campanha *#TOMALABOLSA*, os “indignados da Espanha” teriam se comprometido a “montar um acampamento do lado de fora da bolsa de Madri” (ADBUSTERS, 2011)⁷⁶.

Na Espanha e nos EUA, ambas as *hashtags* com a temática *#DemocraciaRealYA!*, no dia 15 de maio de 2011, e *#OccupyWallStreet*, no dia 17 de setembro de 2011, foram publicadas em mais de 1000 (mil) *tweets*, com diversas nacionalidades, sem que fosse alcançada a totalidade das publicações sobre os temas, nas datas especificadas do primeiro dia de protestos destes movimentos⁷⁷.

⁷⁶ A moção de apoio à ocupação da Bolsa de Madri pela plataforma DRY, em sintonia com o movimento OWS, pode ser acompanhada pelo link da campanha oficial ou da chamada do evento no Facebook. Para os dois acessar, respectivamente: <<http://antibanks.takethequare.net/>>; <<https://www.facebook.com/AsociacionDRY/posts/200073366726911>>.

⁷⁷ Para os resultados de busca das *hashtags* *#DemocraciaRealYA!* e *#OccupyWallStreet*, no *Twitter*, acessar respectivamente: <<https://twitter.com/search?f=tweets&vertical=default&q=%22%23DemocraciaRealYa%22%20since%3A2011-05-15%20until%3A2011-05-16&src=typd>>; <<https://twitter.com/search?f=tweets&vertical=default&q=%22%23OccupyWallStreet%22%20since%3A2011-09-17%20until%3A2011-09-18&src=typd>>.

Especificamente, para a chamada do mote *#Occupy*, a temática *#OccupyBrazil*, no dia 20 de junho de 2013, teve a repercussão de 373 *tweets* em apoio às manifestações ocorridas no Brasil, entre usuários de diversas nacionalidades.

No caso brasileiro, a repercussão do mote contra o aumento da tarifa foi progressivamente sendo mesclada com motes outros que ultrapassavam a especificidade da mobilidade urbana nas reivindicações.

Feita esta constatação sobre o número de publicações realizadas em torno de *tweets* relacionados aos movimentos analisados, é possível observar que, no caso do Brasil, por exemplo, na visão popular do público com acesso à *internet*, mais especificamente daquele com acesso ao *Twitter*, os motes defendidos ultrapassam a especificidade do protesto contra o aumento da tarifa do transporte público, conferindo maior complexidade ao conteúdo das manifestações.

Portanto, ainda que alguns poucos referimentos tenham sido publicados em relação ao apoio entre os movimentos, o que se constatou foi que o uso do *Twitter* como instrumento de divulgação tornou-se mais expressivo para a demonstração dos motes vinculados às causas específicas ao programa de cada movimento.

2.4 O *ciberativismo* como forma de engajamento político e social

Se acima nos referimos à circulação no espaço virtual de diferentes grupos, com causas e comprometimentos comuns, ao mesmo tempo se verifica entre os movimentos da atualidade a circulação de uma vasta gama de interesses que envolvem os temas dos direitos humanos da minoria, causas ambientais, reforma agrária, educação, arte e cultura (ARRUDA, 2011, pp. 58-59).

Desse modo, a abrangência local desses movimentos, compreendidos em seus contextos e motivos específicos, os insere, simultaneamente, na constituição de um caráter mais global, à medida que “expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora”, cabe frisar, permaneçam “ancorados em sua identidade específica” (CASTELLS, 2013, p. 161).

No Brasil, o *blog* do *Movimento Passe Livre* se apresenta como um “grupo de pessoas comuns que se juntam para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade”, isto é, com um “serviço público sem exclusão”, que atenda ao direito dos usuários do transporte coletivo e trabalhadores “na efetiva participação” em decisões e projetos de mobilização (MPL-SP, 2013).

A menção à composição do grupo por pessoas comuns pode ter servido ao MPL para buscar intensificar o propósito de reformulação do projeto da mobilidade urbana defendido, levando em conta que seu discurso é dirigido a “todos” que aqueles que reivindicam um “mundo sem catracas” (MPL-SP, 2013).

Para o MPL, a discussão em torno da mobilidade urbana e por serviços públicos de qualidade deve ser realizada entre os “amigos e amigas”, na “escola”, no “trabalho” e com a “família”, competindo para a ideia de que o tema da mobilidade e do acesso aos serviços da cidade seja do interesse de toda a população (MPL-SP, 2013).

Num momento específico de sua *Carta de Princípios*, o movimento relata como sua perspectiva estratégica a mobilização dos “jovens e trabalhadores” pela expropriação do transporte público da iniciativa privada e sua transferência para essa população (MPL-SP, 2006).

Na crença de uma política para “além do voto”, o MPL luta principalmente por um transporte público fora da iniciativa privada, sob controle público, “dos trabalhadores e usuários” (MPL-SP, 2006).

Com esse propósito, o movimento procura colocar em discussão uma luta que ultrapassa o objetivo de frear o aumento da tarifa do transporte público e pressionar a promoção da *tarifa zero*: como temáticas continuamente inseridas na discussão sobre o processo urbano estão o “crescimento desordenado das metrópoles”, a “relação cidade e meio ambiente”, a “especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social” (MPL-SP, 2006).

Como estratégia defensiva o movimento propõe lutar contra a repressão e a criminalização que o histórico o próprio MPL tem sofrido, impondo-se a tarefa de ter que também “lutar pela defesa da liberdade de manifestação contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais” (MPL-SP, 2006). Corroborando com essa tarefa, “o MPL se coloca contra todo tipo de preconceito (racial, sexual, gênero etc.” (MPL-SP, 2006).

Isto implica para a organização e constituição do movimento, a construção de uma base que garanta a existência do MPL em nível nacional. Com este propósito, o movimento instituiu um pacto federativo que situa as unidades locais em sua autonomia local de organização, mas reiterando que o princípio da Frente Única deva ser respeitado, “estando acima de questões ideológicas” (MPL-SP, 2006)⁷⁸.

A fim de atender a necessidade do debate, o MPL resolve pelo dever de utilização dos instrumentos de mídia alternativa para a “divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios”, evitando o contato com a mídia corporativa, uma vez que, na concepção do movimento, estes correm o risco de encontrar-se “diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público” (MPL-SP, 2006).

Nesse ponto, se, por um lado, o recurso a mídias alternativas como o utilizado pelo *blog* do MPL-SP permite promover os objetivos do movimento em escala regional, nacional e internacional, por outro, no cenário das manifestações de junho de 2013, os resultados esperados pelo movimento através deste recurso podem divergir em curto prazo (redução da tarifa), médio prazo (criação de conselhos regionais) e longo prazo (discussão sobre os aspectos urbanos).

Esta condição terminará por caracterizar a totalidade dos movimentos por nós investigados.

Para o *Juntos!*, o coletivo é concebido como um “movimento nacional da juventude”, integrado por uma “nova geração de lutadores” a serem “conquistados” para a “construção de um mundo radicalmente novo” (JUNTOS, 2011).

Para o movimento, a “juventude” está apresentada em toda a divulgação do *blog* como o público-alvo para promover a abertura das portas “dos novos tempos do Brasil”, uma juventude que uma vez tendo sido “educada para a apatia”, desperta-se diante do “rejuvenescimento da palavra ‘revolução’”, provocado pelos eventos ocorridos na *Primavera Árabe* e do alcance dos limites da indignação no aumento das tarifas do transporte público (JUNTOS, 2013).

⁷⁸ Em relação ao princípio da Frente Única, ficou instituído o dia 26 de outubro como marco da *Semana Nacional de Luta pelo Passe-Livre*, tendo os MPLs locais autonomia para definir as atividades a serem realizadas.

Como objetivos do coletivo estão dispostos uma diversidade de temas: é um “movimento pela educação de qualidade”, “em defesa do meio ambiente”, “contra toda forma de preconceito, seja de gênero, etnia, idade, credo” e “por uma sociedade com igualdade e liberdade para todos” (JUNTOS, 2011).

E, portanto, a necessidade para seguir tais objetivos surge da condição enfrentada por “aqueles que estão sem emprego, sem educação, sem cultura, sem casa, mas também sem medo de lutar” (JUNTOS, 2011).

Por esses “novos tempos” pontuado pelo movimento, as maneiras de fazer para construção de uma nova forma de fazer política passarão pela combinação entre o espaço virtual e o urbano: se estes jovens são convidados a criar iniciativas e núcleos de discussão, ou a participar de reuniões regulares junto às filiais do coletivo, o recurso aos instrumentos virtuais como e-mails, *Twitter*, *Facebook* e *Youtube* servirá de apoio para o acompanhamento, compartilhamento e envio de propostas pertinentes às necessidades de cada grupo (JUNTOS, 2012).

Dessa forma, buscando dar corpo à imagem de uma juventude que, cansada “da velha política”, ensaia “novas perspectivas”, o coletivo a chama para que se ocupem “as praças”, se tomem “as ruas” e se compartilhe “pelas redes sua indignação” (JUNTOS, 2013).

Já para o coletivo da *Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre*, ainda que o movimento se organize para o debate da construção de processos de mobilização, “desde os mais gerais até os mais específicos”, ele irá se conceber mais exclusivamente como “um instrumento de respostas à nova dinâmica do movimento estudantil brasileiro” (ANEL, 2015).

De modo geral, as resoluções aprovadas no *2º Congresso Nacional da ANEL* gravitam em torno dos chamados 10 “blocos” (ANEL, 2013): 1) Bloco Internacional, com campanhas pelo auxílio da ANEL na orientação aos refugiados haitianos e de outros países para o acesso ao sistema educacional brasileiro e por atos públicos nacionais pela saída do Exército Brasileiro do Haiti 2) Bloco Nacional, que abrange a “luta contra a corrupção”, “reforma da polícia”, rechaço à aliança de “setores dos movimentos sociais e empresariados”, combate à “repressão das populações de rua”, entre outros; 3) Bloco Educação, com resoluções sobre o Ensino à Distância (EAD), acessibilidade, “pagas” dos estudantes, Pós-graduação, extensão, “estrutura de

poder” no interior das instituições de ensino, secundaritas, entre outros; 4) Bloco Opressões – Luta contra o machismo; 5) Bloco Opressões – Luta contra o racismo; 6) bloco opressões – luta contra a homofobia; 7) Bloco Concepção do movimento estudantil; 8) Bloco Funcionamento da entidade; 9) Bloco Cultura, com campanhas pelo investimento de 2% do PIB nacional para a cultura e pela abolição das isenções fiscais para empresas privadas que investem na cultura; 10) Bloco Saúde, com campanhas pela incorporação de uma política de promoção à saúde aos estudantes de quaisquer níveis de ensino, entre outros.

Nesse sentido, estando reconhecida pelo movimento a necessidade de reorganização do movimento estudantil, a ANEL se propõe como “um instrumento de luta nas mãos dos estudantes” a ser utilizado principalmente na luta por uma “educação pública, gratuita e de qualidade”, mas igualmente livre do machismo, da homofobia e do racismo nos espaços das escolas e universidades do país (ANEL, 2015).

A partir da conscientização dos estudantes, a ANEL busca impulsionar “a criação de um grupo para articular estudantes de vários países e realizar iniciativas políticas internacionais”, a fim de denunciar “os ataques dos governos” e exigindo o direito da juventude “ao futuro” (ANEL, 2012).

Frente às mobilizações contra o aumento da tarifa do transporte público, a ANEL se declara em solidariedade permanente para a “organização dos atos, passeatas e debates” por um transporte público de qualidade, “intervindo com um programa que defenda a redução imediata das passagens, a estatização do transporte coletivo, a tarifa social e passe-livre para estudantes, idosos e desempregados” (ANEL, 2013).

No uso da internet como instrumento de organização e metodologia de ação, a ANEL ainda segue o padrão dos outros dois movimentos brasileiros, recorrendo mais desse meio para poder divulgar e compartilhar sua posição política, suas metas e objetivos e promover a afiliação dos estudantes na Assembleia. Por outro lado, apresenta como diferencial a possibilidade de articulação do público para o envio de contribuições e resoluções aos congressos nacionais eventualmente agendados, como foram os casos do *2º Congresso Nacional*, em 2013, e do *3º Congresso Nacional* no ano de 2015, inclusive com o possível acesso ao conteúdo final das resoluções.

Se a ANEL apresenta reivindicações que gravitam em torno do movimento estudantil, mas que, no entanto, não encontram-se encerradas em si mesmas, moldando seus propósitos no manifesto *Muitos Jovens, Uma Só Luta!*, para o coletivo o movimento centra suas ações na tomada das ruas e na articulação com os ideais de outros movimentos nacionais e internacionais.

Entre o OWS, o NYCGA e DRY, a imagem do público a que seus motes são direcionados e os quais são conclamados à luta torna-se imprecisa, uma vez que na linha do que promulga a plataforma espanhola, estes movimentos não se apresentam nem como um coletivo de estudantes ou com uma associação de jovens, propondo, pois, a configuração de uma coordenação “de entidades cidadãs de todo o tipo na qual participam pessoas de todas as idades e tipologias” (DRY, 2011).

Se do lado do público a apresentação de um perfil específico torna-se imprecisa, ao lado de suas reivindicações a definição de suas pautas terminam por ultrapassar, por exemplo, uma causa específica como a mobilidade urbana.

Nesse sentido, ainda que apresentem reivindicações com temáticas específicas, estes movimentos tornarão continuamente expressas suas causas em torno da criação de uma democracia mais direta e participativa.

Assim, se no caso do MPL-SP a motivação do movimento repousa na necessidade comum da população por uma reforma na mobilidade urbana e no acesso irrestrito dos serviços públicos, para o DRY, por exemplo, sua preocupação está direcionada à corrupção dos políticos, empresários, banqueiros e “com a indefesa dos cidadão comum” e, portanto, em defesa de direitos como “habitação, trabalho, cultura, saúde, educação, participação política, livre desenvolvimento pessoal e direito ao consumo dos bens necessários a uma vida saudável e feliz” (DRY, 2011).

A plataforma DRY, assim como o MPL, se define como um grupo de pessoas comuns reunidas em torno da indignação frente a situação nacional e global e dispostas ao enfrentamento do descontentamento político, ao apelo por um novo tipo de sistema econômico e pela criação de uma democracia mais direta e participativa.

Assim, entre suas lutas estão a defesa de prioridades como igualdade, progresso, solidariedade, livre acesso à cultura, sustentabilidade ecológica e desenvolvimento, bem-estar e “a felicidade das pessoas” (DRY, 2011).

Entretanto, a plataforma também distribui alguns pontos principais a serem defendidos na prática de uma participação política mais direta e democrática. Entre suas propostas encontram-se destacadas a defesa pela 1) eliminação dos privilégios da classe política, 2) a luta contra o desemprego, 3) defesa pelo direito à habitação, 4) acesso a serviços públicos de qualidade, 5) defesa pelo controle das entidades bancárias, 6) pela tributação das grandes fortunas e entidades bancárias, 7) por liberdades cidadãs e democracia participativa e 8) pela redução dos gastos militares (DRY, 2011).

Tendo como um de seus motes a defesa por uma “justiça econômica e social”, ao lado dos movimentos OWS e NYCGA, a campanha pela solidariedade dos chamados “99%” da população, vista como injustiçada, encontra-se baseada nas lutas pelo engajamento no exercício de uma “democracia de participação transparente e direta”, no exercício da “responsabilidade pessoal e coletivas”, na defesa pela garantia da “santidade da privacidade individual”, entre outros (NYCGA, 2011).

De acordo com um artigo intitulado “Anarchic Swarms – The Emerging Model” (ou em tradução literal, “Enxames anárquicos – O Modelo Emergente”), suas metas podem ser distribuídas em quatro grandes grupos.

Na chamada “frente cultural” está a tentativa de boicotar o atual modelo comercial de fluxos de informação, modificando “o significado do que é produzido” e promover o desenvolvimento de mídias e redes alternativas de informação e conhecimento, através da intervenção de “*livestreamers*, cidadãos jornalistas” e “*P2P* [compartilhadores de rede] visionários” (ADBUSTERS, 2011).

Na frente ambiental busca-se o pressionamento para que nos encontros do G8 seja estabelecido um consenso para a redução drástica das pegadas ecológicas “e imediatamente ratificar um acordo internacional obrigatório sobre a mudança climática” (ADBUSTERS, 2011).

Na frente econômica encontra-se a demanda pela implementação de 1% da *Taxa Robin Hood*, “sobre todas as transações financeiras e negócios cambiais” (ADBUSTERS, 2011)⁷⁹.

⁷⁹ Para a íntegra do projeto *Robin Hood Tax*, acessar: <<http://www.robinhoodtax.org/>>.

Já pela frente política se manifestam, duplamente, os protestos contra a política belicista encabeçada por líderes como “Obama [EUA], Cameron [Reino Unido], Sarkozy [França], Putin [Rússia], Merkel [Alemanha], Noda [Japão], Monti [Itália] e Harper [Canadá]” e pelos líderes militares da Organização do tratado do Norte (OTAN – ou na sigla inglesa, NATO) (ADBUSTERS, 2011 – Grifo nosso).

Nesse aspecto, outra demanda de natureza geopolítica ronda a pressão para que se abandone, mundialmente, a manipulação de energia nuclear, “a começar por um Oriente Médio livre de energia nuclear, incluindo Israel e Iran” (ADBUSTERS, 2011).

Finalmente, na linha de frente pessoal está disposto o manifesto de indignação pela mudança, a partir do qual “centenas de milhões de nós fazemos voto para que vivamos o mês de *Maio* sem tempo perdido... para experienciar uma camaradagem alegre... para abrir-nos para uma iminente epifania de mudança de vida” (ADBUSTERS, 2011 – Grifo nosso).

Na esteira da luta por um livre acesso à tecnologias, conhecimento e cultura, o OWS e o NYCGA convocam para os representantes eleitos a oposição à censura e, dessa feita, à rejeição do *Ato para Barrar a Pirataria Online* (SOPA) e o *Ato para Proteção da Propriedade Intelectual* (Protect IP) (NYCGA, 2011).

Outras duas frentes principais de reivindicação destes movimentos gravitam em torno da *Resolução para Pôr Fim À Pessoa Jurídica* e da oposição ao *Acordo Comercial Anticontrafacção* (ACTA) (NYCGA, 2011).

Nesta etapa de nossa análise, procuramos primeiramente proceder para a comparação do uso efetuado dos instrumentos disponibilizados entre os movimentos por nós analisados, os quais apontam, através do formato dos *blogs*, para a circulação e a *solidarização* de práticas e concepções políticas envolvidas por um ativismo *cibercultura*.

Ao lado dos movimentos OWS, NYCGA e DRY, a intensidade do *ciberativismo* vivenciado através dos *blogs* pode ser amplamente explorado se levarmos em consideração que a disponibilização de instrumentos específicos, como os fóruns, salas de bate-papo em tempo real e a divulgação dos documentos finais debatidos em assembleias, demonstram certa interdependência entre os espaços virtual e físico.

Se o que dispomos como vestígio nos obrigaria maior cautela na afirmação de tal reflexão, ao menos seria possível arriscar, com respeito à dinamização e à repercussão dos protestos, que o recurso ao *ciberativismo* promoveu proporções mais amplas de ação entre os movimentos.

Contudo, nos foi possível constatar que, apesar de fortes traços de *solidarização* encontrarem-se difundidos e compartilhados entre os movimentos, através, por exemplo, do sentimento de falta de legitimação política diante da classe política vigente e do seu envolvimento cúmplice com um sistema econômico visto como excludente, a intensidade na expressão do *ciberativismo* irá divergir entre si, à medida que nos movimentos brasileiros a interação entre as ruas e o espaço virtual terminará por dar preferência para que as alternativas sejam experienciadas no espaço físico da cidade⁸⁰.

Já entre os movimentos norte-americanos e espanhol, esta interação entre os espaços virtual e físico das ruas pôde ser observada em constante diálogo.

Por outro lado, procuramos trazer à tona os objetivos gerais e específicos de cada movimento a fim de esclarecer o perfil de suas lutas, assim como buscar apresentar o perfil atribuído por cada um ao público-alvo a quem são dirigidas suas convocações.

Nosso próximo passo prosseguirá pela ponderação do discurso elaborado em torno da contestação ideológica do sistema econômico vigente e da expressão do descontentamento diante da governabilidade da atual classe política, por sua vez denunciada por atender aos interesses da especulação financeira.

Com tudo isso, seria pertinente que, em seguida, elaborássemos uma reflexão em torno da problemática evidenciada no conflito entre a lógica excludente do espaço urbano e a proposta entre os movimentos pela alternativa de um modelo de democracia de caráter mais participativo e direto.

⁸⁰ Nota-se que para investigação proposta contamos com a exclusividade do conteúdo dos blogs de cada movimento, sendo possível, na busca de outros tipos de vestígios de formato virtual, que os resultados se ampliem ou mesmo se modifiquem.

3 DE QUE CIDADE E DE QUE DEMOCRACIA ESTAMOS FALANDO?

Na busca de confrontar os dados disponíveis que contribuem para caracterizá-las num discurso baseado nos princípios da *autonomia*, da *independência*, da *horizontalidade* e da *solidariedade*, um aspecto relevante a ser considerado entre os movimentos analisados conserva, talvez, as condições políticas, culturais, econômicas e estéticas necessárias – ou ao menos polêmicas o bastante – para alimentar a promoção e incremento de tais práticas no ativismo dos movimentos por nós investigados.

Com os movimentos *Occupy Wall Street* e *NYC General Assembly*, nos EUA, a plataforma *Democracia Real YA!*, na Espanha, e os coletivos *Juntos!*, ANEL e o *Movimento Passe Livre*, no Brasil, consideradas as especificidades de cada contexto, o que vem à tona nos atuais protestos, inclusive nas *Jornadas de junho de 2013*, no Brasil, é a importância da *cidade* e do processo urbano que a produz, como esferas de luta política, social e de classe (HARVEY, 2014, p. 133).

E para Boaventura de Sousa Santos, entre os atuais movimentos sociais, ao lado do convívio com uma diversidade de focos de reivindicação, a intensa e corrente crítica que fazem da regulação social capitalista permanece como uma das novidades mais marcantes entre si (SANTOS, 2013, p. 253).

A análise que realizamos em torno das especificidades discursivas de cada um dos movimentos investigados nos fornece um esboço que permite entrever, para além de demandas voltadas para resultados de curto prazo, que, no geral, suas demandas estruturais irão convergir especialmente para o enfrentamento político e econômico com os sistemas governamentais e corporativos, trazendo para o rol principal da indignação as temáticas da *democracia* e da *dignidade*.

Desse modo, o ativismo destes movimentos reserva uma contínua relação com os ideais dos direitos humanos, fomentando a possibilidade de criação de um espaço social, político, cultural e econômico mais atento à promoção da proteção e defesa dos direitos individuais e coletivos, mas principalmente do direito ao futuro, vinculado à mobilização da juventude.

Por esta associação, Manuell Castells afirma que entre todos os movimentos de sua análise, “a palavra ‘dignidade’ se repete em todos eles”, e o faz porque além

de um protesto pela dignidade incluir a luta contra a pobreza, ele é “a tradução dos direitos humanos na consciência individual” (COLOMBO, 2015). Como pontua Castells:

[...] Como todos os outros movimentos do mundo, ao lado de reivindicações concretas, que logo se ampliaram para a educação, saúde, condições de vida, o fundamental foi – e é – a defesa da *dignidade* de cada um. Ou seja, o direito humano fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão (CASTELLS, 2013, p. 178 – Grifo nosso).

A partir desta constatação, portanto, se observará que em meio à espontaneidade desses movimentos o elemento da “dignidade” assumirá a centralidade na vivência dos protestos, alimentando o teor de outras demandas envolvidas no processo, a exemplo do embate da mobilidade urbana salientado entre os movimentos brasileiros, da luta contra o desemprego e a defesa pelo direito à habitação na Espanha, e do pressionamento dos políticos pela implementação de 1% da *Taxa Robin Hood*, sobre todas as transações financeiras e negócios cambiais, nos EUA.

Nos contextos dos protestos organizados pelo movimento *Occupy Wall Street*, nos EUA e pela plataforma do *Democracia Real YA!*, o referimento à *democracia* se encontra na base de suas ações na busca por uma “democracia participativa direta e transparente”, concebida em torno dos princípios da “solidariedade”, da “autonomia acima do dinheiro” (OWS, 2011) para a construção de uma “democracia real” que coloque o dinheiro a “serviço” da maioria da população (DRY, 2011).

Para o OWS, a *dignidade* é valorizada como um dos recursos coletivos a serem apropriados, junto à integridade e à autonomia acima do lucro (OWS, 2011).

No caso do DRY, a busca por um “futuro digno” é colocada como o ideal na luta contra as “reformas antissociais” as quais, através dos bancos, limitam a liberdade “em benefício dos poderosos” (DRY, 2011).

Ao lado dos movimentos brasileiros, o *Juntos!* o mote “Queremos democracia real já no Brasil” se alinha à indicação de uma “juventude” que “segue aguerrida por mais democracia e pelo acesso à cidade”, inserida, portanto, no enfrentamento do “atual sistema, bem como seus donos e líderes políticos” para organizar um movimento de caráter “libertário, criativo, anticapitalista, democrático e radical” (JUNTOS, 2013).

Quanto à *dignidade*, por outro lado, sua menção no *blog* do *Juntos!* surge exclusivamente para retomar a discussão em torno da luta por moradia digna, despertada nos protestos dos *Indignados* na Espanha, tendo o coletivo como referência a plataforma DRY (JUNTOS, 2011).

Já para a ANEL, uma vez que o capitalismo como modelo da sociedade atual “não tem mais nada a oferecer”, o ideal de uma *democracia* “verdadeira” encabeçada pelo coletivo se opõe à manutenção de uma “democracia dos ricos e poderosos” (ANEL, 2013).

Comprometida com a defesa dos “interesses comuns dos estudantes e da maioria da sociedade”, a democracia para a ANEL deve estar sob o controle dos estudantes, em “unidade com a classe trabalhadora”, para então empreender a luta do movimento popular “contra as opressões e o movimento estudantil” (ANEL, 2012).

A referência à *dignidade* pelo coletivo da ANEL aparece em dois momentos de seu discurso para reclamar a luta por “condições dignas de trabalho para professores e técnicos administrativos” e, posteriormente, para lidar com a pauta da reforma agrária propondo um novo projeto de reforma que promova a criação de incentivos e políticas de “melhoria nas condições da vida digna dos assentados”, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (o MST), visto pela ANEL como um movimento atualmente cooptado pelos direcionamentos do “governo do PT” (ANEL, 2013).

Sobre o MPL-SP, se faz especificamente necessário esclarecer que ainda que o discurso do MPL-SP sobre a lógica da mobilidade esteja vinculado essencialmente aos valores democráticos de organização da sociedade e gravitam em torno da discussão sobre a dignidade, a análise das palavras-chave no *blog* do movimento nos levou a constatar que o referimento às palavras “democracia” ou “democrático” e “dignidade” ou “digno” não aparecem em nenhum momento no conteúdo da página. Tal constatação se constituirá como exclusiva ao MPL-SP, ao contrário de todos os outros movimentos, os quais apresentam, em vários momentos, menções explícitas aos conceitos da *democracia* e da *dignidade*.

Desse modo, para que a afirmação de Castells sobre a repetitividade da palavra “dignidade” em todos os movimentos esteja bem colocada, sem assumir uma postura apressada na interpretação de sua colocação, talvez deveríamos sugerir que, ao invés

da palavra, a *dignidade* como princípio seja o elemento fundamental para a compreensão destes movimentos numa cultura de protestos em comum.

Na esteira das novidades, como foi observado, ao lado da crítica feita em torno do atual modelo econômico, embora os movimentos analisados apresentem sua base no espaço urbano (por meio de ocupações, assembleia ou manifestações de rua), atualmente sua existência conta o potencial oferecido no espaço livre da internet.

Através da descentralização da informação e da liberdade editorial, tornou-se possível abrir para que novas formas de práticas sociais se manifestassem, terminando por oferecer ao engajamento dos movimentos sociais ferramentas ainda mais dinâmicas e criativas de contestação, inclusive propiciando o surgimento de novas formas de articulação e apropriação do espaço urbano, em sua nova relação com o espaço virtual da internet⁸¹.

Nota-se que, à diferença das mídias de massa, as quais se utilizam de um fluxo centralizado de informação, por outro lado, as mídias de função pós-massiva – como, por exemplo, *blogs*, fóruns de discussão e as redes sociais como o *Twitter* e o *Facebook* – possibilitam a personalização, a publicação e a divulgação de informação sem o exercício de controle por parte de empresas ou concessões de Estado. Nessa linha, o desenvolvimento dos meios de comunicação, atribuídas à dinâmica da industrialização e da urbanização dos últimos dois séculos dão lugar na contemporaneidade a uma urbanidade que vem se constituindo a partir de uma cada vez mais intensa interação entre mídias consideradas de função massiva e as de função pós-massiva.

A articulação destes fatores colocará em evidência que a busca por instituir um novo contrato social termina por envolver estes movimentos “no caminho incerto de criar novas formas de convivência” (CASTELLS, 2013, p. 167).

O legado de movimentos como o *Indignados* e o *Occupy*, combinado com o uso intenso do espaço virtual como ferramenta política e com a configuração de um papel renovado de embate e transformação política no espaço urbano, serviu de impulso para que, no Brasil, as reivindicações pelo direito à uma mobilidade urbana

⁸¹ Para o aprofundamento da discussão em torno do desenvolvimento das mídias de função pós-massiva, Cf. LEMOS, André. *Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós massivas e territórios informacionais. MATRIZES*. V. 1, N. 1 (2007).

de qualidade e gratuita, encabeçadas principalmente pelo *MPL*, desencadeassem outras tantas frentes de protesto pelo país.

No dia 20 de junho de 2013, dia de maior de maior repercussão dos protestos no país, a estimativa de manifestantes presentes foi registrada em maior número no Distrito Federal (cerca de 35 mil pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios)⁸², Rio de Janeiro (cerca de 300 mil pessoas), Vitória, São Paulo e Manaus (com cerca de 100 mil pessoas em cada Estado)⁸³.

Nos EUA, à espera de seguir para a primeira ocupação do dia 17 de setembro de 2011 no Zuccotti Park, próximo à Wall Street, segundo a revista *Times* a estimativa de manifestantes presentes no Battery Park girou em torno de 3000 pessoas⁸⁴.

Já na Espanha, somente na cidade de Madrid, o esperado 15 de Maio de 2011 (primeiro dia de protestos) reuniu cerca de 20000 pessoas, segundo a Polícia Municipal⁸⁵.

Numa abordagem geral, os movimentos que analisamos apresentam um discurso que exhibe, claramente, um quadro de mudança social no que se refere à percepção em comum de uma crise econômica estrutural e uma crise de legitimidade perante o Estado, cada vez mais profundas.

Estas duas crises se encontrarão na base de ruptura de uma “democracia desgastada” a ser reconstruída por um novo modelo de sociedade, inserida, portanto, na busca por uma democracia mais participativa, direta, estabelecida na autonomia da população para debater suas necessidades e fazer valer a garantia de seus direitos.

⁸² Cf. PASSARINHO, N. Manifestação em Brasília tem 3 presos e mais de 120 feridos. *G1 Globo.com*, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestacao-em-brasilia-tem-3-presos-e-mais-de-120-feridos.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

⁸³ Cf. GLOBO. Infográfico. Manifestações pelo Brasil. *G1 Globo.com*, São Paulo, 07 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

⁸⁴ RAWLINGS, N. Occupy Wall Street Protest: 12 Days and Little Sign of Slowing Down. *Time*, Nova Iorque, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://newsfeed.time.com/2011/09/29/occupy-wall-street-12-days-and-little-sign-of-slowing-down/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

⁸⁵ EL PAÍS. Indignados en la calle: Miles de ciudadanos cuestionan las actuales respuestas políticas a la crisis económica. *Editorial El País*, Madrid, 17 mai. 2011. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2011/05/17/opinion/1305625181_425614.html>. Acesso em: 24 nov. 2016.

A apropriação de canais alternativos para a exigência de suas demandas, como as redes sociais e os *blogs*, permitiu a experimentação de uma cultura de protesto para além das ruas, mas interdependente dela.

Como pontua Maria da Glória Gohn, estes indícios apontam para uma forma de “democracia analógica, aquela que tenta dialogar com a geração digital, que poderá combinar a democracia representativa com a democracia direta via *online*” (GOHN, 2014, p. 64).

Para Harvey, como objeto de luta a própria definição de “direito” deve concomitantemente acompanhar a luta por materializá-lo. Sendo assim, a atual postura descontrolada do desenvolvimento capitalista entra em conflito com a urgente tarefa política – inspirada em Lefebvre – de imaginar e dar espaço para a criação de um novo tipo de *cidade*, o qual, num “vigoroso movimento anticapitalista”, objetive a transformação da vida urbana em maior conformidade com os direitos coletivos (HARVEY, 2014, p. 20).

Portanto, no contexto de reivindicação do direito à cidade, para Harvey, os acontecimentos que recentemente envolveram as ondas de protesto e manifestação de massa, protagonizam o *urbano* como o intermediário de oposição aos direitos confinados à uma pequena elite política e econômica e, ao mesmo tempo, realoca a centralidade da cidade como elemento indispensável para tornar viável a concretização de uma transformação social de amplitude mundial (HARVEY, 2014, p. 66).

A veiculação de pautas em torno da reutilização do espaço urbano – e igualmente do espaço virtual – como ferramenta de obtenção de voz e participação política, remete à ideia de que talvez poderia estar surgindo daí, paralelamente, um novo conceito de *esfera pública*.

Nesse contexto, estabelece-se como ponto de referência o uso contínuo das redes sociais *sem fio* e a permanente manutenção das interações entre propostas comuns em torno do sentido próprio do direito à mobilidade urbana, do direito à democracia e, principalmente, do direito ao Estado, as quais se prefiguram no contato estabelecido entre os diferentes contextos de protesto.

Para Raquel Rolnik, pensar o *espaço* na cidade implica observar que existe uma relação concreta “para além de funcional entre os homens e os grupos sociais e

este espaço” (ROLNIK, 1992, p. 28); para além de uma relação de exterioridade estabelecida entre o sujeito e o espaço, existe uma relação intrínseca do espaço com a subjetividade, que irá expressá-lo como “espaço real vivido”, definindo o que, para a autora, se constitui o *território* (ROLNIK, 1992, p. 28).

Para além de pensar o espaço como dimensão das relações funcionais do tipo de uso ou relações de uso, o que Rolnik evidencia é que “existe todo o processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade” (ROLNIK, 1992, p. 28).

Pode-se afirmar, nessa perspectiva, que o resultado da configuração de um *espaço* vai se encontrar estritamente vinculado às relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos no embate urbano.

Talvez, esta percepção possa ser melhor idealizada se a dialogarmos com a especificidade de cada um dos movimentos por nós investigados.

Assim, a apropriação das ponderações elaboradas em torno da relação intrínseca envolvida entre o espaço e a subjetividade, talvez possa nos emprestar uma lente capaz de fornecer alguns indícios para a problematização e interpretação do conflito em torno da mobilidade urbana, reconfigurado no envolvimento da nova onda de protestos e indignação da atualidade.

Na *carta de princípios* do *Movimento Passe Livre*, a luta por uma nova lógica de mobilidade urbana encontra-se inseparável da busca pela mudança na vigente lógica excludente da sociedade. Sendo assim, o movimento irá se conceber como um “meio para a construção de outra sociedade” a partir da polémica do *urbano* (MPL-SP, 2006).

Desse modo, para o MPL, pensar a lógica da mobilidade urbana envolve levar em consideração a discussão sobre diversos aspectos urbanos. Entre eles estão “o crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária, relação entre drogas, violência e desigualdade social” (MPL-SP, 2006).

As experiências da *Revolta do Buzu*, na cidade de Salvador, em 2003, da *Revolta das Catracas*, entre os anos de 2004 e 2005, na cidade de Florianópolis, e do importante papel de atuação do MPL nas manifestações de junho de 2013, em São Paulo, trouxeram na esteira das lutas contra o aumento da tarifa e pelo

estabelecimento da *tarifa zero* outras tantas questões, que a denúncia da “exclusão pelo transporte” torna evidente aspectos culturais da lógica urbana os quais expõem e reproduzem “desigualdades entre brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres” (MPL-SP, 2013).

Portanto, a lógica a ser incluída na “mudança da sociedade” surge do interior da mudança na “lógica da mobilidade urbana” (MPL-SP, 2013). E a percepção em torno da atual lógica de exclusão pelo transporte público catalisa a indignação contra toda uma série de catracas invisíveis que, “por todas as partes”, impedem “o acesso pleno aos espaços e serviços” da cidade (MPL-SP, 2013).

E é através dessa indignação que a instrumentalização das redes virtuais e o protagonismo das ruas entrarão em sintonia com a “crença numa nova forma de fazer política”, exibindo para o movimento o “direito de discordar” de um sistema visto como “excludente e discriminador” (MPL-SP, 2013).

No mesmo tom desta sintonia, para o coletivo *Juntos!* a indignação sai das casas e passa a “tomar as ruas e as redes”, através do ativismo de uma “juventude [...] aguerrida por mais democracia e pelo acesso à cidade” (JUNTOS, 2013).

Neste movimento, a *cidade* também será o ponto nodal do debate para que o ideal de “construção de um mundo radicalmente novo” seja constituído (JUNTOS, 2011).

Numa avaliação posterior à revogação do aumento da tarifa conquistada em São Paulo, no dia 24 de junho de 2013, diante da “lógica excludente dos partidos políticos tradicionais” que “afastam as pessoas, principalmente os jovens, do processo político”, para o *Juntos!* a ocupação das praças e a tomada das ruas, aliada à indignação compartilhada nas redes, ensaiam a procura da juventude por novas perspectivas (JUNTOS, 2013).

Assim, a pauta da mobilidade urbana, polemizada pela política de aumento da tarifa do transporte público, intervém de tal maneira que a insistência dos movimentos em permanecer nas ruas traduz, para o *Juntos!*, a “luta pela refundação da política brasileira, com radicalização da democracia e da participação popular” (JUNTOS, 2013).

À semelhança do MPL, a resistência ao aumento da tarifa pelo *Juntos!* aciona, na esteira de indignações, a resistência a outras “catracas” que ultrapassam a

especificidade do transporte público, uma vez que entre suas metas estão a defesa pelos direitos “daqueles que estão sem emprego, sem educação, sem cultura, sem casa [...]” e “contra toda forma de preconceito, seja de gênero, etnia, idade, credo” (JUNTOS, 2011).

Por parte do coletivo da *Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre*, sua atuação se mostrará mais vinculada a uma política de base estudantil e operária, chegando a ser filiada à Central Sindical e Popular – Conlutas (ou *CSP – Conlutas*).

Na linha do que o coletivo defende, ainda que o *urbano* como palavra-chave no discurso do movimento esteja exclusivamente direcionado às mobilizações contra o aumento das tarifas do transporte público, o embate dos conflitos na *cidade* será evidenciado diante do “descaso” sentido em relação à educação, à corrupção e à injustiça social (ANEL, 2012).

Como um movimento de centralização estudantil e apoio à causa operária, a ANEL se propõe o “encabeçamento dos processos de mobilização, desde os mais gerais até os mais específicos”, passando pela “luta por uma educação como direito e não mercadoria”, pelas lutas contra “o machismo, a homofobia e o racismo nas escolas e universidades do país”, e pelo apoio “às lutas dos trabalhadores e suas mobilizações e greves” (ANEL, 2015), mas também contra a opressão dos movimentos populares de ocupação urbana, moradores de rua e dependentes químicos (ANEL, 2013).

Nesse contexto, as ruas serão o principal circuito a ser acionado pela força de mobilização da ação direta, a fim de alcançar as pautas das reivindicações.

No momento em que a ausência de uma pauta específica de indignação (como a pauta do transporte público e do movimento estudantil), o movimento *Occupy Wall Street* e a plataforma *Democracia Real YA!* se posicionam diante de um leque maior de reivindicações, numa estruturação mais marcada pela crítica direcionada ao alvo comum dos sistemas econômico e político.

Nos EUA, para o movimento *Occupy Wall Street* a ocupação da cidade torna-se central na sua formação e organização como o processo de criação e consolidação dos princípios defendidos. Desse modo, a ocupação pacífica do espaço público é vista como um direito da população e objetivado para resolver seus problemas enfrentados e “gerar soluções acessíveis a todos”, contra a lógica do “lucro”, criticada por manter

na administração do governo o regime das “corporações, que elevam o lucro sobre o povo, o interesse próprio sobre a justiça e a opressão sobre a igualdade” (NYCGA, 2011).

O alcance midiático provocado pela apropriação do espaço público e a inovação das práticas de organização e ação junto aos princípios da *autonomia*, da *independência* e da *solidariedade*, é assumido pelo movimento para chamar a atenção para que “[estes] fatos sejam conhecidos” (NYCGA, 2011 – Grifo nosso).

Talvez mais do que chamar a atenção, a ocupação do espaço público pelos manifestantes, e, principalmente, de um símbolo econômico como Wall Street, se propõe justamente para colocar em prática o engajamento de uma democracia mais participativa.

A partir do resgate dos princípios da *autonomia*, da *independência*, da *horizontalidade* e da *solidariedade*, no intuito de se constituírem publicamente como “forças coletivas autônomas dentre e contra a constante crise de nossos tempos” (NYCGA, 2012), o movimento busca colocar em prática “uma série de novos experimentos ousados” para a experiência de um “autogoverno democrático” (NYCGA, 2011).

Para a afirmação dos novos experimentos defendidos nas ocupações do movimento, junto à rua a internet assume o importante papel de interlocutor entre o movimento e a população. Desse modo, a resistência contra a votação dos Atos para barrar a pirataria online e para a proteção da propriedade intelectual assume, para o OWS, o protagonismo da abertura da internet livre e aberta como um “direito à liberdade de expressão” (OWS, 2011).

Como foi observado anteriormente, a imbricação da rua e do espaço virtual para o OWS terminará por estabelecer uma interdependência entre si, estando as ocupações estreitamente vinculadas à divulgação das atas das reuniões realizadas e ao agendamento das assembleias através dos *blogs* e da instrumentalização do *Github*.

Assim como nos EUA, na Espanha, com o objetivo da plataforma *Democracia Real Ya!* de buscar ajudar na coordenação de ações globais para a solução da “mudança” e por um “futuro digno”, as *acampadas* das praças e ruas servirá como

espaço vital na configuração das assembleias populares para o fortalecimento da “demanda por uma democracia mais participativa” (DRY, 2012).

Com os motes “Vamos tomar as ruas”, “Unidos nos faremos ouvir” e “Está na hora de nos escutarem”, a organização do *globalNOISE* (“ruído” global) marcada para o dia 15 de outubro de 2011, em diversos países e com o apoio de diferentes movimentos, promoveu as ocupações para transformar as ruas “no maior megafone da Terra” e pressionar para que seus representantes políticos no governo sejam “guiados” pelas necessidades da população (DRY, 2012).

A divulgação e o debate do evento foram realizados pelo grupo de trabalho responsável nas ocupações, mas extensivamente por meio do *blog* internacional do DRY e de suas páginas oficiais e paralelas nas redes sociais do *Facebook* e *Twitter*.

Mais uma vez o espaço virtual da internet assume um papel central para as ações da plataforma nas ruas.

A utilização do sistema *Mumble* tornou-se fundamental para a interação em tempo real entre os usuários, a plataforma e os movimentos apoiadores do DRY para a disponibilização das atas, minutas e fóruns discutidos nas assembleias e grupos de trabalho organizados.

Para David Harvey, uma das principais causas de violência a tais direitos que emerge é a vigência de conceitos que “em nada contestam a lógica de mercado hegemônica liberal e neoliberal”, atenta por sua vez a garantias individualistas e baseada exclusivamente na propriedade e norteada pela taxa de lucro (HARVEY, 2014, p. 27).

A identificação de novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e a defesa contundente pela circulação de um novo paradigma social “menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida”, levam os novos movimentos sociais à denúncia dos excessos de regulação que a modernidade engendra política e economicamente (SANTOS, 2013, pp. 253-254), mas também cultural e socialmente.

Ao mesmo tempo em que essas formas de opressão ultrapassam o impasse específico a uma classe social ou a um grupo específico, dizendo respeito, portanto, a classes e grupos como um todo dentro da sociedade, para Boaventura de Sousa

Santos, estes movimentos se unem numa radicalidade sem precedentes (SANTOS, 2013, p. 254).

Para o movimento OWS, o atual panorama político, econômico e social regido pelo “1% mais das pessoas mais ricas” os incute a indignação principal diante do “poder corrosivo dos grandes bancos e corporações multinacionais sobre o processo democrático”, denunciando o papel executado por Wall Street “na criação de um colapso econômico com a maior recessão em gerações” (OWS, 2016).

Confrontando diretamente a lógica econômica vigente, o OWS idealiza a mobilização do dia 17 de setembro de 2011 como o provável catalizador para introduzir uma nova ordem econômica global. Dessa forma, o movimento lança a chamada para que pessoas do mundo todo ocupem os distritos financeiros na data prevista (Adbusters, 2011).

Nesse sentido, a criação da *Resolução para Pôr Fim à Pessoa Jurídica* pelo OWS se constituirá como um dos pilares da luta contra a lógica do lucro. A chamada da resolução diz respeito à pressão do governo para a criação de uma Emenda Constitucional que altere a definição de empresas e corporações como pessoas jurídicas, uma vez que a concessão de proteções constitucionais a empresas, para o movimento, resultou na “destruição” das comunidades, da economia, da democracia e do mundo natural.

A perspectiva de que a crise do capitalismo esteja provocando “uma série de crises ecológicas, financeiras, políticas e pessoais” (ADBUSTERS, 2011), estando entre seus numerosos efeitos, por exemplo, as profundas crises de desemprego entre os jovens da Espanha, Grécia, Portugal, Itália e EUA, demonstra que a ocupação dos distritos financeiros e a criação de acampamentos improvisados pelas cidades tem por meta, estabelecer a experiência de uma “democracia participativa direta e transparente, livre de “todas as formas de opressão” e onde seja exercida a “responsabilidade pessoal e coletiva”, no conjunto da sociedade.

Já na especificidade da plataforma *Democracia Real YA!*, a denúncia da falta de responsabilidade dos poderes políticos e econômicos para a promoção da “paz” e da “justiça social”, leva o movimento a buscar coordenar ações globais e “comuns entre todas as associações, grupos e movimentos cidadãos” que possam contribuir para mudança da situação (DRY, 2011).

Estas ações abarcam a busca pela “eliminação dos privilégios da classe política”, pelo “controle das entidades bancárias” e “tributação das grandes fortunas”, por “serviços públicos de qualidade”, pelo “direito à habitação” e “liberdades cidadãos”, por medidas “contra o desemprego”, mas também pela “redução do gasto militar” (DRY, 2011).

Em defesa da demanda por uma democracia “mais participativa”, o mote “não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros”, ao mesmo tempo que inclui a denúncia da corrupção política que exerce uma governabilidade em função do lucro, servirá de combustível para a criação de alternativas frente ao atual modelo de Estado democrático.

Portanto, com a chamada para a tomada das ruas, as “acampadas” e assembleias configurarão a plataforma de onde será possível empreender a prática da autogestão “inclusiva e não-hierárquica” (DRY, 2012), instituída como alternativa para a vivência de uma democracia direta e participativa.

Para a ANEL, a necessidade de reorganização do movimento estudantil passa pelo imperativo de “construção de um novo futuro” (ANEL, 2012) diante do descaso do Estado com as garantias sociais e a educação, a exemplo dos altos gastos públicos para a construção de estádios para a recepção da *Copa de 2014* no país, criticados por se regerem sob a “lógica do lucro e do capitalismo” (ANEL, 2013).

Em torno das pautas defendidas pelo coletivo *Juntos!*, sua crítica é norteadada pelo enfrentamento da “manutenção dos lucros das grandes empresas” pela classe política (JUNTOS, 2013).

Na sua fala encontra-se denunciada a permanência de um modelo de estabilidade política e econômica configurado para garantir “enormes lucros para o sistema financeiro e as grandes corporações” e, como consequência para a população, a penitência de pequenas concessões “a alguns setores do movimento de massas, uma amálgama comandada pela lógica da ‘governabilidade’” (JUNTOS, 2013).

Já a crítica realizada pelo MPL-SP se atrela especificamente contra “a concepção mercadológica do transporte”, objetivando a desapropriação do transporte público “fora da iniciativa privada” para o controle democrático dos “trabalhadores e usuários” (MPL-SP, 2006).

Nesse sentido, no caso do MPL-SP torna-se impossível compreender o mote da “tarifa zero” sem vinculá-lo ao debate em torno da “lógica da mobilidade urbana”.

Em suas “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”⁸⁶, os instrumentos que Stuart Hall se utiliza para a leitura e compreensão do conceito de “cultura popular”, entre as dificuldades com a abordagem dos termos “popular” e “cultura”, podem nos fornecer, eventualmente, subsídios fecundos para a análise dos movimentos sociais destacados na presente pesquisa.

Como primeira sistematização, Hall destaca que o ponto de partida para o estudo tanto da base da cultura popular quanto de suas transformações repousa na compreensão das mudanças de equilíbrio e nas relações das forças sociais, revelados nas lutas engendradas em torno “da cultura, tradições e formas de vida das classes populares”, e que se tornam observáveis “no decorrer da longa transição para o capitalismo agrário e, mais tarde, na formação e no desenvolvimento do capitalismo industrial” (HALL, 2003, p. 247).

A transição para o capitalismo agrário e o desenvolvimento do capitalismo industrial envolveram a constituição “de uma nova ordem social em torno do capital, exigindo um processo, “mais ou menos contínuo, mesmo que intermitente, de reeducação no sentido mais amplo”, das classes populares, e tornando explícito, portanto, que a cultura popular esteja compreendida como “o terreno sobre o qual as transformações são operadas” (HALL, 2003, p. 248).

Nessa perspectiva, Hall compreende que não se possa afirmar que exista uma “cultura popular” de natureza íntegra, autêntica e autônoma, e que esteja situada “fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais”. Portanto, entra em jogo uma dialética da luta cultural que ocorre entre as linhas complexas “da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação”: na oposição entre o “popular” e o “não-popular”, o princípio estruturador consiste “das forças e relações que sustentam a distinção e a diferença” (HALL, 2003, pp. 254-256).

Entretanto, para Hall, a fim de ser possível sistematizar a compreensão da cultura popular, um ponto posterior a ser observado se encontra na relação profunda que o termo “popular” guarda em relação ao termo “classe”.

⁸⁶ In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (Org.). Adelaine La Guardia Resende et al. (trad.). Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

Nesse aspecto, longe de procurar isolar ou fixar “culturas” a classes “inteiras”, por meio de um determinismo histórico, Hall quer se referir “à aliança de classes e forças que constituem as ‘classes populares’”. Ou seja: “a cultura popular, especialmente, é organizada em torno da contradição”, isto é, na arena “do consentimento e da resistência” (HALL, 2003, pp. 262-263).

A partir dessa verificação, pensar os movimentos sociais nos termos do “popular” resgata a concepção de que a compreensão dos movimentos sociais só poderia ser efetuada em estrita relação com a dialética da luta cultural.

Dessa forma, no momento em que a “cultura popular” se define como o terreno onde ocorrem as transformações provocadas pela constituição de uma nova ordem social em torno do capital, atualmente, o agravamento das condições de desigualdade social, somado à conquista de arbitrariedade cada vez maior dos interesses econômicos sobre a capacidade de regulação do Estado, permite inserir a abordagem dos movimentos sociais nos termos do embate das relações de poder e de dominação culturais.

Se assumimos a reflexão de Rolnik sobre a relação intrínseca existente entre o espaço e a subjetividade na construção do “espaço real vivido”, isto é, o *território*, pode-se dizer que o conflito urbano traz à tona uma “cartografia das relações sociais” que permite pensar no espaço e no território em função do papel ativo da configuração espacial, o qual se delinea “na própria construção e apropriação do espaço ou na construção e reconstrução permanente do espaço” (ROLNIK, 1992, pp. 28-29).

Desse modo, se os movimentos por nós investigados apresentam palavras-chave que denunciam a contradição existente na relação entre a lógica de organização da cidade e uma “lógica da mudança”, a qual se envolve diretamente na luta por maior justiça social, por meio da perspectiva urbana torna-se possível conceber tais processos de transformação sejam a nível político, a nível estético ou a nível econômico.

Como afirma Rolnik, na relação entre o sujeito e um espaço-tempo há um movimento permanente de constituição mútua” e, portanto, pensar em território supõe que este se constitui à medida em que é marca, isto é, “na medida em que ele é constituído pelo sujeito social” (ROLNIK, 1992, p. 29).

Na abordagem das mobilizações aqui investigadas, à medida que no espaço social vivido a estrutura das metrópoles contemporâneas encontra-se regida por uma lógica política e econômica excludente, a qual define a sociedade a partir do lucro, pensar que o território seja constituído pelo sujeito social nos faz observar que a demanda por uma democracia direta, mais *autônoma, independente, horizontal e solidária*, é o que irá definir para esses movimentos a “marca” a ser vivenciada através de um novo modo de fazer política.

Assim, por meio da atribuição do papel ativo na configuração do *território*, ponderar as estratégias de dominação ou de controle social “por parte de projetos de intervenção no espaço, dos projetos de intervenção física”, coloca em circulação “uma tensão entre o movimento de singularização e de expressão territorial”, de um lado, “e um padrão de homogeneização ou de alisamento do território”, de outro (RONNIK, 1992, p. 29).

Ponderar essa tensão na polêmica do embate *urbano* evidencia que o que se encontra em jogo na especificidade no ativismo de cada movimento “são movimentos de singularização e desterritorialização”, estando estes relacionados ao “processo mais global e genérico de transformação que acontece na vida social, econômica e política dos povos” (ROLNIK, 1992, p. 29).

Se resgataremos mais uma vez a reflexão de Roger Chartier sobre as práticas de leitura, a alusão ao *território* como uma “cartografia das relações sociais” em permanente construção por movimentos de “singularização e desterritorialização” (ROLNIK, pp. 28-29), pode vir a dialogar com a noção de *texto*, uma vez que na circulação de um impresso encontram-se em conflito as *estratégias* sobre o conteúdo e o suporte do texto, de um lado, e as diferentes *operações* realizadas por aqueles que se apropriam do texto.

Nessa perspectiva, em conformidade com a afirmação de que na construção do “espaço real vivido” esteja sustentada uma relação intrínseca entre a subjetividade do sujeito e a disposição do espaço-tempo, visualizar o *território* à semelhança de um *texto* pode ser útil à medida que a construção de um “sentido” para o que se lê passa, obrigatoriamente, pelas “disposições do *habitus* de cada grupo” (CHARTIER, 2002, p. 137).

Portanto, no contexto das mobilizações que vimos de analisar, a visualização da *cidade* como um *texto* permite, talvez, a reapropriação do sentido da leitura de um impresso para a leitura de uma lógica estabelecida da cidade.

Ou seja, diante das possibilidades de distinção ou de imitação no uso partilhado de uma leitura da *cidade*, diferentes sentidos podem vir a se estabelecer.

E se o caráter da distinção baliza o entendimento que os movimentos têm sobre a cidade, pensar a democracia em novos termos requer que se atente às *operações* que serão acionadas na apropriação do que se lê.

Estando as operações aqui relacionadas tanto à lógica da cidade quanto da leitura, a menção a elas nos impele a retomar a discussão que Michel De Certeau levantou sobre as “artes do fazer” e as possibilidades inseridas na criatividade do cotidiano.

Procurando elaborar um entendimento sobre como as práticas do cotidiano interferem naquilo que resulta do encontro dos consumidores com o desenvolvimento da produção sociocultural, De Certeau assume uma postura que, no fim, irá complementar o que Michel Foucault discutiu sobre o funcionamento do poder.

Se em *Vigiar e Punir*⁸⁷ Foucault demonstra a institucionalização do poder ao ponto de este constituir-se de maneira a penetrar os espaços mais sutis dos indivíduos numa sociedade, para De Certeau se faz necessária a descentralização do privilégio dado ao aparelho produtor da disciplina, pela urgência de se descobrir por que desvios uma sociedade pode alterar os limites do poder dos mecanismos da disciplina.

Desse modo, *A Invenção do Cotidiano*⁸⁸ termina por refutar a ideia de que o consumo numa sociedade exponha seus usuários a processos intermitentes de passividade, sob o que vem imposto pela lógica do que é produzido.

Do contrário, no interior das relações de consumo devem ser consideradas as práticas empregadas pelos usuários, os quais articulam “astúcias” capazes de elaborar novas apropriações, estipulando as resistências e as ressignificações do que é consumido.

⁸⁷ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

⁸⁸ DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

Às operações utilizadas nesse processo De Certeau articula os conceitos de *estratégia* e *tática*.

A *estratégia* diz respeito ao cálculo capaz de postular um lugar como um “próprio” e, portanto, “capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”, estando inseridos nesse modelo estratégico a nacionalidade política, econômica ou científica (DE CERTEAU, 2012, pp. 45-46). Assim posto, o próprio permanece como uma vitória do lugar sobre o tempo.

Por outro lado, a *tática* corresponde ao cálculo que, do contrário, não possui a faculdade de manter um lugar como um “próprio”, tendo por lugar somente o do outro e, desse modo, é obrigado a ter que jogar constantemente com os acontecimentos para então transformá-los em “ocasiões” (DE CERTEAU, 2012, pp. 45-46).

Se interligarmos esses conceitos com os nossos objetos de investigação, pensar a lógica da especulação financeira como uma *estratégia* que, atualmente, permanece como agente definidor do modelo político, econômico, cultural e social da cidade, expõe um cenário no qual a postulação das regras do mercado possibilita a determinação de um “próprio”, por sua vez situado sobre as bases de uma gestão mantida ativa graças à sustentação de programas políticos de governo que em nada contestam sua permanência.

No entanto, se tem uma coisa que as *estratégias* e o poder que elas sustentam não conseguem evitar, é “as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário” (DE CERTEAU, 2012, p. 95).

No movimento limitado que as *táticas* dispõem dentro do espaço controlado pelas *estratégias*, elas dependem e aproveitam das “ocasiões” para captar no voo as possibilidades oferecidas pelo instante. Desse modo,

as táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc.

[...] As táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder (DE CERTEAU, 2012, p. 97).

Sobre as falhas que escapam ao controle do poder proprietário, os momentos de abalo profundo do capitalismo, encontrando seu ápice histórico na recente crise

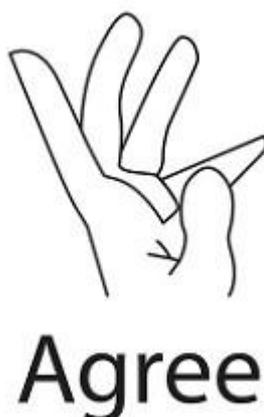
financeira de 2008, podem ser interpretados como possibilidades oferecidas aos movimentos sociais por nós investigados para o aproveitamento das “ocasiões”, numa situação favorável para que a intervenção de suas práticas execute – no tempo dormente da vigilância – os desvios necessários para o ganho de suas demandas.

Uma vez que os modelos tradicionais de representatividade popular e de organização política são apontados como desgastados pelos movimentos sociais analisados, somado o pouco espaço encontrado junto à instrumentalização dos grandes meios de comunicação, novas práticas de participação política são articuladas para configurar a reapropriação do espaço urbano.

Se analisarmos de que maneira as *táticas* são apropriadas pelos movimentos investigados, o movimento *Occupy Wall Street* dispõe de exemplos diferenciados de ação.

Para que novos manifestantes queiram se juntar às assembleias gerais agendadas pelo movimento, ou mesmo para reforçar o formato das assembleias e dos protestos de acordo aos princípios da *horizontalidade*, da *independência* e da *solidariedade*, no *blog* do *NYC General Assembly* encontra-se disponível em arquivo *pdf* um “Guia para as Assembleias Gerais” (*General Assembly Guide*)⁸⁹, um folheto frente-verso contendo os diferentes sinais a serem utilizados na intervenção das falas discutidas nas assembleias.

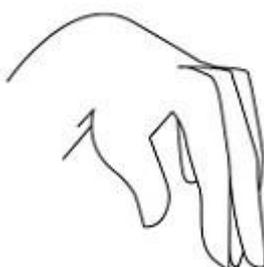
Os sinais possuem os seguintes formatos e significados:



⁸⁹ Disponível em: <<http://www.nycga.net/wp-content/uploads/2011/10/occupy.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

1) CONCORDAR

Descrição: mantenha as mãos para cima com as palmas abertas e abane seus dedos para trás e para frente. Significado: você concorda com o que foi proposto ou aprecia o que está ouvindo.



Disagree

2) DISCORDAR

Descrição: mantenha as mãos para baixo e abane seus dedos para trás e para frente. Significado: você discorda com o que foi proposto ou não aprecia o que está ouvindo.



Neutral

3) NEUTRALIDADE

Descrição: mantenha as mãos espalmadas e abane seus dedos para cima e para baixo. Significado: você está demonstrando uma posição neutra frente ao que foi proposto.

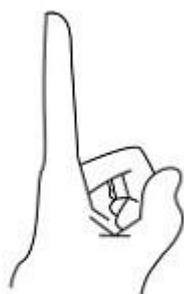


Clarification

4) ESCLARECIMENTO

Descrição: dobre sua mão e dedos semelhantes ao formato da letra “C”.

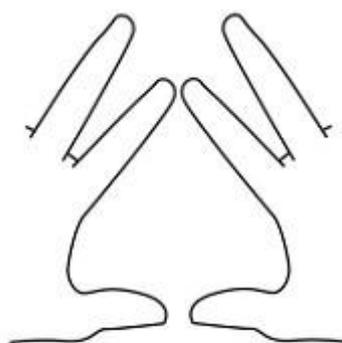
Significado: você tem ou necessita de informações de esclarecimento.



Information

5) INFORMAÇÃO

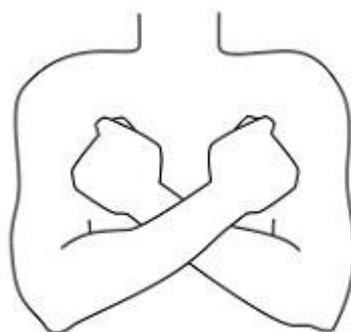
Descrição: levante seu dedo indicador para cima. Significado: você possui uma informação pertinente para a discussão (não opiniões).



Process

6) PROCESSO/COMPREENSÃO

Descrição: faça uma forma triangular com a mão, juntando seus dedos indicadores e polegares. Significado: notificar ao grupo que o processo pelo qual as discussões estão sendo realizadas não está sendo compreendido.



Block

7) BLOQUEIO

Descrição: cruze os braços junto ao tórax no formato de uma letra “X”. Significado: você tem reservas morais ou éticas muito fortes sobre a proposta e vai considerar deixar o grupo se ela passar.

O uso destes sinais de intervenção pode ser lido como uma das *táticas* utilizadas pelo movimento OWS que, na “ocasião” das ocupações, procuram alimentar e fortalecer os princípios de um novo modo de se fazer política, o qual vem identificado por meio da inserção da *horizontalidade* nos debates e da *autonomia* dos “ocupantes” na possibilidade de intervenções junto ao grupo.

Segundo a versão do folheto (contando com apenas quatro dos gestos especificados), os sinais estão colocados para assegurar que a voz de todos seja ouvida e que cada opinião seja respeitada.

O uso das assembleias como *tática* para a construção de uma “nova” e “real” democracia também se encontra, como vimos, entre as “acampadas” da plataforma *Democracia Real YA!*, nas praças espanholas. Para a plataforma, as “acampadas” são configuradas para que os cidadãos elaborem suas metas “através de uma forma de decisão inclusiva e não-hierárquica” e, a partir dessa experiência, possam contribuir para a demanda “por uma democracia mais participativa (DRY, 2012).

Entre os movimentos brasileiros as ocupações das praças e das ruas como *tática* apresentam a característica mais marcante do movimento como metodologia de ação, à semelhança das passeatas pela exigência da população pelas *Diretas Já!*, entre março de 1983 e abril de 1984. A organização de percursos a serem distribuídos entre pontos estratégicos para a ocupação dos entornos de órgãos públicos – ou do interior dos locais, quando encontrada a possibilidade – e sedes de emissoras de TV e conglomerados da mídia de grande porte, inseriu a ação destes movimentos num misto de ocupação e passeata.

Ao lado desta característica, as assembleias organizadas pelos movimentos também passaram a se desenvolver como *táticas*, para introdução dos princípios da *horizontalidade* e da *autonomia* como instrumentos elaborados para busca de construção de um novo modo de fazer política e de implementação de uma democracia mais participativa e direta.

Assumindo diferentes nuances entre si e um pouco diferenciados dos protestos nos EUA e na Espanha, onde as assembleias eram realizadas no acontecimento das próprias ocupações, entre os movimentos brasileiros investigados a organização de suas assembleias se iniciam no interior de suas respectivas sedes e conselhos criados pela iniciativa popular junto aos seus programas, para então se desenvolver e se reformular na execução dos protestos.

Por outro lado, ainda que, nos casos dos coletivos ANEL e *Juntos!*, o compartilhamento de ideais com partidos políticos seja encontrado, o elemento da *autogestão* será o que irá definir-se entre os movimentos brasileiros como uma nova *tática* a ser definida para a implementação de suas demandas.

Nesse sentido, como foi observado anteriormente, para o MPL o fortalecimento do princípio da *horizontalidade* se coloca para atestar que todos tenham “igual poder de participação” na luta pela mudança da lógica urbana (MPL-SP, 2013).

No interior do coletivo da ANEL, a *horizontalidade* e a *autonomia* serão propostas para que, entre os estudantes filiados, as assembleias assumam o ideal da liberdade de expressão de suas opiniões, mas também na decisão dos rumos da entidade.

Já entre o *Juntos!*, para além da especificidade do movimento estudantil, a promoção para que iniciativas elaboradas por diferentes grupos se somem ao manifesto “Muitos Jovens, Uma Só Luta!”, inclui a *autogestão* como princípio para que a articulação *horizontal* e *autônoma* das diferentes propostas de cada grupo seja debatida de forma que possam contribuir para a participação popular na política e a “construção de outro futuro” (JUNTOS, 2013).

Entretanto, por outro lado, uma vez que as *táticas* dispõem de uma limitação de movimento no interior do espaço controlado pelas *estratégias*, o embate entre os movimentos sociais e o poder público irá provocar, entre todos os movimentos analisados, a circulação de outras *táticas* mais, para possibilitar a utilização hábil do tempo oferecido pela “ocasião” dos protestos.

O papel de setores da grande mídia para contribuir com a desmoralização dos protestos e o enfrentamento das mobilizações com a polícia nos permite, talvez, provocar o significado do resultado de suas atuações como instrumentos que irão colaborar para que a gestão das relações do poder público, com uma “exterioridade distinta” (o povo), seja mantida (DE CERTEAU, 2012, p. 45); isto é, contribuir para a permanência da vitória do lugar privilegiado da *estratégia* sobre o tempo.

Ativos nesse embate e buscando legitimar o direito de qualquer cidadão se envolver em atividades de protesto pacífico nos domínios públicos da cidade de Nova Iorque, seja em calçadas públicas, parques públicos e vias públicas, o OWS publica no *blog* do *NYC General Assembly* uma “folha de informações legais” (ou *Legal Fact Sheet*) disponibilizando a ajuda e o fornecimento de recursos para a organização dos protestos.

Sem disponibilizar do atendimento *via* representação legal individual ou aconselhamento, o OWS conta com a assessoria da *New York Civil Liberties Union*

(ou “União Nova-iorquina de Liberdades Civis”), fundada em 1951 como uma instituição sem fins lucrativos, que também não disponibiliza do atendimento legal, mas se propõe a “ser capaz de ajudar com alguns problemas” (NYCGA, 2011).

Baseado no texto da Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos⁹⁰, o documento do *Legal Fact Sheet* traz uma sequência de perguntas frequentes que servem de apoio aos manifestantes, entre elas: “Vejo policiais com vídeo-câmeras – a eles é permitida a gravação das atividades de protesto?”, “Quando e de que maneira a polícia pode utilizar barricadas?”, “Existem quaisquer itens que eu não deva levar nos protestos?”, “Posso usar máscaras (ou máscaras contra gases) num protesto?”, “O que fazer quando eu for parado ou questionado pela polícia?”, “O que fazer quando eu achar que um policial esteja violando meus direitos?”.

Assim como a *tática* não possui do privilégio do lugar como um “próprio”, sendo obrigada a conviver com as disposições da *estratégia*, as respostas do OWS aos questionamentos são configuradas na tentativa de adaptar os protestos ao que se encontra “dentro da lei” e, ao mesmo tempo, garantir a coerção de possíveis abusos por parte do poder público ou por parte da polícia no restabelecimento da ordem.

Quanto à permissão do uso de qualquer tipo de máscaras nos protestos, o OWS alerta os manifestantes sobre o recurso da polícia de Nova Iorque a uma antiga lei que proíbe a circulação de duas pessoas ou mais com o uso de máscaras, a menos que se esteja num evento festivo ou de entretenimento.

Ao mesmo tempo, complementa para o fato de que o manifestante segurar algum tipo de máscara entre as mãos não deve repercutir na confiscação por parte da polícia.

⁹⁰ Como parte da Declaração dos Direitos dos Estados Unidos, de 1791, o texto da Emenda estabelece que o Congresso passa a ser impedido de: 1) estabelecer uma religião ou proibir o livre exercício de cultos, 2) cercear a liberdade de expressão e de imprensa, 3) cercear o direito do povo de se reunir pacificamente ou 4) de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos. Fontes:

PHILLIPS, J. H. *A Constituição dos Estados Unidos da América*. Brazilian Translated. Austin, Texas, 08 fev. 1994. Disponível em: <<http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html>>.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Liberdade de expressão nos Estados Unidos. *IIP Digital*. Washington D. C., 03 mai. 2013. Disponível em: <<http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/pamphlet/2013/05/20130503146797.html#axzz4Qwqf dpN>>.

A polêmica deste exemplo pôde ser verificada no Brasil quando, no Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral sancionou a Lei nº 6.528/13⁹¹ proibindo o uso de máscaras em protestos, no mês de setembro, ainda entre manifestações que ocorriam no interior do Estado⁹².

Para a possibilidade de que um policial venha a violar os direitos do manifestante, o OWS aconselha o seguimento de quatro etapas: 1) “mantenham-se calmo”, para não contribuir para o agravamento da situação; 2) “pergunte e grave o nome e o número do distintivo do policial”; 3) “tente se lembrar de todos os detalhes da interação e os escreva no mais breve possível” (OWS, 2011).

Entre os movimentos brasileiros, o conflito com a polícia é bastante difundido, ao ponto que, para a ANEL, o debate sobre a reforma da polícia se constitui num dos elementos presente no bloco nacional de resoluções acumuladas nos grupos de discussão do coletivo. Para a ANEL, “existe de maneira consciente a criminalização dos movimentos sociais e ocupações por parte dos governos e da mídia” (ANEL, 2013).

Para o *Juntos!* é certo que o Brasil se constitua como o país “de uma polícia violenta e repressora” (JUNTOS, 2013). O coletivo traz à tona, em seu discurso, que o papel da Polícia Militar nos protestos tem sido o de impedir que eles comecem e terminem. E portanto, para o *Juntos!* a estratégia desse papel é clara: “desrespeitar o direito de manifestação, agredir com bombas e tiros, prender e acirrar os ânimos para fabricar as manchetes” (JUNTOS, 2013).

Em relação ao papel da mídia, o *Juntos!* acusa a imprensa – “as televisões, Globo como sempre à frente, e os velhos jornalões” – de servir como “bonecos de ventríloquos” para emprestar a voz aos empresários dos transportes, ao prefeito Fernando Haddad, ao governador Geraldo Alckmin e aos “velhos partidos”, “para trabalhar no interesse do sistema financeiro e das corporações” (JUNTOS, 2013).

⁹¹ Para a íntegra da Lei nº 6.528/13, acessar: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/4734bd1980be7a2003256b2a0061e644/95394833846e60a583257be5005ec84a?OpenDocument>>.

⁹² Fonte: LUNA, D. Cabral sanciona lei que proíbe máscara em protestos de rua. *Folha de São Paulo, Poder*. São Paulo. 11 set. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1340726-cabral-sanciona-lei-que-proibe-mascara-em-protestos-de-rua.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

Já no *blog* do MPL-SP, a presença da denúncia de abusos de violência por parte da polícia recai exclusivamente sobre as lutas contra o aumento da tarifa dos anos de 2006 e 2011. Por outro lado, como uma de suas resoluções o MPL-SP fomenta a elaboração pelo grupo de mídias alternativas para a divulgação e suas ações e contribuir para “a criação e a expansão destes meios”, alertando cautela diante da proximidade do movimento com a “mídia corporativa”, entendendo-a como diretamente atrelada “às oligarquias do transporte e do Poder Público” (MPL-SP, 2006).

No caso específico da plataforma *Democracia Real YA!* a temática em torno da violência policial ou do conflito com as mídias de grande porte não aparece no *blog*. Nesse sentido, o único momento para argumentar sobre a violência é encontrado para denunciar, como crítica ao modelo econômico vigente, a violência gerada pela desigualdade e pela injustiça. Ou para se colocar contra qualquer tipo de violência, “atos de vandalismo, homofobia, racismo ou xenofobia por parte de pessoas, grupos ou associações aderidas à mesma” (DRY, 2016).

Uma *tática* a ser associada de maneira externa aos movimentos, mas que terminou integrando, em vários momentos, as manifestações tanto no Brasil, quanto nos EUA e na Espanha, é a *tática Blac Block*, discutida anteriormente.

Na especificidade dos movimentos brasileiros, em resposta às ocorrências de confronto da polícia com o grupo tático dos *Blac Block*, entre os anos de 2013 e 2014 (nos protestos contra os eventos da *Copa do Mundo*), posteriormente foi sancionada (com alguns vetos) a Lei nº 13.260/16, ou a popularmente conhecida “Lei Antiterrorismo”⁹³.

Recebendo o apoio oficial do grupo das vinte maiores economias do mundo, o G20, e o pressionamento do Comitê Olímpico Internacional que organizava para aquele ano o evento no país, a lei tipifica o crime de terrorismo, ainda inexistente na jurisprudência brasileira. Ao menos quarenta e duas ONGs realizaram o acompanhamento da tramitação da aprovação e concluíram pela

⁹³ Para a íntegra da Lei nº 13.260/16, acessar: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm>.

inconstitucionalidade de seu conteúdo, por acabar prejudicando a liberdade de manifestação, expressão e associação⁹⁴.

Estas considerações em torno dos movimentos investigados nos oferecem elementos para poder concluir que, do lado das *estratégias*, a estrutura que compõe o Estado dispõe, a todo o momento, de instrumentos que buscam reforçar o privilégio do “lugar” sustentado pela permanência do discurso da ordem, estando regidos, por sua vez, pela sustentação de programas políticos de governo, enfraquecidos diante da lógica da especulação financeira.

Do lado das *táticas*, entre a brecha dos efeitos da crise financeira sobre os respectivos países contemplados e o crescente desgaste dos modelos tradicionais de representatividade popular – falhas constantes que no momento escaparam ao poder proprietário –, estes movimentos são obrigados a criar “astúcias” que os permitam aproveitar das “ocasiões”.

Uma vez que a *tática* se constitui num movimento que acontece “dentro do campo de visão do inimigo’ e no espaço por ele controlado” (VON BÜLLOW, apud DE CERTEAU, 2012, p. 94), a prática inovadora das ocupações e assembleias, a circulação de um documento como o *General Assembly Guide*, a apropriação dos *blogs* e a utilização de plataformas de interação aberta como o *github* e o *mumble*, contribuem para o aumento da possibilidade de utilização do tempo para a intervenção na organização do espaço.

Por fim, na intersecção entre o *ciberespaço* – que cada vez mais corre o risco de perder sua condição pela vigilância do poder proprietário – e o espaço público das ruas, esses movimentos encontram à disposição um potencial instrumental capaz de mobilizar um maior número de apoiadores às suas causas. O que possibilita, ao mesmo tempo, o incremento da *solidariedade* com outros movimentos e a extensão

⁹⁴ Fontes: BENITES, A. Sob pressão internacional, Câmara aprova lei que tipifica o terrorismo. *El País*. Brasília, 25 fev. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/24/politica/1456351659_569702.html>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SENADO FEDERAL. Lei antiterrorismo é sancionada com vetos pela presidente Dilma. *Redação Agência Senado*. Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/18/lei-antiterrorismo-e-sancionada-com-vetos-pela-presidente-dilma>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

um pouco mais duradoura das “ocasiões” e, portanto, igualmente da expectativa dos “ganhos”.

Considerando as especificidades, os limites e o desenvolvimento de cada um dos movimentos analisados, o fator da potencialidade pode evidentemente variar de acordo com o desenrolar dos acontecimentos de cada contexto e, especialmente, a depender da criatividade política na “astúcia” com as “ocasiões” que se apresentam.

E portanto, seguindo as conclusões elaboradas por Reinhart Koselleck sobre o *tempo* da longa duração⁹⁵, podemos afirmar, talvez, que um possível rompimento ou desvio da lógica estratégica do poder econômico somente poderá ser efetivado dependendo da constância dos modos de conduta social, mas também da pertinência das *táticas* entre as diferentes singularidades, dentro da qual a repetição das experiências possam estar alinhadas aos princípios da *vontade* e da *intenção*.

Desse modo, dentro de um processo contínuo de exercício das práticas de participação política mais *direta* e *autônoma*, ao mesmo tempo direcionadas a atender as demandas por *justiça* e pela garantia de *direitos*, igualmente o modelo de *democracia* almejado pelos movimentos analisados se insere na dependência por uma conduta social capaz de efetivar os ideais de luta.

⁹⁵ In: KOSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reabrir o debate em torno do ofício do historiador no trato com vestígios específicos ao tempo presente, seja a partir de um recorte extenso na temporalidade, a médio ou curto prazo, levará constantemente a que a discussão seja analisada com precaução.

Nesse sentido, observamos entre alguns autores que a investigação de vestígios inseridos numa história imediata, próxima do recorte jornalístico, deve levar em consideração o rigor metodológico historiográfico a ser empregado no desenvolvimento da análise, para que o historiador não venha tropeçar no risco de se precipitar na interpretação dos fatos apresentados ou mesmo se prenda ao “fato” ao ponto de colidir com a ausência de problematizações e com a falta de atenção à duração dos acontecimentos.

E, portanto, estas recomendações não devem se fazer escapar à especificidade de nossa investigação.

O trabalho com fontes digitais como as que vimos de analisar reservam uma certa especificidade em relação à natureza de sua duração. A hospedagem de um *blog* ou qualquer outra plataforma na internet contém uma durabilidade limitada, não somente quanto à reestruturação ou o cancelamento da plataforma pelas diretrizes dos moderadores de uma página específica, mas também pela ausência de manutenção da plataforma junto ao site hospedeiro. Desse modo, tornou-se metodologicamente necessário para a nossa investigação que armazenássemos todo o conteúdo das fontes a ser analisado no modo *off-line*, a fim de não incorrer na perda do material disponível *online*.

Por esse motivo, igualmente, lidar com a história do tempo presente inserida, no nosso caso, nas variações do desenvolvimento tecnológico como as redes sociais na internet, nos requereu novas metodologias de investigação e atenção às especificidades no formato dos vestígios digitais.

Considerando o debate levantado, em primeiro lugar, o que nos levou a empreender a análise comparativa dos movimentos MPL-SP, ANEL e *Juntos!*, no Brasil, *Occupy Wall Street* e *NYC General Assembly*, nos EUA, e a plataforma *Democracia Real YA!*, na Espanha, advém do turbulento contexto em que o mundo

encontra-se inserido atualmente. A intensificação dos processos de transformação dos efeitos negativos do fenômeno da globalização, provocados por um modelo econômico cada vez mais confrontado pelo embate do desenvolvimento *versus* desigualdade, trouxe à tona uma progressiva perda de autonomia dos Estados frente à regulação do lucro pela especulação financeira.

Ao mesmo tempo, a sensação de insatisfação sentida por uma grande parcela da população mundial diante da classe política e de seus representantes no Estado, para a devida garantia de direitos e diminuição das desigualdades, principalmente a partir da crise financeira de 2008, provocou o impulsionamento de uma miríade de movimentos sociais que se puseram a enfrentar este modelo.

O que chamou a atenção em muitos destes protestos foi circulação de conceitos como a *autonomia*, a *horizontalidade*, a *independência* e a *solidariedade* e uma forte instrumentalização do *ciberativismo* como forma de ação.

Foi observado que a presença da *autonomia*, da *horizontalidade*, da *independência* e da *solidariedade* foram amplamente discutidos e experienciados entre movimentos como o *Maio de 1968* e o *Fórum Social Mundial*. Ao lado do *ciberativismo*, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, se apropriou de meios de comunicação como rádios, revistas e a internet, legando ao movimento um pioneirismo no uso de instrumentos alternativos de ação política.

Ao mesmo tempo, o histórico destes movimentos concentrou suas pautas em torno do enfrentamento dos excessos do modelo econômico capitalista, da desigualdade social e econômica e do descaso da classe política diante do dever de garantia de direitos.

Por outro lado, como vimos, na análise comparativa dos discursos dos movimentos investigados da atualidade, o entrosamento com estes conceitos terminou por apresentar diferentes tonalidades no seu desenvolvimento e aplicação. A abordagem das palavras-chave que compõem o discurso destes movimentos nos reservou uma ampla margem de problematização para a conclusão das nossas indagações.

A primeira das questões centrais que levantamos foi: 1) que elementos estariam dispostos na divulgação das reivindicações dos movimentos *Movimento Passe Livre de São Paulo*, *Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre e Juntos!*, no

Brasil, *Occupy Wall Street* e *NYC General Assembly*, nos EUA, e da plataforma *Democracia Real YA!*, na Espanha, os quais poderiam contribuir com a afirmação da existência do ideal de uma cultura de protestos compartilhada entre si?

Como foi observado no conteúdo dos discursos apresentados em cada um dos *blogs*, suas reivindicações encontram-se continuamente atreladas à expressão de indignação contra a situação política nacional e internacional, o descontentamento político em relação às classes políticas na defesa pelos direitos da população, estabelecendo como base das diferentes conjunturas a desregulação e a arbitrariedade do modelo econômico capitalista vigente.

Entre suas referências encontramos as pautas sobre a mobilidade urbana e um “mundo sem catracas”, a indignação da “juventude” por uma “educação de qualidade”, em defesa do meio ambiente, “contra toda forma de preconceito”, pelo seu “direito ao futuro”, a luta contra a “indefesa do cidadão comum”, o apelo por um novo tipo de sistema econômico e a criação de uma democracia mais participativa.

Desse modo, tanto a *democracia* quanto a *dignidade* serão princípios problematizados pelos movimentos investigados, indicando um processo em maturação da configuração de uma cultura de protestos compartilhada entre si. Obviamente que a ideia de homogeneidade da cultura deve aqui ser substituída pelo elemento da heterogeneidade presente em qualquer manifestação cultural. Portanto, a afirmação da existência de uma cultura de protestos entre estes movimentos deve ser problematizada ao ponto de levarmos em consideração as especificidades de cada movimento, tanto suas diferenças e quanto os processos de transformação a que estarão expostos.

Por outro lado, a exposição de histórico de lutas verificado entre os protestos de *Maió de 1968*, a criação dos fóruns do *Fórum Social Mundial* e ações promovidas pelos Exército Zapatista de Libertação Nacional, nos remete a considerar que no processo de recriação do modelo capitalista ante seus momentos de crise, a conjuntura de sua arbitrariedade permanece polêmica no debate entre os movimentos sociais da atualidade.

O que nos leva ao nosso segundo questionamento: 2) especificamente, que interpretação esses movimentos teriam de seus próprios contextos e da conjuntura em que se encontram inseridos?

No Brasil, a pauta da mobilidade urbana, intensificada no processo de tomada das ruas nas *Jornadas de Junho* de 2013, constituirá o ponto de partida daquele momento para a ação dos movimentos investigados. Ainda assim, a especificidade de cada um demonstra perfis com características bem delimitadas.

Para o MPL-SP, o movimento se constitui como um grupo de “pessoas comuns” reunidos em torno da construção de um novo projeto de transporte para a cidade, correspondente a um “serviço público sem exclusão”, que esteja consolidado pela participação efetiva da população usuária nas decisões a serem tomadas sobre projetos e outras medidas ligadas à *mobilidade*.

Ao redor *Juntos!*, o futuro da “juventude” se apresenta como central na concepção do coletivo como um “movimento nacional da juventude”. Almejando “conquistar” a juventude para a criação de uma “nova geração de lutadores” pela construção de um mundo “radicalmente novo”, o *Juntos!* promove essa nova geração para a defesa de uma diversidade de pautas concebidas como presentes na sociedade brasileira: a defesa pela criação de uma educação de qualidade, do meio ambiente, a luta contra o preconceito e “por uma sociedade com igualdade e liberdade para todos”.

Para a ANEL, o seu papel como coletivo é concebido como de importância central para constituir-se como um “instrumento de respostas” à nova dinâmica do movimento estudantil brasileiro e promover, com apoio ao movimento dos trabalhadores, a construção de uma democracia com o controle de base.

Nos Estados Unidos, o movimento *Occupy Wall Street* se propõe a lutar contra o “poder corrosivo” dos grandes bancos e corporações sobre o processo democrático, por meio da iniciativa popular e através do processo de uma “democracia direta”, que sejam capazes de recuperar o futuro hipotecado dos “99%”.

Assim como entre o MPL-SP, a plataforma *Democracia Real YA!* também se assume como um movimento de “pessoas comuns”. Entretanto, sem a especificidade marcada pelo embate da mobilidade urbana, sua preocupação se expressa diante da corrupção da classe política, de empresários e banqueiros que tornam o cidadão comum indefeso.

Desse modo, entre todos, constata-se um grito uníssono e solidário pela denúncia de incapacidade dos sistemas político e econômico no atendimento às demandas pela garantia dos direitos de cada cidadão que almeja um futuro *digno*.

Uma vez que os meios tradicionais de representatividade por parte da classe política entraram no descrédito da população nos diferentes contextos, entre estes movimentos a configuração de um novo modo de fazer política vem à tona, idealmente baseada na reapropriação dos princípios da *autonomia*, da *horizontalidade*, da *independência* e da *solidariedade*.

Entretanto, a especificidade de cada movimento reservou tonalidades diferentes para as nossas considerações finais.

Tanto nos EUA, quanto na Espanha, os movimentos OWS, NYCGA e a plataforma DRY, propõem que nas “ocupações” e “acampadas” pelas ruas e praças sejam exercitados estes princípios para fortalecer a demanda por uma democracia mais participativa.

Desse modo, a centralidade das assembleias adquire importância para estes movimentos por promoverem um estado de igualdade entre os manifestantes nas tomadas de decisão dos grupos e, de modo construtivo, introduzir na sociedade um processo de democracia direta que corresponda às experiências vivenciadas nos protestos.

A conjuntura dos movimentos brasileiros apresenta uma peculiaridade se formos considerar o processo ainda em andamento de consolidação da redemocratização no país.

Num percurso que terminou ultrapassando três décadas, antes que as instituições democráticas do país alcançassem um processo de maturação correspondente aos princípios abrigados pela nova Constituição, o descrédito frente à representatividade da classe política, envolvida em recorrentes escândalos de corrupção, impulsionou a população, através dos movimentos sociais, na busca de alternativas para o atendimento efetivo da demanda por garantia de direitos.

Tornando mais complexa a introdução dos princípios da *autonomia* e da *independência*, a pouca expressão de partidos políticos de esquerda como o PSTU e o mais recente PSOL, no Brasil, são apropriados como ocasiões oportunas para que

movimentos como o *Juntos!* e a ANEL busquem impulsionar a reconstrução da “democracia”.

No caso da ANEL, no entanto, a dependência relativa ao programa do PSTU constitui uma característica ainda muito marcante, ao contrário do *Juntos!* que possui algumas divergências junto ao PSOL.

No plano da busca por alternativas, por outro lado, nos EUA e na Espanha o apoio dos movimentos à aposta da candidatura de Bernie Sanders nas eleições de 2016 e na inauguração do partido do *Podemos* em 2014, respectivamente, mostram igualmente a tentativa por estabelecer uma reestruturação dos meios de representação política tradicionais.

Por fim, na avaliação da intensidade da interação entre o espaço urbano e a virtualidade da ação dos movimentos analisados, através dos *blogs*, as redes digitais acabam por representar a potencialização de um espaço autônomo onde estes movimentos se organizam, deliberam e podem agregar um maior número de apoiadores às suas causas. Paralelamente, a partir do espaço autônomo das redes digitais, novas percepções podem ser aproveitadas para a ressignificação e a construção de uma nova territorialidade no espaço físico da *cidade*.

Contudo, para que a lógica da arbitrariedade do poder do lucro econômico possa ser efetivamente desarticulada e a prática de um novo modo de se fazer política contribua para o fortalecimento de uma *democracia* mais direta e participativa, estes movimentos encontram-se fadados a pertinência da investidura de suas *táticas*, mas inclusive dependentes da criatividade de instrumentos eficazes para o atendimento de suas demandas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arquivo N. 1968. Rio de Janeiro: Rede Globo, 23 de abril, 2008. Programa de TV.
- AÇÃO EDUCATIVA, ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO. Fórum Social Mundial 2013 será realizado na Tunísia. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/em-acao/52-acao-em-rede/10004588-forum-social-mundial-2013-sera-realizado-na-tunisia>>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARRUDA, G. R. P. de. *Movimentos Sociais no Ciberespaço: Uma Investigação sobre o Ciberativismo*. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Ciência e Design Digital) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, pp. 58-59.
- BARROS, J. D. *Teoria da História*. V. A Escola dos *Annales* e a *Nova História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BENJAMIN, W. *a obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução Francisco De Ambrosis Pinheiro Machado. Porto Alegre, RS: Zouk, 2012.
- _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNSTEIN, S.; MILZA, P. Conclusão. In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Cohen. São Paulo: EDUSC, 1999.
- BISCO JÚNIOR, J. G. *Guerrilha em foco: a presença na mídia do discurso Zapatista, de seu surgimento até a Quinta Declaração da Selva Lacandona*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Jos%C3%A9-Gaspar-.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRITO, J. Organizar a rebeldia e fortalecer a luta por outro futuro!, *JUNTOS!*, 24 jun. 2013. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2013/06/organizar-a-rebeldia-e-fortalecer-a-luta-por-outro-futuro/>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

CANALTECH. O que é hashtag. Disponível em: <<http://canaltech.com.br/o-que-e/o-que-e/O-que-e-hashtag/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHARTIER, R. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Algés: DIFEL, 2002.

CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Cohen. São Paulo: EDUSC, 1999.

CHOMSKY, N. *O lucro ou as pessoas?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COLOMBO, S. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

COSTA, A. I. R. da; CARDOSO, H. L.; MEDINA, P. J. Na Rede Social: os movimentos sociais na atualidade. *Mosaico Social – Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC*, Florianópolis, Ano XII, n. 07 – 2014.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ENTREVISTA. *Manuel Castells*. COLOMBO, S. Simpatia do brasileiro é um mito. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 mai. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

ENTREVISTA. *François Dosse*. FERREIRA, M. de M. François Dosse. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.b32, n. 64, pp. 341-350, dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Out 2015.

ENTREVISTA. *Henry Rousso*. AREND, S. M. F.; MACEDO, F. *Tempo e Argumento*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 1, n. 1, pp. 201– 216, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/705/608>. Acesso em: 25 Out 2015.

ENTREVISTA. *Oded Grajew*. MELO, D. Aumento da desigualdade é sintoma de que algo está errado. *Carta Maior*, São Paulo, 20 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-esquerda-fracassou-no-combate-a-desigualdade>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

FEBVRE, L. *Combates pela história*. 2ª ed, Lisboa, Presença, 1985.

FERREIRA, F. W. Fórum Social Mundial: origens e objetivos. *Correio da Cidadania*, 2000. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed222/politica.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

_____. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Loyola, 2005.

FERREIRA, J. S. W.. A cidade do pensamento único: desmanchando consenso. *Correio da Cidadania*, São Paulo, ed. 217, 2000. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed217/politica.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GIOVANNI, Julia Ruiz Di. Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-04072008-143738/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

GOHN, M. da G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2014.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (Org.). Adelaine La Guardia Resende et al. (trad.). Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____ ... [et al.]. *Occupy*. Tradução João Alexandre Peschanski ... [et al.]. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

HESSEL, S. *Indignai-vos!* Tradução Marli Peres. São Paulo: Leya, 2011.

JONAS, H. *Ética, medicina e técnica*. Lisboa: Veja, 1994.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

LACOUTURE, J. A história imediata. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEMOS, André. *Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós massivas e territórios informacionais*. *MATRIZES*. V. 1, N. 1 (2007).

MACHADO, J. A. S. Movimientos Sociales y Activismo en Red. In: *II Congreso On-line del Observatorio para la Cibersociedad*, 2-14 nov. 2004, Barcelona. Versão português. Disponível em: <http://www.forum-global.de/smd/textos/notas_movsociais.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

MARICATO, E. ... [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MONBIOT, G. Para compreender o neoliberalismo além dos clichês. *Outras Palavras*, São Paulo, 23 abr. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/para-compreender-o-neoliberalismo-alem-dos-cliches/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ORTELLADO, P. O Black Bloc e a violência. *Democratize*. 04 set. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/o-black-bloc-e-a-viol%C3%A2ncia-40d7a8562aff#.fds8o1hp8>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

PESCHANSKI, J. A. O transporte público gratuito, uma utopia real. In: MARICATO, E. ... [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

PROTO, L. V. P. Juventude de Maio de 1968. *Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 11, n. 129, pp. 32-37, fev. 2012. ISSN 1519-6186. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15791/8635>>. Acesso em: 12 set. 2016.

REIS, J. C. *Nouvelle Histoire e tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

REMOND, R. algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, J.; MORAES FERREIRA, M. (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REYES-ARIAS, A. Mídia Revolucionária: a mídia alternativa no movimento zapatista. *Revista Universitária do Audiovisual*. Disponível em: <<http://www.rua.ufscar.br/midia-revolucionaria-a-midia-alternativa-no-movimento-zapatista/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

RIOUX, J. P. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Stern Cohen. São Paulo: EDUSC, 1999.

ROLNIK, R. "História urbana: história na cidade?". In: FERNANDES, A.; GOMES: M. A. A. de F. (Org.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: MAU/FAUFBA; ANPUR, 1992.

SADER, E. Por que o Fórum Social Mundial se esgotou, São Paulo, 31 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Por-que-o-Forum-Social-Mundial-se-esgotou/2/29535>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2013.

SERRES, M. *O Contrato Natural*. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SGUISSARDI, V. Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível. *Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.

SILVA, I. D. F. da; PAIVA, C. C. de. Ciberativismo e democracia nas redes sociais: um espaço de reivindicações e direitos. In: *XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, 12-14 jun. 2013, Mossoró – RN, p. 11. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0823-1.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 63-100, dec. 1998. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86781>>. Acesso em: 12 set. 2016.

VOVELLE, M. A história e a longa duração. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Referencial de fontes

ADBUSTERS. The joyous freedom of possibility. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/occupywallstreet/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Anarchic Swarms – The Emerging Model. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/anarchic-swarms-the-emerging-model/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. A Shift in Consciousness. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/a-shift-in-consciousness/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. #Occupywallstreet Goes Viral. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/occupywallstreet-goes-viral/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. #Occupywallstreet Update. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/occupywallstreet-update/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. Spanish Indignados Join #Occupywallstreet. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/spanish-indignados-join-occupywallstreet/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. Anonymous Joins #Occupywallstreet. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/anonymous-joins-occupywallstreet/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. #Occupywallstreet Less Than Two Weeks Away. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/occupywallstreet-less-than-two-weeks-away/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

_____. #Occupywallstreet Tactical Briefing. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/occupywallstreet-tactical-briefing/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. Hey President Obama. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/hey-president-obama-2/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. #Occupywallstreet Orientation Guide. *Adbuster – Occupy Wall Street*, 29 fev. 2011. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/action/occupywallstreet/occupywallstreet-orientation-guide/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ANEL. *Adiado prazo para envio de contribuições e resoluções ao 2º Congresso da ANEL*, 20 mai. 2013. Disponível em: <<http://anelonline.com/leituras/confira-resolucoes-aprovadas-no-ii-congresso-nacional-da-anel>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

_____. *Caderno de contribuições e propostas de resolução*, 03 jun. 2015. Disponível em: <<http://anelonline.com/iii-congresso/caderno-de-contribuicoes-e-propostas-de-resolucao>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

_____. *Confira as resoluções aprovadas no II Congresso Nacional da ANEL*, 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://anelonline.com/leituras/confira-resolucoes-aprovadas-no-ii-congresso-nacional-da-anel>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

_____. *Mande contribuições e propostas de resoluções para o 3º Congresso Nacional da ANEL*, 03 jun. 2015. Disponível em: <<http://anelonline.com/leituras/confira-resolucoes-aprovadas-no-ii-congresso-nacional-da-anel>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

_____. *Quem somos*, 22 out. 2012. Disponível em: <<http://anelonline.com/quem-somos>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. *Quem somos – Conceção*, 22 out. 2012. Disponível em: <<http://anelonline.com/concepcao>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. *Quem somos – Nossa História*, 06 abr. 2015. Disponível em: <<http://anelonline.com/historia>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

AGUIAR, T. Das redes e ruas, a passagem para a luta política, *JUNTOS!*, 13 set. 2013. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2013/06/das-redes-e-ruas-a-passagem-para-a-luta-politica/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BENITES, A. Sob pressão internacional, Câmara aprova lei que tipifica o terrorismo. *El País*. Brasília, 25 fev. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/24/politica/1456351659_569702.html>. Acesso em: 25 nov. 2016.

BITTENCURT, N. Tod@s às ruas para vencer outra vez!, *JUNTOS!*, 19 jun. 2013. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2013/06/tods-as-ruas-para-vencer-outra-vez/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

DRUMOND, N. Sejamos realistas, queiramos o impossível!, *JUNTOS!*, 18 jun. 2013. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2013/06/sejamos-realistas-queiramos-o-impossivel/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

DRY. #12m15m 12 May 2012 #12mGlobal. *International*, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://international.democraciarealya.es/october-15th/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. *Adhesiones*, 12 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/adhesiones/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Manifesto. *International*, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://international.democraciarealya.es/manifesto/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. *Manifiesto*, 02 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. October 15th. *International*, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://international.democraciarealya.es/october-15th/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. *Propuestas*, 24 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/documento-transversal/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. *Promoción*, 15 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/promocion/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. *Prensa*, 30 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/prensa/>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

_____. *Participa*, 16 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/participa/>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

_____. *Translated ES copy of 12m12 meeting: Minutes of the 04-02-2012*. 02 abr. 2012. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1v5xCq8oo8ysk6XECP9glkPe0PzDONvaszhq96ddLhgE/edit>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

_____. *Quiénes somos*, 18 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/quienes-somos/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. What is globalNOISE. *International*, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://international.democraciarealya.es/130-o13/what-is-globalnoise/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

EL PAÍS. Indignados en la calle: Miles de ciudadanos cuestionan las actuales respuestas políticas a la crisis económica. *Editorial El País*, Madrid, 17 mai. 2011. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2011/05/17/opinion/1305625181_425614.html>. Acesso em: 24 nov. 2016.

ENLACE ZAPATISTA. *Primera Declaración de La Selva Lacandona*. 01 jan. 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. *Subcomandante Marcos: ya no es tan lejano que sea posible un cambio democrático*. 18 mar. 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/18/subcomandante-marcos-ya-no-es-tan-lejano-que-sea-posible-un-cambio-democratico/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. *Primera Declaración de La Realidad. Contra el neoliberalismo y por la humanidad*. 01 jan. 1996. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/primera-declaracion-de-la-realidad-contra-el-neoliberalismo-y-por-la-humanidad/>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

_____. *Instrucciones para Jefes y Oficiales del EZLN*. 31 dez. 1993. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/instrucciones-para-jefes-y-oficiales-del-ezln/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. *Ley de Derechos y Obligaciones de los Pueblos en Lucha*. 31 dez. 1993. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1993/12/31/ley-de-derechos-y-obligaciones-de-los-pueblos-en-lucha/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

GLOBO. Infográfico. Manifestações pelo Brasil. *G1 Globo.com*, São Paulo, 07 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

JUNTOS. *Nada é impossível de mudar: 20 de junho, o BRASIL vai parar!*, 19 jun. 2013. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2013/06/nada-e-impossivel-de-mudar-20-de-junho-o-brasil-vai-parar/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

_____. *Participe*, 13 set. 2011. Disponível em: <<https://juntos.org.br/participe/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. *Quem somos*, 13 set. 2011. Disponível em: <<https://juntos.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

LOPES, T; AUGUSTO, C. Ato Nacional #ContraOAumento, *JUNTOS!*, 05 jun. 2013. Disponível em: <<https://juntos.org.br/arquivo/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

LUNA, D. Cabral sanciona lei que proíbe máscara em protestos de rua. *Folha de São Paulo, Poder*. São Paulo. 11 set. 2013. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1340726-cabral-sanciona-lei-que-proibe-mascara-em-protestos-de-rua.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MANJE. Comunicado de Democracia Real YA!. *Democracia Real YA*, 16 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.democraciarealya.es/blog/2013/05/16/comunicado-falsodry/>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. ... [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MPL-SP. *Apresentação*, 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____. *Carta de Princípios*, 29 mai. 2006. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____. *Colabore*, 02 mai. 2013. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/colabore-loja/>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____. *Luta Contra o Aumento de 2006*, 01 mar. 2006. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/historico/luta-contr-o-aumento-de-2006/>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____. *Luta Contra o Aumento de 2010*, 02 mai. 2013. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/historico/luta-contr-o-aumento-de-2010/>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

_____. *Luta Contra o Aumento de 2011*, 02 mai. 2013. Disponível em: <<http://saopaulo.mpl.org.br/historico/790-2/>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

NYCGA. *About*, 21 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.nycga.net/about/>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. *Declaration of The Occupation of New York City*, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/documents/declaration/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. *FAQ*, 24 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/faq/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. *GA – Consensed Documents*, 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.nycga.net/documents/>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. *General Assembly and Spokes Council Minutes*, 21 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.nycga.net/ga-spokes-minutes/>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. *General Assembly Guide*, 30 out. 2012. Disponível em: Disponível em: <<http://www.nycga.net/wp-content/uploads/2011/10/occupy.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.>. Acesso em: 11 jul. 2015.

_____. *Group Documents*, 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.nycga.net/documents/>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. *Legal Fact Sheet*, 22 dez. 2011. Disponível em: <http://www.nycga.net/resources/legal-fact-sheet/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. *NYCGA minutes 10/1/2011*. 01 out. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/2011/10/general-assembly-minutes-930-7pm/>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

_____. *NYCGA minutes 10/24/2011*. 24 out. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/2011/10/nycga-minutes-10242011/>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

_____. *NYCGA minutes 11/2/2011*. 02 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/2011/11/nycga-minutes-1122011/>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. *Occupy Wall Street Community Agreement*, 22 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/documents/occupy-wall-street-community-agreement/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

_____. *People Before Parties*, 12 out. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/documents/people-before-parties/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. *Principles of Solidarity*, 28 out. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/documents/principles-of-solidarity/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. *Resolution to End Corporate Personhood*, 29 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/documents/resolution-to-end-corporate-personhood/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

_____. *Statement Against SOPA*, 12 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/documents/sopa/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. *Statement Against The Anti-Counterfeiting Trade Agreement (ACTA)*, 09 fev. 2012. Disponível em: < <http://www.nycga.net/resources/documents/statement-against-the-anti-counterfeiting-trade-agreement-acta/>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

_____. *Statement of Autonomy*, 29 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/documents/statement-of-autonomy/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. *Web Site Help*, 24 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.nycga.net/resources/web-site-help/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

OCUPPY WALL STREET. *About*, 15 mar. 2016. Disponível em: <<http://occupywallst.org/about/>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

PASSARINHO, N. Manifestação em Brasília tem 3 presos e mais de 120 feridos. *G1 Globo.com*, São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestacao-em-brasilia-tem-3-presos-e-mais-de-120-feridos.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

PHILLIPS, J. H. *A Constituição dos Estados Unidos da América*. Brazilian Translated. Austin, Texas, 08 fev. 1994. Disponível em: <<http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html>>.

RAWLINGS, N. Occupy Wall Street Protest: 12 Days and Little Sign of Slowing Down. *Time*, Nova Iorque, 29 set. 2011. Disponível em: <<http://newsfeed.time.com/2011/09/29/occupy-wall-street-12-days-and-little-sign-of-slowing-down/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SENADO FEDERAL. Lei antiterrorismo é sancionada com vetos pela presidente Dilma. *Redação Agência Senado*. Brasília, 18 mar. 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/18/lei-antiterrorismo-e-sancionada-com-vetos-pela-presidente-dilma>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

TAPAJÓS, I. Com o povo nas ruas, nada é impossível de mudar!, *JUNTOS!*, 29 jun. 2013. Disponível em: <<https://juntos.org.br/2013/06/com-o-povo-nas-ruas-nada-e-impossivel-de-mudar/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Liberdade de expressão nos Estados Unidos. *IIP Digital*. Washington D. C., 03 mai. 2013. Disponível em: <<http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/pamphlet/2013/05/20130503146797.html#axzz4QwqufdpN>>.